



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CAMILA BALBINA DA SILVA

**VIVÊNCIAS DE TRABALHADORAS/ES DA REDE DE PROTEÇÃO SOBRE A
VIOLÊNCIA FAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

MACEIÓ

2022

CAMILA BALBINA DA SILVA

**VIVÊNCIAS DE TRABALHADORAS/ES DA REDE DE PROTEÇÃO SOBRE A
VIOLÊNCIA FAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Ribeiro Mesquita.

MACEIÓ

2022

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S586v Silva, Camila Albina da.
Vivências de trabalhadoras/es da rede de proteção sobre a violência familiar
contra crianças e adolescentes / Camila Albina da Silva. – 2022.
140 f. : il.

Orientador: Marcos Ribeiro Mesquita.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 128-140.

1. Violência doméstica. 2. Política pública. 3. Redes de proteção - Crianças
- Adolescentes. 4. interseccionalidade. I. Título.

CDU: 159.922.7/.8

Dedico este trabalho à minha mãe Eliane dos Santos, mulher que sempre foi meu exemplo de força e de coragem para viver; à vó Eliude Gomes, por todo cuidado que dela recebi. Aos amigos, pelo espírito de cooperação e apoio; e ao professor doutor Marcos Mesquita, cuja dedicação e paciência serviram como pilares de sustentação para a conclusão deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Início minhas palavras agradecendo a mulher mais importante da minha vida, minha mãe **Eliane dos Santos**. Lembro sempre da minha infância ao seu lado, com sabor de afeto, proteção e amor. Recordo nossas noites antes de dormir quando me contava histórias, das manhãs despertadas para ir à escola e do *pé de brinco de viúva*, no quintal, onde colhíamos os frutos. Gratidão pela companhia, pelo apoio e sustento nos meus passos; por todo amor e ensinamento através dos exemplos de vida, mostrando que precisamos sempre de coragem para ser quem somos e enfrentar a vida.

À minha avó **Eliude Gomes**, minha segunda mãe, que tanto se dedicou a cuidar de mim, demonstrando todo seu carinho, amor e gestos que ficarão guardados em mim. Lembro de todos os seus esforços para que eu conseguisse chegar até aqui. Recordo-me com o coração cheio de amor e gratidão, das marmitas que me alimentaram durante as viagens do interior até a universidade. Eu te amo!

Ao **Jonas**, meu companheiro, que está comigo há pouco tempo, mas não mede esforços para me apoiar em tudo o que desejo alcançar. Obrigada por ouvir minhas angústias, ser meu ombro amigo e me impulsionar a ser o melhor de mim nas condições que eu tenho. Eu amo você!

Ao meu amigo **Marlon**, por cada acolhimento. Sou eternamente grata pelas diversas vezes em que me viu chorar e ouviu minhas dores, sem de mim desacreditar, mostrando que seria possível chegar até aqui. Obrigada por tudo. Eu te amo!

Ao amigo **Lira** que faz questão de comemorar minhas conquistas, que sempre perguntou como estava o andamento da minha escrita, que ao me ver aflita com o mestrado procurava alternativas e tentava ao máximo me alegrar. Que leu meus textos e me ajudou a corrigi-los. Obrigada pela sua amizade! Feliz é quem o tem por perto. Amo você!

Agradeço ao amigo **Clemerson** que está comigo desde a minha graduação em psicologia e não mediu esforços para ajudar quando mais precisei; pelas dicas de leitura, orientações e me receber sempre de braços abertos. Te amo!

Agradeço ao amigo **Paballo**, por dividir comigo conhecimentos de maneira online, escutar a minha ansiedade com relação à vida acadêmica que ele muito conhece por se dedicar tanto e, sem dúvida alguma, contribuir na minimização dos meus receios. Te amo!

Às minhas colegas de profissão do SUAS, **Carol, Samire, Karla e Viviany**, que me acolheram desde 2017 e até hoje me inspiram a ser melhor a cada dia. A troca de experiências, afeto e companheirismo com vocês sobre esse incrível mundo que é a política de assistência fez

de mim a profissional que sou hoje. Obrigada por me ouvirem, por me ensinarem e partilharem o conhecimento de vocês comigo.

Ao **Marcos** que me recebeu de braços abertos no início dessa caminhada, não tenho palavras para descrever sua sensibilidade em perceber até aquilo que não foi falado. Sou eternamente grata pelas valiosas e incontáveis horas dedicadas a essa dissertação. Por seu constante incentivo e motivação ao longo de todo esse percurso, por não me deixar desistir e sempre ser otimista. Sua humildade, seu caráter e sensibilidade são admiráveis. E eu tive a sorte de te encontrar e espero que mais pessoas possam desfrutar de tudo o que você é. Amo você!

Às professoras **Erika e Tatiana** que participaram da minha banca de qualificação e agora da avaliação desta dissertação, seus apontamentos foram essenciais para que eu pudesse chegar até aqui. Obrigada por suas análises e palavras de carinho, pois ajudaram a melhorar a construção e discussão dessa pesquisa.

Às mulheres que tive o prazer de conhecer com a inserção no mestrado: **Alana Madeiro, Camila Buarque, Camila Falcão, Leticia Santos**. Vocês são mulheres incríveis! Também a **Jade, Laura e Julyanna**, vocês foram os presentes mais inesperados e os melhores que eu recebi nesse tempo. Obrigada por todo afeto, carinho e amor que senti e ainda sinto de vocês. Obrigada por estarem aqui e por terem feito a caminhada mais leve. Eu as amo demais!

Ao **EDIS**, grupo de estudo que durante o mestrado e até hoje dispõe de discussões importantes a psicologia e a construção de minha pesquisa.

Enfim, a todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, participaram e colaboraram para desenvolver este estudo, muito obrigado.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LA – Liberdade Assistida

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MMFDH – Ministério da Mulher, da família e dos Direitos Humanos

NOBRH/SUAS- Norma Operacional Básica de Recursos Humano do SUAS

ONDH – Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

PAEFI – Plano de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF – Programa de Atenção Integral a Família

PBF – Programa Bolsa Família

PEP – Política de Educação Permanente

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PSC – Prestação de Serviço à Comunidade

SBP – Sociedade Brasileira de Pediatria

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEADES – Secretaria Estadual da Assistência Social

SGD – Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

SISC – Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UBS – Unidade Básica de Saúde

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Sistemática ideal de atendimento simplificada	60
Quadro 2 - Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente	61

RESUMO

A violência familiar contra crianças e adolescentes é um problema social e de saúde complexo, multifatorial e que produz efeitos nocivos à infância e à adolescência. Esse fenômeno tem atingido um número cada vez maior de famílias. Pesquisas indicam que no Brasil, nos anos de 2020 e 2021, esse tipo de violência atingiu o número de mais de 50 mil denúncias apenas no primeiro semestre, e desse total, mais de 81% ocorreram dentro da própria casa. Em Alagoas, essa realidade não é diferente, nos anos de 2017 a 2020, foram registrados mais de 1.900 casos de violação a esse público, sendo o ano de 2020 marcado pela baixa dos índices por causa da subnotificação em decorrência do isolamento social imposto pela pandemia do Covid-19. Desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, medidas têm sido tomadas para combater essa violência. Formou-se uma rede de proteção a essas crianças e adolescentes constituída por diversas políticas ligadas a Assistência Social, Saúde, Educação e instituições como Conselho Tutelar, Unidades de Acolhimento, dentre outras. Essas políticas são empreendidas por trabalhadoras que estão constantemente tentando se articular entre si para realizar a intersetorialidade e garantir a dignidade de crianças e adolescentes por meio do serviço de proteção integral. Acreditando que a violência familiar é um problema social que acarreta a vida de muitas crianças e adolescentes de famílias brasileiras, este trabalho discutiu as vivências de trabalhadoras que fazem parte da rede de proteção a esse público, buscando acessar como elas compreendem essa rede, a efetividade da mesma, as potencialidades e as fragilidades que interferem em seu trabalho no dia a dia, bem como o significado da própria violência dentro de seu território. Esta pesquisa desenvolveu-se na cidade de Roteiro, um município pequeno localizado no interior da capital alagoana e contou com a co-participação de oito profissionais que trabalham em diversos setores como Cras, Creas, Unidades Básicas de Saúde, Escolas e Conselho Tutelar. Esta investigação trata-se de uma pesquisa qualitativa que teve como procedimento metodológico, a utilização do diário de campo, de entrevistas semi-estruturadas e das histórias ficcionais contadas a partir de minhas vivências como trabalhadora do Suas. Utilizamos a interseccionalidade como ferramenta para analisar as intersecções que cruzam as vivências de pessoas e famílias atendidas por essa rede e como isso afeta o dia a dia das profissionais que estão constantemente enfrentando os desafios de lidar com essa violência. A partir das produções de conhecimento dessa pesquisa, foi possível observar que a violência familiar contra crianças e adolescentes ainda é um fenômeno normalizado na cultura de muitas famílias, que a intersetorialidade ainda é uma prática que precisa ser entendida pelos gestores municipais e conseqüentemente executada pelas trabalhadoras, que as mesmas não possuem vínculos trabalhistas seguros podendo serem demitidas a qualquer momento e que lidam diariamente com as condições de trabalho que fragilizam a oferta de seus serviços, como equipes reduzidas e acúmulo de atividades. Por fim, é importante ressaltar a necessidade da valorização de trabalhadoras da rede de proteção a crianças e adolescentes, sejam elas do Suas, Educação, Saúde ou qualquer outra instituição que oferte esse serviço, bem como, a necessidade de se discutir ainda mais as relações de trabalhadoras, seus vínculos empregatícios, condições de trabalho, dentre outros para assim compreender os desafios que cercam problemáticas como a violência familiar contra crianças e adolescentes.

Palavras-Chave: a) Crianças e Adolescentes, b) Violência Familiar, c) Políticas Públicas, d) Rede de Proteção e e) Intersetorialidade.

ABSTRACT

Family violence against children and adolescents is a complex, multifactorial social and health problem that has harmful effects on childhood and adolescence. This phenomenon has affected an increasing number of families. Research indicates that in Brazil, in the years 2020 and 2021, this type of violence reached the number of more than 50,000 complaints in the first semester alone, and of this total, more than 81% occurred inside the home. In Alagoas, this reality is no different, in the years 2017 to 2020, there were more than 1,900 cases of violation of this public, with the year 2020 being marked by low rates due to underreporting due to social isolation. Since the enactment of the Child and Adolescent Statute – ECA, measures have been taken to combat this violence. A protection network was formed for these children and adolescents, consisting of various policies related to Social Assistance, Health, Education and institutions such as the Guardianship Council, Shelter Units, among others. These policies are undertaken by workers who are constantly trying to articulate with each other to achieve intersectoriality and guarantee the dignity of children and adolescents through the integral protection service. Believing that family violence is a social problem that affects the lives of many children and adolescents from Brazilian families, this work intends to discuss the experiences of workers who are part of the protection network for this public, seeking to access how they understand this network, the effectiveness, the strengths and weaknesses that interfere with their day-to-day work, as well as the meaning of violence within their territory. This research was developed in the city of Roteiro, a small municipality located in the interior of the Alagoas capital and had the co-participation of eight professionals who work in various sectors such as Cras, Creas, Basic Health Units, Schools and Guardianship Council. This investigation is a qualitative research that had as a methodological procedure, the use of the field diary, semi-structured interviews and fictional stories told from my experiences as a worker at Suas. We use intersectionality as a tool to analyze the intersections that cross the experiences of people and families served by this network and how this affects the daily lives of professionals who are constantly facing the challenges of dealing with this violence. From the knowledge productions of this research, it was possible to observe that family violence against children and adolescents is still a normalized phenomenon in the culture of many families, that intersectoriality is still a practice that needs to be understood by municipal managers and consequently carried out by workers, that they do not have secure employment relationships and can be fired at any time and that they deal daily with working conditions that weaken the offer of their services, such as reduced teams and accumulation of activities. Finally, it is important to emphasize the need to value workers in the protection network for children and adolescents, whether they are from Sua, Education, Health or any other institution that offers this service, as well as the need to further discuss the relationships of workers, their employment relationships, working conditions, among others, in order to understand the challenges that surround problems such as family violence against children and adolescents.

Keywords: a) Children and Adolescents, b) Family Violence, c) Public Policies, d) Protection Network and e) Intersectoriality.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	7
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	8
RESUMO	9
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DIREITO, A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA E SUA PRÁTICA NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS	21
CAPÍTULO 2 – VIOLÊNCIA FAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CONCEITO E CONTEXTO	43
CAPÍTULO 3 – REFLETINDO SOBRE A PESQUISA: DISCUSSÕES EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS	63
3.1. Pesquisar e escrever em tempos de pandemia	76
CAPÍTULO 4 – ANALISANDO A PARTIR DA ASSISTÊNCIA: UMA REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE OS DADOS	80
Carta Ficcional 1	83
Carta Ficcional II	90
Carta Ficcional III	108
Carta Ficcional IV	116
Carta Ficcional V	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo discutir as vivências de trabalhadoras que atendem crianças e adolescentes vítimas de violência familiar bem como o funcionamento da rede de proteção a esse público em meio a pandemia do Covid – 19. A escolha deste tema resultou de minha experiência profissional no Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS da cidade de Roteiro, situada no interior do Estado de Alagoas. Considerando a lei nº 12.435/2011, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, o CREAS é uma unidade pública estatal de abrangência municipal que tem como papel construir-se em *locus* de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos (SILVEIRA, 2011).

No CREAS, a unidade deve, obrigatoriamente, ofertar o Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, porém, pode também ofertar outros serviços, como a Abordagem Social e Serviço para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias. E ainda, o serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Em decorrência de seu caráter de atendimento a famílias e indivíduos que tem ou tiveram seus direitos violados é que se encontram também no CREAS, crianças e adolescentes que sofreram e sofrem violência familiar de diferentes formas, e, por estar neste lugar, como técnica de referência, mantendo contato direto com esse público, é que surgiu o meu interesse em pesquisar sobre o tema.

E não só por isso, mas por perceber também que apesar de ser um município pequeno, a maioria dos casos de violação de direitos que atendíamos eram sobre crianças e adolescentes, em suas variadas formas: abuso sexual, agressão física, abuso psicológico, agressão verbal e principalmente negligência.

Doutra maneira, é importante destacar que me refiro especificamente ao CREAS em decorrência de minha atuação como psicóloga, porém, é impossível dissociar as demais entidades da rede de proteção e/ou políticas públicas que assim também atuam com crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social. Por isso, entender como as/os profissionais que prestam serviço de proteção a

crianças e adolescentes vítimas de violência familiar¹, compreendem o funcionamento da rede de proteção por meio das políticas públicas existentes em seu território, é um ponto crucial desse estudo. Além disso, esse espaço de questionamentos permite ainda possibilidades de conhecimento para além das que propomos como objetivo dessa pesquisa, como por exemplo: conhecer de que jeito se estabelece a atuação das/os profissionais; o próprio conceito de violência familiar, bem como a efetividade das ações de proteção à crianças e adolescentes.

Como disse anteriormente, minha inquietação sobre como as/os profissionais do município entendem o funcionamento da rede de proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência familiar é decorrente da minha experiência de trabalho. No Sistema Único de Assistência Social - SUAS, enquanto equipamento do CREAS, trabalhei um pouco mais de três anos, e, presenciei diversas famílias em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal, tendo seus direitos violados, sem segurança alimentar, dentre tanto outros problemas. Além disso, sou parte da rede de profissionais do município, e muitas vezes presenciei algumas fragilidades na oferta dos serviços e quis entender como isso acontecia e também a causa disso.

Para que vocês entendam um pouco de minha trajetória na Assistência Social, ela se iniciou de forma muito despreziosa. Nunca pensei em atuar nessa área após me formar em psicologia, sempre me imaginei exercendo a profissão em hospitais ou no poder judiciário. Mas para a minha surpresa, surgiu a oportunidade de trabalhar no SUAS, no meu município, um mês após ter me formado. Era um misto de sentimentos, medo e insegurança por não conhecer a política a qual iria trabalhar e ser tudo novo, junto com o alívio de ter me formado e conseguido um emprego na profissão.

Eu não conhecia nada sobre a Assistência Social, na formação acadêmica que tive, pouco ouvi falar sobre como a psicologia poderia atuar nesse campo e isso dificultou o processo de minha caminhada, porque ao mesmo tempo em que eu precisava lidar com as questões do dia a dia, que não eram poucas, precisei aprender sobre tudo o que dizia respeito a essa política, e as informações eram muitas. Como eu estava trabalhando no CREAS, inicialmente me atentei a aprender sobre a oferta de serviços desse setor e sobre como a psicologia contribuiria no atendimento às pessoas e às famílias nas mais diversas situações de vulnerabilidade social.

¹ No decorrer do texto, é possível encontrar autoras como Gurski (2012) usando o termo violência intrafamiliar e Azevedo (2008) utilizando a expressão violência doméstica. Nós optamos por utilizar a palavra violência familiar, no entanto estamos nos referindo ao mesmo tipo de violência contra crianças e adolescentes.

No início foi difícil lidar com tantas questões sociais e me dissociar daquilo que muitas vezes na psicologia nos limitamos a enxergar, principalmente no modo de ver as pessoas. Tive que aprender muita coisa e essencialmente entender que muitas dessas pessoas e famílias que necessitam da política de assistência, precisam dela por um motivo; e apesar da discriminação que muitas sofrem até hoje por buscar usufruir de seus direitos, esse motivo não era a preguiça ou porque gostavam de serem pobres e ganhar coisas do governo, como muitas vezes algumas pessoas que trabalham no SUAS gostavam de falar, e sim, porque nas relações com a sociedade, essas pessoas ocupam um lugar onde a desigualdade social que é gritante, também é estrutural.

Foram muitos os desafios até aqui, e talvez o principal deles tenha sido me adequar a como a psicologia atuava no SUAS e a desmitificar a visão que as/os próprias/os trabalhadoras/es dessa política tinham sobre nós psicólogas. Não era raro que as pessoas confundissem nossa atuação com a clínica, por exemplo. Além desse, outro desafio grande de estar na Assistência Social tem sido até hoje lidar com as limitações dos serviços e a precariedade do funcionamento da política. Isso inclui vínculos empregatícios frágeis, estruturas inadequadas, equipes reduzidas, pouco investimento para os serviços e uma realidade que exige muito para quem está trabalhando.

Com o tempo, aprendi também que é preciso muita habilidade para lidar com os casos de situação de violação de direitos ao mesmo tempo em que precisamos encarar a realidade das condições de trabalho. Apesar de ter me apaixonado por essa política e de gostar do que faço até hoje, chegou um momento em que eu não estava mais conseguindo enfrentar com despreocupação aquilo que precisa ser feito e as condições que tínhamos para realizar isso, bem como a complexidade de se trabalhar e resolver os casos de violação de direitos, fosse com crianças e adolescentes ou mulheres e idosos.

Foi quando surgiu a oportunidade da contratação de outra profissional de psicologia que poderia ocupar o lugar a qual exerci na equipe do CREAS e eu poderia ser remanejada. Então, desde o ano de 2020 até hoje, estou atuando no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. O trabalho não ficou mais fácil, mas a oferta de serviços e os objetivos das ações que realizo agora são diferentes e também têm o mesmo intuito que em qualquer lugar que se esteja na Assistência Social: lutar contra as desigualdades sociais daqueles que mais precisam e garantir a dignidade das pessoas.

Estando no CREAS ou CRAS, participando de capacitações, oficinas e conferências sobre a Política de Assistência Social, constantemente me deparei com um

tema bastante recorrente e que segundo as facilitadoras era algo primordial para que qualquer equipamento do SUAS conseguisse êxito nas intervenções realizadas junto a uma família ou indivíduo na tentativa de superar as vulnerabilidades em que as mesmas se encontravam, refiro-me a intersetorialidade.

Antes de apresentar o conceito de intersetorialidade, é importante ressaltar que a necessidade de discussão desse assunto surge a partir da existência de estruturas setorializadas. Dizer que algo é definido de forma setorializada implica dizer que há uma fragmentação causada, seja ela por pessoas, ou ainda por instituições que tendem a olhar para as pessoas e seus problemas de forma fracionada, executando seus serviços separadamente de outros setores que possam contribuir para o desenvolvimento de uma demanda. Ou seja, ainda que as ações necessárias sobre um caso possam ser trabalhadas por setores diferentes e se dirijam à mesma criança, à mesma família, ao mesmo indivíduo e ocorram no mesmo espaço territorial, alguns profissionais ainda conduzem ações de forma desarticulada, perdendo de vista a integralidade do indivíduo e a interrelação das demandas, o que conseqüentemente não considera o olhar integral diante das questões sociais e de suas soluções (JUNQUEIRA, 2004).

Junqueira e Inojosa (1997) descrevem que a intersetorialidade é uma ação que transcende um único setor social, ela é a “articulação de saberes e experiências no planejamento de qualquer intervenção, realização e avaliação de condutas que visem alcançar efeito sinérgico em situações complexas, pretendendo, ainda, o desenvolvimento social e a superação de exclusões sociais” de qualquer indivíduo ou família que necessite de atendimento a partir da oferta de serviço e/ou políticas públicas.

A intersetorialidade é a articulação entre as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social, inclusão e enfrentamento das expressões da questão social. Supõe a implementação de ações integradas que visam à superação da fragmentação da atenção às necessidades sociais da população. Para tanto, envolve a articulação de diferentes setores sociais em torno de objetivos comuns, e deve ser o princípio norteador da construção das redes municipais (CAVALCANTI; BATISTA; SILVA, 2013, pp. 1-2).

Em outras palavras, intersetorialidade se refere a um conjunto de equipamentos e políticas públicas que estendam um leque de intervenções e ações de forma conjunta, ou seja, que se comuniquem e se articulem no planejamento da tomada de decisões referentes a uma situação que atenda um indivíduo ou uma família, pois ao mesmo tempo em que uma família é atendida no CREAS ou CRAS, a mesma pode também

requerer suporte da escola, que demanda auxílio da saúde e assim por diante.

Nesse sentido, imaginar a intersectorialidade como realidade em um município com pouco mais de 7 mil habitantes, que dispõe de políticas públicas como Assistência Social, Saúde, Educação e equipamentos como Conselho Tutelar, que referenciam demandas de violência familiar contra crianças e adolescentes, não seria difícil. Porém, o que percebo é que a intersectorialidade é uma prática que ainda precisa ser mais desenvolvida no município de Roteiro, visto que, mesmo que uma família seja atendida no CREAS, tenha demanda na educação, precise de auxílio da saúde e por algum motivo tenha sido advertida pelo Conselho Tutelar da cidade; estes setores ainda enfrentam dificuldades para se articularem.

A partir dessa perspectiva, comecei a perceber que os casos em que crianças e adolescentes sofriam violência familiar, eram os casos com menos participação da rede municipal de forma integralizada. Logo, questiono-me, qual o motivo pelo qual as/os profissionais da rede municipal de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência familiar estão desarticuladas/os entre si na oferta de seus serviços? Falta de informação sobre o tema? Necessidade de articulação e acessibilidade a outras políticas públicas e serviços, bem como às/os demais profissionais da rede? Fragilidade de vínculos com outras políticas? Condições de trabalho insuficientes? Falta de investimentos nessas políticas? Tais questionamentos servem para analisar as condições de trabalhadoras/es do SUAS que também será discutido na pesquisa.

É importante explicar minha inquietação e a relação que percebo entre intersectorialidade e os casos de violência familiar. Salvo os casos mais agravantes em que crianças e adolescentes precisam ser retiradas do ambiente familiar, na maior parte dos casos em que esse tipo de violência ocorre, estas/es ainda precisam conviver com seus agressores. Além de toda a dinâmica necessária quando surge um caso de violência familiar, é necessário também uma continuidade/acompanhamento desse núcleo familiar após a identificação da violência. Nesse sentido, é fundamental que as equipes envolvidas se articulem não apenas no “momento” em que o caso aparece, mas também no seguimento das ações voltadas à criança/adolescente e à família, tanto para que se previna a reincidência da violência, quanto para a reestruturação dos vínculos e laços familiares rompidos. Bem como é crucial que essas/es profissionais possuam condições adequadas para a realização disso.

Na sociedade contemporânea, a violência familiar é cada vez mais frequente e compreende um problema que se associa ao contexto social, econômico e cultural de uma família, vista principalmente pelas ciências sociais e de saúde por sua

caracterização em provocar danos físicos e psicológicos que permeiam a vida de crianças e adolescentes por ela afetadas/os, bem como, a toda família.

A violência está presente em todos os lugares e de diversas formas, ao ponto de estar se tornando um dos problemas mais importantes a serem enfrentados em nosso país. Vivemos em um mundo violento e em uma sociedade constituída por violências; todos os dias nos deparamos com notícias de agressões e espancamentos, assaltos, violência doméstica, dentre tantas outras formas. O termo violência parece indicar algo fora do estado natural, algo ligado à força, ao ímpeto, ao comportamento deliberado que produz danos físicos (PAVIANI, 2016).

Segundo dados da Sociedade Brasileira de Pediatria – SBP (2019), no Brasil, são notificados em média, todos os dias, 233 agressões contra crianças e adolescentes, as quais são físicas, psicológicas e torturas. No ano de 2017, a soma desses três tipos de registro chega a um total de 85.293 notificações. Ao mesmo tempo, boa parte dessas agressões aconteceram no ambiente doméstico ou têm como autores pessoas da família ou que convivem com as vítimas.

Discutir isso, sobre esse parâmetro e sobre outras formas de violência visíveis que não só a agressão física, é fundamental. Porém torna-se tão importante quanto refletir e problematizar as demais formas de violências que podem passar despercebidas, mas que geram um dano tão forte quanto uma agressividade que lesiona fisicamente uma pessoa. É necessário que pensemos no abuso psicológico, na negligência e na ausência de cuidados por exemplo, que muitas vezes são mascaradas pelas famílias e acabam não sendo identificadas pelos profissionais de atendimento, mas que assim como na violência física, deixam suas marcas e afetam o desenvolvimento físico e emocional de crianças e adolescentes.

Gurski (2012), baseada na obra de Ariès (1981),² afirma que a noção de infância e adolescência é uma construção histórica e cultural, pois até o século XII a infância não era mais do que uma fase de passagem a qual a criança não era considerada completa, pois quando não era pequena e frágil demais, a criança já era incorporada à vida dos adultos. É somente a partir do século XIII, mediante a reorganização social, que a infância passou a ser reconhecida como uma fase distinta do desenvolvimento humano, sendo a sociedade responsabilizada por sua formação.

² Apesar de sabermos que Ariés ao falar dessas crianças se refere a um contexto social diferente das crianças brasileiras, o mantivemos no texto, pois consideramos importante para nós o questionamento da naturalização da violência de pais para com os seus filhos retratada até os dias atuais e que também é uma realidade para o contexto de nossas crianças.

A autora descreve ainda sobre como em um dado momento da construção social e histórica, a violência familiar foi tratada como um fato natural, um modo particular de pais lidarem com seus filhos e até mesmo com uma prática educativa. Conduta essa, que ainda hoje, apesar das tantas modificações e ganhos nos direitos de crianças e adolescentes, se torna presente na realidade de muitas famílias. Digo isto, em razão de encontrar discursos e práticas violentas em famílias atendidas na Política de Assistência Social, o que me leva a refletir sobre os modos de viver dessas famílias e como as concepções de violências contra crianças e adolescentes constituídas anteriormente sobre um padrão violentador, ainda se fazem presentes hoje.

Para tentar entender a violência familiar, Azevedo e Guerra apresentam o seguinte posicionamento:

Violência doméstica contra crianças e adolescentes é todo ato e/ou omissão praticado(s) por pais, parentes ou responsável em relação à criança e/ou adolescente que – sendo capaz de causar dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica à vítima – implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma “coisificação” da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (AZEVEDO; GUERRA, 1995, p. 36).

É difícil estabelecer uma só causa e até mesmo uma definição de violência familiar, tanto pela complexidade dessa problemática quanto pelas circunstâncias que a cercam. Nesse sentido, para além de tentar entender como a violência familiar se configura e como crianças e adolescentes são afetadas, é imprescindível que além da vítima e da/o agressora/or, as relações familiares também sejam consideradas dentro desse contexto. Moreira e Sousa (2012) refletem sobre a influência das relações familiares na reprodução da violência familiar e atentam para a relação de poder entre pais ou responsáveis, expondo que essas/es, coisificam crianças e adolescentes, fazendo-as/os de objeto e desrespeitando os seus direitos fundamentais.

Ferrari e Vecina (2002), relata que ao se identificar a violência dentro de um grupo familiar, é possível perceber também que esse tipo de violência determina um padrão de relacionamento abusivo entre pai, mãe e filha/o, que leva ao desencontro, à estereotipia e à rigidez no desempenho dos papéis familiares. Para além de uma relação abusiva entre pai, mãe e filha/o, como citou a autora, a violência contra crianças e adolescentes faz parte de uma cultura baseada em concepções de infância, adolescência, sexualidade e violência que não estão descoladas das relações econômicas, de gênero e de raça que configuram a estrutura da nossa sociedade (CONSELHO FEDERAL DE

PSICOLOGIA, 2009, p. 34). Posto isso, vale ressaltar mais uma vez, o quão importante é a relação da família com crianças e adolescentes, tanto no seu modo de gerenciamento das relações quanto em sua capacidade de influenciar o desenvolvimento de seus integrantes.

Do mesmo modo que é importante como as famílias se relacionam com crianças e adolescentes, é fundamental que as equipes de CRAS, CREAS, e demais, estejam aptas às diversas maneiras de viver das pessoas para que saibam lidar com as situações e demandas que surgem, reconhecendo suas histórias, culturas, fragilidades e habilidades, pautando-se na ética, sem exercer julgamentos ou quaisquer outras possibilidades que enfraqueçam o vínculo que precisa ser criado com as famílias em acompanhamento. Ou seja, que reconheçam onde a família precisa melhor gerenciar seu papel protetivo, bem como onde podem fortalecer suas potências, para então reduzir danos e reestruturar laços familiares rompidos pela violência familiar.

Para Araújo (2002) a violência familiar mantém-se pela impunidade, ineficiência de políticas públicas e ineficácia das práticas de intervenção e prevenção. Mantém-se também com a cumplicidade silenciosa das/os envolvidas/os, o silêncio da vítima, cuja palavra é confiscada pela/o agressora/or através de promessas e/ou ameaças; o silêncio dos demais parentes agressores que fecham os olhos e se omitem de qualquer atitude de proteção da vítima ou de denúncia do agressor; o silêncio das/os profissionais que, em nome da ética e do sigilo profissional, se refugiam muitas vezes numa atitude defensiva, negando ou minimizando os efeitos da violência.

Nesse sentido, refletir sobre os direitos que crianças e adolescentes possuem é também um fator primordial no que se refere à complexidade de elementos que constituem a violência familiar que os afeta.

Para garantir o atendimento desses direitos foi definida a participação de diversas instâncias públicas governamentais e da sociedade civil que, articuladas e integradas, constituem um sistema, denominado Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD). Essa nomenclatura passa a ser oficialmente utilizada a partir da Resolução n.º 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), publicada em 13 de abril de 2006 (BRANCO; TOMANIK, 2012, pp. 403-404).

Em outras palavras, o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente é formado pela integração e a articulação entre o Estado, as famílias e a sociedade civil como um todo, visando o cumprimento da lei que garante a crianças e adolescentes o direito à vida. Vale ressaltar que a viabilização desse sistema, só é

possível hoje, porque é fruto de uma mobilização anterior, marcada pela Constituição Federal de 1988 e pela promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, como parâmetro para políticas públicas voltadas para crianças e jovens, em 1990.

Para o ECA, criado pela Lei nº 8069 de 13 de Julho de 1990, a exploração e o abuso a crianças e adolescentes são considerados como violação aos direitos humanos, ao respeito, à dignidade, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, bem como no desenvolvimento saudável da criança e do adolescente. O art. 4º do ECA estabelece ainda que:

É dever da família, comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (p. 16).

Assim, pensar a prática profissional do atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência familiar é de extrema importância, não apenas por determinar ou não a garantia de direitos de crianças e adolescentes, mas também, por ser um meio de produção de conhecimento, uma vez que entendo que este é lugar onde teoria e prática se articulam.

Diante disso, pensando nas questões que orientam essa pesquisa e em como respondê-las consideramos dividir este trabalho em quatro capítulos. No primeiro, iniciaremos uma discussão pertinente a esta pesquisa. Abordaremos sobre o processo histórico e o desenvolvimento da Assistência Social como política pública de direito, bem como a inserção da psicologia e sua prática nesse campo. Para nós, essa discussão torna-se importante à medida que o interesse por este estudo parte desse lugar, o SUAS.

Para o segundo capítulo faremos uma discussão teórica sobre violência familiar, considerando como as/os autoras/es compreendem esse tipo de violência, como ela ocorre, quais são os tipos de violência e principalmente as problemáticas encontradas, contaremos ainda com os dados estatísticos disponibilizados pelo governo considerando o ano mais recente. Sobre o terceiro capítulo, realizaremos a discussão de todo o nosso processo de construção metodológica e, sobretudo, como as concepções epistemológicas que nos orientaram para esta investigação corroboraram nesse processo.

E no quarto e último capítulo, traremos as análises e discussões dos resultados obtidos nesta pesquisa diante das falas das entrevistadas, e das histórias contadas a partir das minhas vivências.

CAPÍTULO 1 – A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DIREITO, A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA E SUA PRÁTICA NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS

Pensar o percurso de construção da Assistência Social como Política Pública de Direitos é pensar também em todo o processo histórico que constituiu e constitui a sociedade brasileira. É considerar as formas de desigualdades que existiram e delinear os modos de viver das pessoas, sobre a necessidade e organização das ações de proteção social desenvolvidas, mas também os avanços e direitos conquistados até hoje. O intuito deste capítulo não é descrever sobre a história da Assistência Social, mas ao relembrar alguns marcos da história dessa política, compreender como se deu sua constituição no Brasil, não apenas num arranjo institucional, mas considerando os objetivos sociais, suas responsabilidades públicas e seus desafios contemporâneos.

Pretendemos discutir ainda sobre a inserção da psicologia no campo da política de assistência social, o que ela pode oferecer à sociedade nesse contexto, quais suas contribuições para o Sistema Único de Assistência Social e suas/seus usuárias/os, bem como os limites e as tensões geradas a partir das diferentes práticas profissionais nessa área, como também o que esse espaço representa e modifica a psicologia ao longo de sua construção social.

A história do Brasil é marcada pela experiência colonial e a escravidão prolongada que deixaram suas marcas no sistema protetivo. Assim, para se pensar atualmente o país, suas políticas, o funcionamento das redes de proteção e serviços que constituem hoje a formação e seguridade social e a própria Política de Assistência Social, é preciso entender a construção histórica desses, e não esquecer seus traços: a colonização, escravidão, clientelismo, favor, autoritarismo e luta pela independência. Esses traços que marcaram a formação social e a noção de proteção social, moldaram um perfil para a sociedade brasileira e permeiam, contraditoriamente, a história social no país (BRASIL, 2017).

Não há como separar a história da proteção social e da Assistência Social no Brasil, pois ambas estão diretamente vinculadas, principalmente porque foi pela necessidade de proteção social que a história dessa política se iniciou. A constituição da regulação social que partiu da necessidade de organização da classe trabalhadora, ligadas diretamente às desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas da época são aspectos que compõem a narrativa da proteção social, principalmente porque foi a

partir dessa organização que o Estado começou a assumir a responsabilidade de proteção tendo em vista os problemas sociais gerados pelo modelo de organização da sociedade. Do mesmo modo, vale destacar que apesar de variações históricas e culturais, todas as sociedades desenvolveram alguma forma de proteção aos seus membros mais vulneráveis e no Brasil não foi diferente (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2015).

Para entender o significado de proteção social, as autoras afirmam que ela é a estruturação de instituições responsáveis pela oferta de bens e serviços sociais no campo de políticas como educação, saúde, assistência social e previdência, sendo regidas por princípios voltados à defesa de grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, com o intuito de proteger seus membros dos riscos sociais ou vicissitudes da vida em sociedade. Esse conjunto visa aumentar a capacidade de proteção desses grupos à autoproteção e à promoção do enfrentamento das condições econômicas e sociais. Um exemplo de como essa organização aconteceu, foi a emergência e consolidação do movimento operário que fomentou a ação no âmbito da regulação social do trabalho e se estabeleceu na legislação trabalhista e na previdência social. O campo da proteção pública emerge assim, no espaço da regulação do trabalho assalariado (BRASIL, 2017).

Toda essa movimentação em volta da regulação social do trabalho gerou abertura para que instituições da época enxergassem outras questões provocadas a partir das desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas. Por outro lado, a Constituição Federal de 1937, criou uma dualização: de um lado a Política Previdenciária e a legislação trabalhista para as/os trabalhadoras/es formais, predominantemente as/os trabalhadoras/es da indústria, que são “transformados em sujeitos coletivos pelo sindicato e, de outro lado, os informais que são enquadrados como pobres, dependentes das instituições sociais, dissolvidos em atenções individualizadas e não organizadas” (MESTRINER, 2001). Além disso, Cronemberger e Teixeira (2015) criticam essa noção de proteção social ao afirmarem que as iniciativas de proteção impressas pelo Estado expressavam atenção apenas às necessidades pontuais e não estavam associadas a nenhuma noção de direitos e de cidadania.

É importante resgatar que é nesse contexto que emerge o projeto político da Igreja Católica visando a Ação Social em suas práticas filantrópicas de caráter imediatista e religioso. Do mesmo modo, as intervenções executadas com o intuito de realizar mudanças políticas e sociais, mesmo que dentro desse contexto, aconteciam em detrimento das ações de Assistência Social. Sobre a noção de proteção social e as ações

da assistência ainda não serem vistas como um direito da/o cidadã/o, Santana *et al.* (2013) nos narra que:

[...] a origem da assistência social no Brasil e no mundo, tem suas raízes na caridade, na filantropia e na solidariedade religiosa. Sendo que tais práticas compreendiam ações paternalistas e/ou clientelistas do poder público, favores concedidos aos indivíduos, pressupondo que tais pessoas atendidas eram favorecidas e não cidadãos ou usuários de um serviço ao qual tinham direito (p. 3).

As/Os representantes do poder público viram em tais práticas “caridosas” estratégias para o controle das/os indivíduos/os à mercê das expressões da Questão Social ³ – pobreza, desemprego – os quais entendiam estas “ações” como favores e bondade, sem a compreensão de direito que hoje é instituído e previsto em lei. Pode-se afirmar que a Política de Assistência Social carrega em si a dicotomia favor/direito, luta decorrente de sua raiz ligada à caridade – camuflada e objetivada no atendimento dos interesses políticos – que permeia o campo desta política, sendo esse, um dos maiores impasses para sua consolidação plena. Nessa perspectiva, Yazbeck (1995) faz uma reflexão sobre como a relação clientelista moldou um padrão de dominação da pessoa que dela necessitava, chegando a inverter sua finalidade como um favor e não um direito. A autora afirma que:

É importante ter presente que, nas relações clientelistas, não são reconhecidos direitos e espera-se a lealdade dos que recebem os serviços. Estes aparecem como inferiores e sem autonomia, não são interlocutores. Trata-se de um padrão arcaico de relações que fragmenta e desorganiza os subalternizados ao apresentar como favor ou como vantagem aquilo que é direito. Além disso, as práticas clientelistas personalizam as relações com os dominados, o que acarreta sua adesão e cumplicidade, mesmo quando sua necessidade não é atendida (YAZBECK, 1995, p. 8).

Nesse sentido, o debate sobre as políticas sociais brasileiras se torna cada vez mais importante, e a necessidade disso, demonstra que historicamente a política de Assistência Social se caracterizava por sua pouca efetividade social, e por sua subordinação a interesses econômicos e religiosos direcionados principalmente pela igreja católica, apresentando dessa forma, falha no comprometimento em enfrentar o real problema que caracterizava nesse momento a construção da sociedade brasileira, a desigualdade social. Além disso, reflete também a abdicação do Estado que transferia

³ A pobreza ou a fome não é a questão social pelo qual estamos falando, elas são uma expressão dela.

suas demandas a entidades privadas, filantrópicas, gerando a percepção de que a política não poderia se materializar enquanto direito público de cidadania e dever do Estado.

De fato, o padrão de referência da Assistência Social apoiado pelo favor, clientelismo, dentre outros, enraizado historicamente, gerou uma série de tensões em torno do reconhecimento da Assistência Social como política pública de direitos, porém isso não impediu tal acontecimento. Importante lembrar que segundo Cruz e Guareschi (2012) a criação do Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS, fundado em 1938, foi a primeira regulamentação da assistência social no país. As autoras afirmam ainda que esse conselho era formado por cinco especialistas na área social e nove elementos do governo e que cabia a esse, desenvolver estudos sobre os problemas sociais, coordenar obras sociais, bem como estudar as concessões das subvenções.

Muitos acontecimentos marcaram a história dessa política. Em 1942, é criada a Legião Brasileira de Assistência – LBA, órgão responsável por coordenar as ações de assistência em âmbito nacional (CRUZ; GUARESCHI, 2012). Segundo as autoras dois momentos marcaram a criação da LBA, o primeiro-damismo, sendo a LBA fundada pela primeira-dama Darcy Vargas, e o surgimento de faculdades de Serviço Social que visava a profissionalização de mulheres na área da assistência social.

Para Piana (2009), a função política das políticas sociais diz respeito ao contexto de lutas entre as classes sociais opostas, e não podem ser vistas como meros favores das classes dominantes para as dominadas, nem como conquista das reivindicações e pressões populares. É preciso enxergar e considerar a expressão da correlação de forças e lutas na sociedade civil, movimentos pela democracia e concessões dos grupos majoritários no poder objetivando obter legitimidade e controle social. Cruz e Guareschi (2012) relatam ainda que é também nesse contexto onde as ações coletivas começaram a ganhar visibilidade, força, que começaram a surgir também conselhos, fóruns, dentre outros, pautados no diálogo entre sociedade civil e Estado.

A luta pelos direitos e todas as conquistas que tornaram a sociedade civil um canal de parceria para com o Estado, refletiam então um novo cenário para a sociedade brasileira como um todo, principalmente no cenário político, econômico e social. E foi exatamente nesse contexto de novas configurações e concepções para a área dos direitos civis, políticos e sociais, expressas na organização do sistema de seguridade social brasileiro, que a assistência social se configurou por sua natureza pública. A Constituição Federal de 1988 trouxe uma mudança na concepção da Assistência Social,

e tornou-se um marco histórico que quebrou paradigmas de caridade e ainda articulou a política com demais políticas públicas que visavam também a garantia de direitos. Para isso, Piana (2009), afirma que:

A Constituição Federal, promulgada em 1988, chamada Constituição Cidadã, pauta-se em parâmetros de equidade e direitos sociais universais. Consolidou conquistas, ampliou os direitos nos campos da Educação, da Saúde, da Assistência, da Previdência Social, do Trabalho, do Lazer, da Maternidade, da Infância, da Segurança, definindo especificamente direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, da associação profissional e sindical, de greve, da participação de trabalhadores e empregadores em colegiados dos órgãos públicos (PIANA, 2009, p. 39).

Nesse sentido, é importante ressaltar que durante muitos anos a questão social esteve ausente das formulações de políticas no país. Como dito acima, o grande marco é a Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã, que confere, pela primeira vez, a condição de política pública à assistência social, constituindo, no mesmo nível da saúde e previdência social, o tripé da seguridade social que ainda se encontra em construção no país. Depois da Constituição, em 1993 temos a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, no 8.742, que regulamenta esse aspecto da Constituição e estabelece normas e critérios para organização da assistência social, direito que exige definição de leis, normas e critérios objetivos (MDS, 2009).

A partir da LOAS, a proteção social deixa de ter seu caráter enraizado na caridade e no favor para se tornar um instrumento de combate às diversas formas de exclusão social, aconteçam elas com crianças, adolescentes ou idosos. A assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. Cria-se uma nova matriz para a política de assistência social, inserindo-a no sistema do bem-estar social brasileiro, reconhecendo sua legitimidade quanto às demandas de suas/seus usuárias/os, certificando-se que as medidas assistenciais sejam pensadas na garantia de cidadania sob a vigilância do Estado.

Em 2004, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, que organizou em todo o território nacional a prestação de serviços da assistência social. Até então, mesmo com a Constituição de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS em 1993, as ações eram desarticuladas e fragmentadas, impossibilitando seu progresso na garantia dos direitos sociais (MACEDO *et al.*, 2011). Visando uma maior articulação e organização dos serviços ofertados foi necessário a criação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Cruz e Guareschi (2012) apontam que:

Em 2004, a partir das deliberações da IV Conferência Nacional da Assistência Social, é elaborado o Plano Nacional de Assistência Social (Pnas), aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (Cnas). O Pnas indica os eixos estruturantes para a sua operacionalização: concepção, territorialidade, financiamento, controle social, monitoramento e avaliação e recursos humanos. Esse processo culmina com a aprovação da regulação, em 2005, do Sistema Único de Assistência Social – Suas que, a exemplo do Sistema Único de Saúde, estabelece em suas diretrizes e descentralização político-administrativa, o atendimento a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social e participação da comunidade (CRUZ; GUARESCHI, 2012, p. 29).

Com a implementação do SUAS por meio da PNAS e sua posterior tipificação, por meio da resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, os serviços socioassistenciais foram organizados de acordo com os níveis de complexidade do SUAS. Esse, por sua vez, se divide em dois níveis de proteção social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial que se divide em dois níveis (BRASIL, 2004; BRASIL, 2009).

Os serviços de Proteção Social Básica incluem ações de caráter preventivo cujo objetivo é o fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Situam-se aqui os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) (TOROSSIAN; RIVERO, 2009). Os programas e Serviços de Proteção Social Especial apresentam-se através de dois níveis de complexidade. A Proteção Social Especial de Média Complexidade que inclui situações nas quais os direitos das/os indivíduos/os ou das famílias foram violados, mas ainda existe a manutenção dos vínculos sociais e comunitários; e a Proteção Social Especial de Alta Complexidade que se destina a situações nas quais os direitos das/os indivíduos/os ou das famílias foram violados e quando os vínculos familiares foram rompidos. Assim, garante-se a proteção integral para quem se encontra em situação de ameaça, precisando deixar a sua família ou comunidade em abrigos e albergues, por exemplo (TOROSSIAN; RIVERO, 2009).

Há muito o que se discutir sobre o SUAS, vários elementos compõem essa política e integram os programas direcionados ao atendimento de suas/seus usuárias/os, mas há pontos específicos e consideravelmente importantes para essa discussão que não podem deixar de ser discutidos. São eles: a proteção à família, sendo essa um dos focos de atenção da política de assistência social, o território e a vulnerabilidade social/risco pessoal e social. É muito comum encontrar nos documentos oficiais sobre a política de assistência social que a família ocupa um lugar de extrema importância.

Isso significa que a centralidade na família se pauta no seu reconhecimento como um *locus* privilegiado de atenção, cuidado e solidariedade, nos quais seus integrantes encontram apoio contra as dificuldades e inseguranças de suas vivências (PEREIRA, 2006).

Fica evidente que a matricialidade sociofamiliar, um dos princípios da política de assistência social é uma estratégia que visa oferecer proteção para que a família cumpra seu papel social principal, o de cuidado, sustento, educação e socialização dos seus integrantes; portanto, a família torna-se parceira na proteção social, visada como principal vetor para maximizar os serviços oferecidos, condicionando seus membros ao cumprimento de papéis de proteção social pela família (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2015).

As autoras partem de uma visão que afirma que a assistência social enxerga em sua conjuntura a família típica dos anos 50, das quais se esperam funções clássicas, principalmente quando se refere a cuidados, integração e laços de pertencimento. Criticam ainda a concepção de que fortalecendo essas funções pelas quais as famílias deveriam se sustentar, seus integrantes estariam livres dos riscos sociais. De fato, não há como negar que a família possui sua potencialidade na proteção de fragilidades dos sujeitos, sobretudo, quando se refere a crianças, adolescentes e idosos/os em situação de violação de direitos ou qualquer outra vulnerabilidade social. Porém, é importante elucidar que historicamente, nota-se a tendência de a família ser sobrecarregada diante da incapacidade do mercado e do Estado de prover segurança as/os suas/seus (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2015).

Nesse sentido, dois pontos entram em questão. O primeiro refere-se ao fato de que novas formas de constituição familiar existem e conseqüentemente, novas formas de viver também são criadas por meio dessa conjuntura. E desse modo, tratando-se da política de assistência social, não há como enxergar e muito menos intervir considerando a família clássica como um modelo padrão, principalmente porque essa não é a realidade das famílias atendidas no SUAS. O segundo ponto trata-se da concepção de família como um ambiente de proteção. Esse ideal criado a partir da família tradicional e das relações familiares como relações protetivas é falho, pois ao mesmo tempo que esse ambiente gera proteção, pode tornar-se também um ambiente de violências/violador. Sobre o modo pelo qual as famílias são muitas vezes responsabilizadas e culpabilizadas, as autoras apontam o seguinte:

A absorção dessas funções da família pelo Estado, como se percebe na intencionalidade da Política de Assistência Social, não significou desfuncionalização da família, pois esta sempre foi tomada como parceira do Estado que a sobrecarregou com novas tarefas, principalmente no Brasil onde o Estado é subdesenvolvido no quesito proteção ao conjunto da população, especialmente a parcela não inserida no mercado formal de trabalho. A essa resta apenas a proteção da família (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2015, p. 143).

Nessa perspectiva, pensando que ao mesmo tempo em que a família é vista como mantenedora dos direitos de suas/seus integrantes, ela pode também ser vista como uma infratora destes direitos, onde está a falha de proteção? Faz-se necessário problematizar a construção dos diferentes olhares em relação a como as famílias se constituem hoje, bem como às situações de vulnerabilidade em que se encontram. Além disso, é preciso desconstruir sentidos cristalizados que apontam para vários estigmas e que cercam as famílias da política de assistência, mas principalmente para as condições de carência como condições de impossibilidade de vida (TOROSSIAN; RIVERO, 2009).

Segundo a PNAS (2004), considera-se por vulnerabilidade social as situações que desencadeiem processos de exclusão social de famílias e pessoas, ou seja, que vivenciem a ausência de renda, de seus próprios direitos e/ou serviços públicos, pobreza, discriminações sejam elas étnicas, de gênero, por deficiência, dentre outras, bem como a fragilização dos vínculos afetivos, sejam eles familiares, relacionais ou de pertencimento social. Já o risco pessoal e social caracteriza-se pelas interferências causadas pelas situações de vulnerabilidades sociais. Pode-se ressaltar que, no âmbito de atuação da assistência social, as situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, se expressam na eminência ou ocorrência de eventos como: violência familiar física e psicológica, abandono, negligência, abuso e exploração sexual, situação de rua, ato infracional trabalho infantil, afastamento do convívio familiar e comunitário, idosas/os em situação de dependência e pessoas com deficiência e agravos decorrente de isolamento social, dentre outros.

Vale salientar que é de extrema importância analisar todo o contexto em que se insere uma família ou a pessoa em situação de vulnerabilidade social decorrente de violação de direitos. Analisar o contexto sócio-histórico, econômico, político e cultural, permite termos uma visão multidimensional das diversidades e desigualdades em que estas/es estejam inseridas/os. E para além disso, possibilita que, enquanto profissionais, enxerguemos também os diversos fatores que compõem a vida de famílias e usuárias/os do SUAS sem descartar a possibilidade de que esses fatores são capazes de provocar as situações de risco pessoal e social das pessoas, bem como as demais incidências.

Essa necessidade de um olhar mais atento para a vida das famílias e usuárias/os da assistência social é fundamental, pois Torossian e Rivero (2009) acreditam que os sentidos produzidos sobre a vulnerabilidade têm a possibilidade de contribuir tanto para uma homogeneização e manutenção da população num lugar de risco, quanto para construir estratégias de empoderamento das pessoas na construção de potência de vida. A partir dessa perspectiva, é importante refletir em que práticas a psicologia têm se apoiado, se está assumindo um lugar que impulsiona pessoas e suas famílias ao protagonismo social, superando suas vulnerabilidades ou se ainda se apoia em formas excludentes de enxergar as fragilidades dessas/desses, seja pela falta de renda, moradia ou por outras formas de exclusão causadas pela desigualdade social.

Cronemberger e Teixeira (2015) alegam ainda que os problemas que se apresentam ao longo da história das famílias estão relacionados prioritariamente com a impossibilidade de elas articularem respostas compatíveis com os desafios que lhe são colocados, bem como com a irresponsabilidade por parte do Estado em desviar-se da rota de garantia dos direitos sociais através das políticas públicas de caráter universal. Estaria sendo o Estado responsável para com as vulnerabilidades e falhas no sistema protetivo dessas famílias? Equipamentos como CRAS e CREAS seriam então a maneira pela qual o Estado encontrou em alegar sua responsabilidade para com essas/es usuárias/os e suas vulnerabilidades?

Ora, se promover a autonomia das pessoas e os direitos das famílias são condições vitais da assistência social, o fortalecimento de vínculos familiares torna-se exigência para o exercício profissional das/os trabalhadoras/es do SUAS, pois contribuiria para a melhoria da qualidade de vida de família e suas/seus usuárias/os. Mas como se fortalece o vínculo de uma família? Como nós profissionais fazemos isso por elas? Nessa perspectiva, entender o quanto o conhecimento do território e da comunidade é necessário na lógica da Política ou que se produza conhecimento sobre a vida dessas pessoas, como vivem, o que possuem e não possuem, qual a renda e o trabalho que exercem é essencial. Trata-se de um conhecimento profundo, minucioso, que vai rascunhando um desenho, um quadro sobre a vida de cada uma/um das/os cidadãs/ãos que encontra ou é encontrado pelos serviços de Assistência Social (RODRIGUES, GUARESCHI, CRUZ, 2013, p. 14).

Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelas diferentes pessoas (BRASIL, 2008, p. 54). Leão *et al.* (2014) alertam que, apesar de atividades

como a territorialização serem uma das ações fundamentais para a efetivação da política do SUAS, a sua não realização pode acarretar numa falta de conhecimento do território, que por sua vez pode trazer distorções sobre as reais necessidades das famílias e intervenções balizadas nos valores e projetos de vida das/os profissionais e não necessariamente nos valores da política do SUAS.

Mas enquanto instituições estamos cumprindo o que preconiza o SUAS? Estamos reestabelecendo os vínculos familiares e suprimindo as desigualdades das pessoas e famílias para que assim elas consigam a autonomia que precisam para superar suas vulnerabilidades? Não, não estamos. Primeiro porque tentar reestabelecer estruturas familiares é algo que somente a família pode fazer por si só, e segundo porque não temos estruturas e mecanismos disponíveis para sanar o real problema da desigualdade social. No dia a dia enquanto profissionais estamos sempre nos posicionando para apaziguar o sofrimento momentâneo das pessoas e famílias que necessitam do SUAS, e por isso elas sempre “precisaram” acessar os serviços como se nunca conseguissem conquistar a tal autonomia que o SUAS garante oferecer as suas/seus usuárias(os).

Silva (2010) afirma que no desenvolvimento da política social brasileira tem-se um conjunto amplo de programas sociais para a população pobre, mas que a descontinuidade e a insuficiência deles fazem com que a política social no Brasil assumam uma perspectiva marginal e assistencialista que se desvincula daquilo que realmente deveria garantir, geração de empregos e questões macroeconômicas que sirvam para além daquilo que a autora chama de regulação ou administração da pobreza.

Outro ponto específico e importante nessa discussão é sobre quem são as/os usuárias/os dos serviços socioassistenciais. Quem são as famílias que necessitam da Assistência Social? Para quem o SUAS foi feito? Freitas e Guareschi (2014) afirmam que as/os usuárias/os da Assistência Social são consideradas/os “aquelas que dela necessitam”, ou seja, todas/os as/os cidadãs/ãos que se encontram fora dos canais decorrentes de proteção pública.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS (2018), indicadores e pesquisas apontam que o público majoritário atendido pela assistência social é constituído por mulheres negras, entre as quase 14 milhões de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF, mais de 90% das/os responsáveis familiares são mulheres e 75%, entre elas, são mulheres negras. Ainda segundo o MDS (2018) apud Silva e Carvalho (2018) afirmam ainda, que no Serviço de Convivência e

Fortalecimento de Vínculos - SCFV, (serviço de proteção social básica do SUAS e têm por finalidade prevenir a ocorrência e/ou o agravamento de situações de violações de direitos), mulheres/meninas constituem 55% do total do número de atendidas por este serviço.

Além desses dados, em outubro desse mesmo ano, o Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos - SISC revelou que as situações de vulnerabilidade e risco individual e social incidiram, sobretudo, entre as pessoas negras. Dos cerca de dois milhões de atendimentos realizados trimestralmente nesse serviço, 608.651 foram para pretas/os e pardas/os em situações prioritárias, enquanto 268.172 são para brancas/os e 5.725 para indígenas.

Costa (2017), ao analisar as construções étnico-raciais e de gênero, conclui que esses construtos cercam nossa sociedade desde o período colonial, quando a mulher branca era reservada ao confinamento do espaço doméstico, contexto marcado pelo poder da família patriarcal e já a mulher negra, escravizada, restou-lhe a condição brutal de trabalho e satisfação de desejos sexuais de seus senhores brancos, condicionando-a ao estereótipo de mulher negra sensualizada, promíscua e incapaz de formar uma família. A autora afirma ainda que mesmo após o período republicano no pós-abolição, a questão de raça ainda era presente e “confirmava” a superioridade de brancas/os e a inferioridade de negras/os.

A realidade social passou a ser moldada a partir desses pressupostos, e é nesse mesmo contexto que a Assistência Social que até então se mantinha de ações filantrópicas começou a ser organizada pelo Estado. A autora afirma que inicialmente a Legião Brasileira de Assistência surgiu como uma expressão patriótica de apoio às mulheres e que:

Com o tempo, as mulheres de classe média e alta chamadas a realizar um trabalho voluntário dedicado aos “mais necessitados”, dedicariam esforços para realizar atividades em grupos as mulheres mais pobres, com o objetivo de transmitir ensinamentos relativos aos cuidados e à função materna. A produção de feminilidade, a ideia de maternidade como inerente à mulher; e a demarcação de papéis de gênero serão eixos destas intervenções que se moldam “de mulher para mulher” (COSTA, 2017, p. 229).

Que o papel de responsável pela família sempre foi atribuído à mulher, isso já está evidente, mas há ainda outros fatores tão importantes quanto esses a serem discutidos. A exemplo disso, podemos considerar a diferença dessa atribuição em torno da mulher branca e a mulher negra, enquanto a primeira era aquela de um lugar de

privilégio, cuidadora da família; a mulher negra era escravizada, sexualizada e submetida à vontade de seus senhores e para além disso, ainda precisaram “aprender” sobre a função materna com mulheres da classe média e alta como afirmou a autora acima citada.

Por que essa discussão torna-se importante no cenário da Política de Assistência Social? A resposta para essa pergunta é simples: porque as estatísticas confirmam. Mulheres negras, (que muitas vezes ocupam o lugar de responsável pelo núcleo familiar) e pobres são a maioria das usuárias dessa política em diversos serviços, transferência de renda, segurança alimentar, moradia, vulnerabilidade, risco pessoal ou social, dentre tantas outras condições e circunstâncias.

A Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS regulamenta, em seus artigos institucionais, a busca pelo alcance da transversalidade da promoção da igualdade racial e de gênero nas políticas públicas, mas é preciso questionar se ainda estamos lidando com a realidade conservadora da assistência social, como e porque ela se mantém e principalmente se ela é reproduzida no dia a dia das usuárias/os que fazem uso dessa política. É preciso contestar os serviços da assistência social e perceber se esses estão operando com ações que consideram ou desconsideram a raça/cor, gênero e outras dimensões que são inerentes às usuárias/os e suas famílias, se consideram as dimensões que atravessam a pessoa em sua totalidade ou se o ideário de igualdade criado em torno dessa política torna invisível as condições acima citadas.

Mas afinal, o que tem a ver a psicologia com todas essas questões de raça e gênero junto com a política de assistência social? Sobre isso, o Conselho Federal de Serviço Social afirma:

O trabalho de assistentes sociais, psicólogos/as e pedagogos/as, que constituem as principais profissões hoje atuantes no SUAS, requer interface com as políticas da Saúde, Previdência, Educação, Trabalho, Lazer, Meio Ambiente, Comunicação Social, Segurança e Habitação, na perspectiva de mediar o acesso dos/as cidadãos/ãs aos direitos sociais. As abordagens das profissões podem somar-se com o intuito de assegurar uma intervenção interdisciplinar capaz de responder a demandas individuais e coletivas, com vistas a defender a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência e de exploração de classe, gênero, etnia e orientação sexual (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011, p. 25).

É sobre isso, sobre olhar para as diversas formas de violência e exclusão social, mas também para onde mulheres e suas famílias estão inseridas na sociedade e enxergá-las também a partir de suas construções, mulheres negras em situação de pobreza e extrema pobreza e estigmatizadas por tantas construções que ainda hoje tentam

“definir” um padrão que muitas vezes condena, não condiz com a realidade e não considera a história e trajetória dessas mulheres em nossa sociedade.

Dito isso, é fundamental analisar a história da psicologia dentro do campo da assistência social, como ela se insere nesse campo, quais as contribuições do fazer psicológico nas demandas das políticas sociais, como se dá a sua atuação, dentre outros questionamentos. Essas são questões que conduzem nossa discussão sobre a psicologia no campo da assistência social.

Há décadas psicólogas e psicólogos trabalham em comunidades e instituições de acolhimento, mas nem sempre foi assim (CORDEIRO, 2018). Ao longo da história da psicologia no Brasil, ela passou por muitas transformações para se tornar o que é hoje. Em meados da década de 60, quando a psicologia foi instituída como profissão no Brasil por meio da Lei 4.119/62 (BRASIL, 1962), sua formação e atuação se estruturava em três pilares: clínica, escola e indústria. Dentre esses, a área com maior destaque foi a clínica. Naquela época, o entendimento comum era de que a prática psicológica se fazia principalmente por meio de atendimentos individualizados, voltados para a classe média e alta da população.

Como afirmam Rodrigues, Guareschi e Cruz (2013) se, por um lado, muitas/os psicólogas/os têm criticado a medicalização da vida, por outro, a psicologização atualiza-se quando se remete ao campo das explicações psicológicas para tudo o que acontece ao sujeito, isso porque o cotidiano é esvaziado politicamente, e as diversas formas de dominação e controle são invisibilizadas e atribuídas ao território do psicológico. As autoras arriscam-se a dizer ainda que majoritariamente, a psicologia tem-se ocupado em adequar as pessoas à norma, autorizando-se a estabelecer a normalidade/anormalidade, a classificar aptas/os/inaptas/os, corrigíveis/incorrigíveis, determinando modos de vida.

Esse entendimento trouxe grandes consequências para a atuação da/o profissional de psicologia no Brasil, nas quais, essa concepção individualizada e curativa geralmente se remetia a fenômenos mentais pessoais, desconsiderando influências sociais, econômicas, entre outras (RIBEIRO; GUZZO, 2014). Contudo, foi a partir das críticas ao caráter elitista, clínico e individualista da psicologia que começou a surgir um discurso pautado no compromisso social (YAMAMOTO, 2007). Em 1988, com a Constituição Brasileira, foram implementadas políticas públicas no campo da seguridade social, promovendo e ampliando a inserção da psicologia nos serviços públicos (BRASIL, 1988; YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

Mas o que estamos afirmando quando falamos sobre compromisso social da

psicologia? Compromisso com quem ou com o quê? Miron e Guareschi (2017), afirmam que longe de ser um discurso intrínseco à prática profissional no país ou um atributo que caracteriza uma “psicologia do bem” e legitima qualquer prática a ela associada, o Compromisso Social da Psicologia foi construído a partir de uma relação de forças num campo historicamente dado.

Em outras palavras, foi a partir dessa transformação de padrão hegemônico da psicologia e da necessidade de um comprometimento com a transformação social da população que a psicologia passa a adentrar no campo das políticas públicas sociais a partir de uma nova configuração, mesmo que seu papel diante dessa nova configuração ainda não estivesse tão definido pela categoria ou pelas políticas públicas que passaram a usufruir de seus serviços. Nesse cenário a psicologia passa a se comprometer com a promoção de bem-estar e qualidade de vida das pessoas, direitos humanos, pessoas em situação de pobreza, dentre outros.

As autoras reiteram ainda que esse movimento de ruptura com posições até então, predominantes dentro da categoria, engendrados em um cenário de transformação do panorama político nacional, criaram as possibilidades para que temas como política, direitos sociais, cidadania, políticas públicas, entre outros a esses relacionados, passassem a ser de interesse para as/os psicólogas/os, marcando de forma sutil e dispersa a construção da garantia de direitos como um objeto para a profissão mediante as forças presentes naquele momento histórico.

Gonçalves (2010) relata que em certo sentido a psicologia nunca esteve ausente totalmente do campo das políticas sociais, porém, antes de sua regulamentação a prática profissional de psicólogas/os sempre esteve à margem da atuação no setor público, tanto pelo desenvolvimento da profissão quanto por convicções produzidas pela própria psicologia. A autora afirma ainda que para além do compromisso com as elites e manutenção de uma realidade injusta e desigual, apesar de algumas/uns psicólogas/os começarem a discutir a situação da psicologia e seu lugar social em meio ao período da ditadura militar, ficava evidente diante da situação política que não era permitido à/ao psicóloga/o uma atuação que denunciasse a opressão e as desigualdades ou que contribuísse para mudanças com ações inovadoras.

A articulação dos movimentos sociais que resultou no deslocamento das/os psicólogas/os principalmente no que se refere à definição de como queriam estar posicionadas/os diante dessa participação demonstrou que:

O Estado autoritário, desenvolvia políticas sociais dentro de uma visão tecnocrática e autoritária em alguns âmbitos; em outros a

política era a total ausência de políticas sociais. A outra via, encontrada por profissionais descontentes, era o acesso à população por meio dos movimentos sociais. Para a Psicologia, então, esse processo respondeu a necessidade de se colocar de uma nova forma frente às questões sociais e isso trouxe, em geral, a necessidade de produzir outra psicologia (GONCALVES, 2010, p. 92).

Apesar dessa inserção indireta, foi apenas com a implementação do SUAS em 2005, e a criação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOBRH/SUAS em 2006, que a luta pela deselitização da psicologia começa a se fortalecer e essa passa pela atuação das políticas públicas, afirmando cada vez mais o caráter de compromisso social da categoria. A norma estabelece um número mínimo de profissionais necessárias/os em cada serviço, dentro dos quais se encontrava a psicologia, e cada serviço era organizado de acordo com o número de famílias ou usuárias/os atendidas/os.

Com a chegada da NOBRH/SUAS o número de psicólogas/os cresceu rapidamente, a ponto de em janeiro de 2011, possuir cerca de 8 mil psicólogas/os atuando na assistência social e em 2017 contar com mais de 23 mil profissionais – o que correspondia a aproximadamente 10% destas/es profissionais em atividade no Brasil. Além disso, a psicologia aparecia como a segunda categoria profissional mais presente no SUAS (BRASIL, 2006; RIBEIRO; GUZZO, 2014; CORDEIRO, 2018; CURADO, 2017).

Foi apenas em 2008 que o Conselho Federal de Psicologia - CFP lançou a primeira norma técnica intitulada “Referências técnicas para atuação da(o) psicóloga(o) no CRAS/SUAS” (CFP, 2008). Nele, é disposto que a/o profissional de psicologia poderá participar de todas as ações desenvolvidas no CRAS, de modo a construir em conjunto com a equipe interdisciplinar um plano de trabalho que compreenda ações de caráter contínuo e leve em consideração o público alvo deste serviço. Desta forma, a atuação da/o psicóloga/o deverá se basear em investigações sobre essas situações de vulnerabilidade e ademais, no território de abrangência do CRAS (CFP, 2008).

A partir de então, vários documentos de normas técnicas começaram a ser elaborados pelos conselhos das categorias profissionais que compõem o quadro da Assistência Social, dentre eles, especificamente o conselho de psicologia. Esses documentos serviram e servem até hoje, como base para a atuação profissional de psicólogas/os, bem como para a discussão e problematização do processo de construção da psicologia como ciência e seu papel no âmbito da assistência social. Apesar disso, Florentino e Melo (2017) chamam a atenção ao afirmar que há psicólogas/os que

desconhecem os traços e as nuances do Sistema Único de Assistência Social, de forma que conseqüentemente, muitas/os profissionais se mantêm presas/os a práticas tradicionais e conservadoras que cercaram a formação da profissão.

Os autores afirmam ainda que, nessa conjuntura, algumas ações como a visita domiciliar; o estudo social; a busca ativa; territorialização; dentre outros, são atividades incorporadas com estranhamento por parte das/os psicólogas/os, tanto porque não estão familiarizadas/os com essa prática, quanto por atribuírem essas ações como uma função exclusiva da/o Assistente Social. Esse desconhecimento sobre a política de assistência social, bem como as práticas possíveis para a psicologia nesse campo, reflete o quanto a identidade profissional ainda está pautada nos objetivos clínicos e tradicionais, embora as diretrizes do SUAS sejam completamente diferentes.

Segundo Ribeiro e Guzzo (2014), quando outras/os autoras/es discutem sobre a inserção e atuação da psicologia no SUAS, essas/es apontam também para o abismo entre formação e prática, uma vez que na formação ainda se prevalece a ênfase clínica, voltada para o atendimento individual. Esse problema acaba não apenas impactando a atuação dos profissionais que chegam ao SUAS, mas a própria construção do conhecimento, uma vez que o campo da psicologia comunitária pressupõe um modelo de atuação diferente com um referencial teórico-metodológico também diferente. Todo esse processo acaba ainda por afetar a visão da população e das/os gestoras/es sobre o fazer da psicologia, como aquele ou aquela que faz apenas psicoterapia, se limitando a essa dimensão de sua prática

As conseqüências de uma visão individualista da pessoa, focada apenas nas relações psicológicas e esquecendo a importância dos aspectos sociais, culturais e históricos, deixaram suas marcas na construção da psicologia e apesar de ser reconhecida e ter garantido seu espaço no que se refere ao campo das políticas públicas, precisou e ainda precisa reconstruir-se e afirmar-se como parte essencial no desenvolvimento das causas sociais. Florentino e Melo (2017) consideram que a psicologia precisa enfrentar um processo de ressignificação de seu exercício profissional, revendo sua relação com o tema da vulnerabilidade social e desconstruindo determinadas concepções estabilizadas pelo tempo, dando abertura para aquilo que é novo.

Além de dar abertura para o novo, para novas construções e novos conhecimentos, é essencial que no dia a dia, em suas práticas, profissionais da psicologia legitimem o seu fazer profissional dentro das políticas públicas e que desvinculem sua imagem como aquela/e responsável apenas pelos processos

psicoterápicos. Da mesma maneira, que maximizem e potencializem os seus modos de realizar intervenções e agir diante das questões sociais que o cercam.

Isso implica discutirmos aspectos necessários ao posicionamento da psicologia dentro das políticas públicas de direitos, como sua atuação têm se dado, quais fundamentos a orientam e como a oferta de serviço por meio da política de assistência tem intervindo na vida das pessoas. A atuação de psicólogas/os no campo das políticas públicas deve revelar compromisso com a/o cidadã/ão, com o ser humano; em outras palavras, um projeto político voltado para o resgate da cidadania e garantindo participação popular (GONÇALVES, 2010, p. 117).

O fato é que o exercício da psicologia no SUAS foge aos seus padrões tradicionais de atuação, desde o seu público atendido, que passa a ser a comunidade, famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, até os espaços que ela ocupa, como Centro de Referência em Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS, além de suas ações realizadas. É preciso estar bem articulado quanto ao papel em que psicólogas/os exercem dentro do SUAS (SENRA, 2005; SENRA; GUZZO, 2012).

Uma das principais queixas apresentadas por profissionais que trabalham no SUAS é justamente no que tange a formação: é comum o discurso de que os cursos de graduação em psicologia oferecem poucas ferramentas teóricas e metodológicas para atuação nesse contexto. Mesmo existindo referências técnicas e parâmetros de atuação, há também a alta prevalência de práticas predominantemente clínicas e individualizadas na atuação de psicólogas/os (SENRA, 2005; SENRA; GUZZO, 2012). Conseqüentemente, as/os profissionais de psicologia que ingressam na assistência social caem de paraquedas num espaço onde desconhecem a natureza de seus serviços, bem como os parâmetros de sua atuação.

De acordo com um trabalho de revisão bibliográfica, Cordeiro (2018) aponta que diversas/os autoras/es referem a falta de conhecimento sobre o papel da psicologia e sua especificidade no SUAS. Isso é atribuído à falta de informação por parte das/os usuárias/os, profissionais de psicologia e depois profissionais da equipe de assistência. Essa condição faz com que a psicologia seja vista como uma profissão responsável apenas pelo diagnóstico e acompanhamento psicoterápico das/os usuárias/os (CORDEIRO, 2018). Esse movimento de entender e limitar o papel da/o psicóloga/o nas demandas socioassistenciais, torna-se perigoso, à medida que o padrão clínico que cercou a psicologia por anos continua sendo reforçado. Ademais é imprescindível que psicólogas/os sejam as/os principais autoras/es no tocante à desmitificação dos

paradigmas que envolvem a psicologia, bem como a divulgação de outras formas de atuação, intervenção e escuta possíveis dentro da política de assistência.

Miron e Guareschi (2017) afirmam que a articulação entre Psicologia Social e Políticas Públicas é considerada, portanto, não como evidência, mas como campo problemático, localizado em um processo contemporâneo de governamentalização da vida através do qual a gestão das condutas das pessoas vai se tornando parte das ações cotidianas de todos as/os cidadãs/os, especialmente quando se pensa no contexto das políticas sociais. Nesse, não faltam prescrições e mecanismos de controle sobre como usar o benefício, viver em família, conviver na comunidade, criar vínculos, trabalhar, estudar etc. Apesar disso, é importante destacar o que Torossian e Rivero (2012) pensam sobre as construções dos sentidos e significados da vida humana:

Diversas abordagens e conhecimentos produzidos acerca da construção dos sentidos/significados das realidades sociais apontam que longe de serem somente consequências direta da investigação, frutos do desenvolvimento científico, os conceitos e classificações sobre a vida humana são estratégias de afirmação política da emergência de determinados saberes como campos disciplinares e profissionais em determinados tempos históricos. Mais do que descobrir uma realidade humana, esses conceitos produzem sujeitos (TOROSSIAN; RIVERO, 2012, p. 57).

Já o pensamento de Cordeiro (2018) faz com que surja uma reflexão a partir da perspectiva de que estamos produzindo contribuições da psicologia para a assistência e não exercendo o papel da psicologia para a mesma. Reflete o quanto ainda precisa-se discutir sobre a relação da psicologia com as políticas públicas de direitos, e sobre como é preciso analisar as implicações que a psicologia nesses anos de contribuição para a assistência tem exercido diante de seu protagonismo. É possível que psicólogas/os estejam mantendo a norma de psicologizar as famílias e usuárias/os do SUAS frente às questões sociais que vivenciam? Ou até mesmo praticando ações que se configuram como dispositivos de controle sobre as famílias e pessoas?

Essas são questões importantes, porque é preciso que questionemos constantemente como a psicologia no seu fazer, contribui para o enfrentamento das desigualdades sociais e demandas mais que surgem dentro do SUAS de modo que não se torne também uma agente violadora ao prever a melhor forma que as pessoas e famílias têm de viver e estabelecer suas relações.

Segundo Cordeiro (2018), talvez, a proposta interdisciplinar que orienta o trabalho na assistência social favoreça a falta do entendimento sobre o fazer da psicologia. No SUAS, a questão primordial não é quem faz o quê, mas o que deve ser

feito, propondo uma permeabilidade das fronteiras disciplinares. A/O profissional de psicologia precisaria, portanto, aprender com outras/os profissionais, tais como as/os assistentes sociais, a importância de perguntar em uma entrevista inicial se a família é cadastrada no Cadastro Único - CadÚnico, por exemplo. Assumindo esse pressuposto, faz mais sentido não falar em papel, mas em contribuições da psicologia para a assistência.

Muito se fala nos aspectos teóricos do fazer da psicologia na assistência social, mas ao se tratar de um tema tão complexo e abrangente, é essencial levar em consideração a voz das/os profissionais que estão no cotidiano dos serviços, pois é por meio delas/es que o serviço se constrói e se transforma. Quando o assunto é referenciar o posicionamento que as/os psicólogas/os precisam ter dentro da assistência social, nem mesmo os documentos oficiais costumam deixar compreensível. É muito comum, por exemplo, que encontremos nesses documentos normas e orientações para melhorar a qualidade de vida das pessoas, porém, é preciso muita cautela e senso crítico, para questionar esse lugar e quais critérios estabelecemos para “definir o que é melhor para as pessoas”, se é que podemos fazê-lo.

De acordo com as autoras Senra e Guzzo (2012) a inserção de psicólogas/os no Sistema Único de Assistência Social necessariamente deve ser acompanhada de uma reflexão sobre sua prática. A simples reprodução de um formato de atuação tradicional, apenas favorece a manutenção das desigualdades e vulnerabilidades, promovendo uma atuação descontextualizada com a realidade na qual está inserida, ou nesse caso, tentando se inserir. É importante refletir ainda que a inserção da/o psicóloga/o no SUAS representa um avanço na busca pela quebra de paradigmas que cercam a profissão, bem como pelo compromisso social.

De fato, fazer parte da pasta da Assistência requer da/o profissional de psicologia e demais, a busca de alternativas para a superação de problemas que atingem a todas/os as/os usuárias/os. E para isso, conseguir realizar de forma efetiva a intersetorialidade; romper com concepções assistencialistas e práticas clientelistas; efetivar o controle social; enfrentar a precarização dos serviços de vínculos de trabalho e infraestrutura dos serviços; e efetivar as orientações da NOB/RH SUAS (RIBEIRO; GUZZO, 2014), são essenciais para o desenvolvimento das políticas sociais.

Para além de todas as questões acima discutidas, vale destacar ainda as condições de trabalho em que trabalhadoras/es do SUAS têm sido submetidas/os em seu dia a dia. Olhar para o SUAS, teoricamente, é enxergar uma política pública totalmente comprometida e responsável com as/os profissionais que dela fazem parte.

É enxergar uma política que valoriza o fazer profissional na prática e que considera a atuação técnica de assistentes sociais, psicólogas/os, advogadas/os, pedagogas/os, dentre outras/os profissionais da área que fazem parte dessa política. Porém, assim como o fazer da psicologia no SUAS vai mais além dos aspectos que compõem os manuais e instruções de atuação, a prática e o dia a dia de psicólogas/os na Assistência Social também transcende o teórico e a realidade de muitas/os profissionais é uma realidade repleta de desafios cotidianos.

É notório como as transformações contemporâneas vêm afetando o mundo da/o trabalhadora/or assalariada/o, que por muitas vezes submete-se a atividades profissionais que excedem a ética de seu exercício, por exemplo. No SUAS não é diferente, apesar de ser uma política pública pautada em diretrizes e leis que regulamentam seu funcionamento, problemáticas com a atuação profissional, equipes com número de profissionais insuficientes, precarização das condições de trabalho, alta rotatividade de profissionais, condições salariais indignas, formação permanente, dentre outras, são parte do desafio que é ser trabalhadora/or do SUAS.

No ano de 2020, foram lançados boletins pelo Sistema de Informação e Gestão da Assistência Social de Pernambuco em referência a região nordeste, dentre esses, o boletim 4 que analisou as trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social – SUAS bem como, suas condições e organização de trabalho em tempos de pandemia. Para as informações desse boletim foi necessário a criação de um questionário construído em formato de formulário online, que ficou disponível no período entre 25/06 a 10/07/2020 onde 7.456 formulários foram respondidos por trabalhadoras/es do SUAS.

Foi possível observar que se tratando de vínculos empregatícios, 49% são trabalhadoras/es com contratos temporários, o segundo maior percentual é de 18% os quais referem-se a cargos comissionados, as/os estatutárias/os somam 21%, como prestadoras/es de serviço (pessoa física) tem-se 5%, com 3% aparecem CLT e outros tipos de vínculos, contrato para emergência durante a pandemia 3%, e 1% das/os que responderam ao formulário informaram ter vínculo formal.

No SUAS, a precarização dos vínculos trabalhistas afeta mutuamente trabalhadoras/es e usuárias/os. Serpa (2012), em uma análise da política de assistência social do município de Vitória, destaca que a alta rotatividade presente entre as/os profissionais da assistência social ocorre por iniciativa própria das/os mesmas/os, em busca de melhores condições empregatícias. Já Nascimento e Moraes (2020) em sua pesquisa também realizada em Vitória no Espírito Santo, chegaram à conclusão que essa

rotatividade também acontece por parte da gestão, em redirecionar profissionais de um setor para outro, nesse caso, sem a intenção de encerrar o vínculo empregatício.

Aos dois modos, é importante atentar-se ao fato de que essa rotatividade afeta diretamente o vínculo criado entre a/o profissional do SUAS e a/o usuária/o. Apesar do pilar dessa relação ser a oferta de um serviço ou a garantia de um direito, é na relação direta com a/o profissional que está no dia a dia do SUAS que as/os usuárias/os conseguem estabelecer um relacionamento de confiança e garantia desse serviço, principalmente quando a família ou usuária/o são acompanhadas/os pelo serviço de proteção de CRAS ou CREAS.

Ainda sobre o boletim, o nível de satisfação com o salário recebido em virtude do trabalho na área da assistência social, 34% das/os pesquisadas/os relataram estar satisfeitas/os e 7,2% muito satisfeitas/os, 33,1% relataram não estar satisfeitas/os e, 24,8% estão insatisfeitas/os, ou seja, a maioria das/os respondentes não se sentem satisfeitas/os com salários recebidos, representando 57,9% de trabalhadoras/es respondentes. Sobre a faixa salarial observou-se que a maioria das/os trabalhadoras/es que participaram da pesquisa, ou seja 81,7%, afirmaram receber uma faixa salarial de 1 até 2 salários mínimos, 16% afirmaram ganhar de 2 a 4 salários, uma minoria de menos de 2% ganha de 4 a 10 salários.

Nesse sentido, é necessário pensar em possíveis soluções para a melhoria e valorização das trabalhadoras do SUAS, sobre isso:

Ainda na perspectiva de valorização do trabalhador através de ações que contribuam para desprecarização das relações e das condições de trabalho a NOB/SUAS (2012) aponta que é necessário instituir dentre outras ações o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), que é de responsabilidade de cada ente federado. Nessa direção questionamos aos respondentes sobre a existência deste tipo de iniciativas por parte das gestões, uma maioria de 50% afirmou que não sabem informar da existência de PCCS, 24% declarou não haver e que não tem estudo para tal iniciativa, contra 7% que também informou não haver mas que está sendo realizado um estudo, 8% sinalizou que existe e é específico do SUAS (SPOSATI, 2020, p. 21).

De fato, na configuração das condições de trabalho do SUAS, é possível perceber: a manutenção de vínculos precarizados – com a presença da informalização e flexibilização do trabalho –, a ausência ou insuficiência de concursos públicos, as demandas territoriais ampliadas, a insuficiência no quadro de recursos humanos, entre outros traços que compõem as condições técnicas, políticas e institucionais nas quais o trabalho se desenvolve nesse Sistema (SILVEIRA, 2011).

A formação continuada, ou educação permanente é também um ponto crucial no que se refere às condições de trabalho oferecidas pela assistência social, com ela, gestoras/es, trabalhadoras/es e conselheiras/os adquirem novos conhecimentos, habilidades e atitudes frente às necessidades da oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais de forma mais qualificada e comprometida com o plano de superação das vulnerabilidades de suas famílias e usuárias/os. Sobre essa demanda o mesmo boletim informa que a análise dos dados indicou que 39,9% dos respondentes afirmaram que a Política de Educação Permanente foi implantada na esfera onde atuam, 20,7% declararam que não e, 39,4% não souberam informar se existe ou não a política implantada. Os dados apontam para uma insuficiência da Política de Educação Permanente - PEP na região do nordeste.

Outro ponto que atravessa a precarização das condições de trabalho no SUAS é a composição das equipes, é muito comum encontrar equipes incompletas, insuficientes e profissionais que ainda assumem mais de uma função em um só setor de trabalho. Na mesma medida, é preciso reconhecer que o acesso da população ao SUAS é mediado pelo trabalho de profissionais de diferentes áreas de conhecimento que de forma geral, vivenciam desafios em executá-la pela recorrente escassez de recursos já citadas acima. Outro desafio posto às/aos profissionais é a requerida e necessária interdisciplinaridade, processo “de reconhecimento das diferenças e de articulação de objetos e instrumentos de conhecimento distintos” (BRASIL, 2009). Esses são alguns desafios que estão postos para nós e, parece-me importante, a partir do lugar da psicologia, pensá-los criticamente.

No capítulo seguinte discutiremos a violência familiar contra crianças e adolescentes, seus conceitos, contextos, as relações familiares e os demais fatores que estão relacionados a esse tipo de violência.

CAPÍTULO 2 – VIOLÊNCIA FAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CONCEITO E CONTEXTO

Falar sobre violência familiar contra crianças e adolescentes é discorrer também sobre as muitas facetas que se conectam a esse assunto. É dialogar sobre o próprio conceito de violência, de infância e adolescência, sobre famílias e suas relações, sobre a estrutura social, econômica e cultural dessas famílias, sobre as políticas públicas de atendimento, direitos e leis que acobertam a segurança de crianças e adolescentes, o acesso a esses direitos, bem como sua efetividade na prática, mas principalmente sobre como a visão histórica a qual a infância e a adolescência sempre estiveram entrelaçadas, definiu, moldou e ainda reflete até hoje, na concepção de crianças e adolescentes.

A história do Brasil é marcada pela herança cultural de indiferença no trato à situação de crianças e adolescentes pobres, uma história concebida tendo a criança ou o adolescente como expressão de desvio social, desvirtuação da moral; problema esse, enfrentado mediante ações repressivas contra famílias desfavorecidas, crianças em situação de rua, abandonadas, envolvidas em atos infracionais, consideradas inadaptadas ao convívio familiar e comunitário, que não conseguiam prover suas necessidades de subsistência, cuidar de sua saúde, etc. (SANTOS, 2013, p. 16).

Assim como Gurski (2012) compreendemos que a infância não é uma fase biológica da vida, mas uma construção cultural e histórica, sendo assim, as variações etárias não podem dar conta de sua variabilidade e totalidade. Nesse sentido, apenas estudando a infância e compreendendo as distorções a que esteve submetida por muito tempo, é que teremos condições de compreender e transformar as concepções que foram construídas anteriormente na tentativa de reconstruir o caminho em que a sociedade tem percorrido para reconhecer na criança um ser autônomo, digno e capaz.

Enxergar que crianças e adolescentes são sujeitos que possuem direitos assim como qualquer pessoa adulta; que por lei são asseguradas/os de oportunidades a fim de lhes auxiliar em seu desenvolvimento físico, mental, social, em condições de dignidade; nos dias de hoje, não é uma tarefa difícil, porém, é importante ressaltar que em momentos de nossa história o público infanto-juvenil nem sempre foi visto dessa forma.

Relembrar esse processo histórico é recordar também as diversas formas de violência e exclusão social que crianças e adolescentes, principalmente as mais pobres sofreram pela falta de leis e direitos básicos que possuem hoje. Da mesma forma, é relembrar também a importância da criação de leis específicas para o público infanto-

juvenil, políticas públicas de atendimento e os serviços que hoje são ofertados no intuito de garantir direitos e prevenir diferentes formas de vulnerabilidades sociais a toda criança e adolescente sem discriminação de nascimento, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição de desenvolvimento e aprendizagem, econômica ou social, local de moradia ou qualquer outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Dessa forma, vale ressaltar o pensamento de Freitas (2003) que, para além de trazer a relação tormentosa entre a criança e a sociedade como um objeto de estatísticas alarmantes acerca das precariedades que assolam os universos infantis no mundo todo, faz uma crítica também ao fato de que as representações da infância muitas vezes voltam-se contra ela e, raramente, atuam ao seu favor.

De fato, as consequências históricas e as marcas de um olhar equivocado sobre a infância e adolescência repercutem até hoje, e apesar dos avanços históricos e legais para com crianças e adolescentes ainda é possível identificar que muitas das crenças criadas anteriormente em torno da infância, marcam a relação dessas, bem como de muitas famílias. Não há como negar que o *looping* da desigualdade social, continua gerindo quem merece e quem deve usufruir de direitos básicos promulgados em lei, apesar que teoricamente não se faça nenhuma distinção. Desse modo, é importante questionar toda essa estrutura que define e demarca a maneira como as relações violentas de famílias, governo, instituições e sociedade civil são constituídas até hoje.

Com os avanços nas diretrizes dos direitos de crianças e adolescentes e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), as diversas formas de violência contra o público infanto-juvenil começaram a sair da esfera de silenciamento e invisibilidade social para se tornar um problema público e de responsabilidade da família, sociedade e estado, garantindo para além do enfrentamento das diversas formas de violência, a atenção psicossocial para crianças e famílias que dela necessitassem. Nesse cenário, a violência familiar deixou de ser um episódio invisível para se tornar um fenômeno cada vez mais visto pelas ciências sociais, de saúde, educação, bem como a ser estudado.

Pela complexidade desse tipo de violência, por serem os pais, mães e familiares próximos as/os agressoras/es e, além disso, por envolver concepções arraigadas sobre as práticas de educação das famílias, é difícil estabelecer um só conceito que defina a violência familiar contra crianças e adolescentes, porém, Azevedo define que:

Violência doméstica contra crianças e adolescentes é todo ato e/ou omissão praticado por pais, parentes ou responsável em relação à criança e/ou adolescente que – sendo capaz de causar dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica à vítima – implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma “coisificação” da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (AZEVEDO, 2008, p. 8).

O Ministério da Saúde (2001), em seu caderno de orientações para a prática em serviços sobre a violência familiar, vai mais além da definição de Azevedo e afirma que esse tipo de violência pode ser cometido dentro e fora de casa, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, embora que sem laços de consanguinidade. De qualquer forma, esse tipo de violência, típico de um poder abusivo dos pais e responsáveis, caracteriza um processo de objetificação da criança e da/o adolescente cuja prática insulta diretamente em uma negação dos valores fundamentais dessas/es, como a vida, saúde, liberdade, segurança e principalmente a convivência familiar e comunitária.

Para Ferrari e Vecina (2002), a violência é pensada sempre do ponto de vista de relações de força expressas enquanto relações de dominação, ou seja, em que as diferenças na sociedade são convertidas em relações de desigualdade e essa, convertida em relações assimétricas hierarquizadas, que implicam que a vontade de uma/um seja subordinada a de outras/os. É nesse sentido que a ação é violenta. Para a autora, a violência é, portanto, uma ação que envolve a perda da autonomia, de modo que pessoas são privadas de manifestar sua vontade, submetendo-a à vontade e ao desejo de outras/os.

Como já foi dito anteriormente, quando se fala de violência familiar, deve-se considerar qualquer tipo de relação de abuso praticado pela família, parentes ou pessoas próximas, em seu contexto privado ou até mesmo fora dele. Igualmente, é preciso estar em alerta às diversas formas em que essa violência pode ser reproduzida, inclusive, simultaneamente. Na literatura presente, pode-se atentar para a violência física, sexual, psicológica e a negligência como as principais formas de violência que compõem as especificidades da violência familiar.

A primeira diz respeito à relação de poder de uma pessoa em relação à outra, que por meio do uso da força física, ou de algum tipo de arma pode provocar lesões externas, internas ou ambas (BRASIL, 2002). Segundo o relatório de 2019 do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH, onde são analisadas as denúncias de violência pelo Disque Direitos Humanos (Disque 100),

ferramenta telefônica do governo brasileiro, comparado ao ano de 2018, os casos de violência sofreram um aumento de 15%, totalizando em 159.063 denúncias de maus tratos, tendo o grupo de crianças e adolescentes representado aproximadamente por 55% desse total com 86.837 denúncias. Referente a violência física, os casos chegaram a atingir 21% desses mais de 150 mil registros.

Para Azevedo e Guerra (2001), a violência sexual pode ser considerada todo ato sexual entre uma criança/adolescente e um adulto, no intuito de obter estimulação sexual, independente se a relação se constitui heterossexual ou homossexual. No relatório acima citado, esse tipo de violência aparece como a quarta violência mais denunciada, representando 11% dos registros. Além disso, é importante destacar também aquilo que é definido como violência sexual,

situações onde as/os agressoras/es possam colocar a vítima em contato com materiais pornográficos (revistas, filmes ou sites), por exemplo, também é considerado uma violência. Sobre isso, o ECA, dispõe em seu Art. 241-D que; aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, a criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso também é uma forma de violência sexual.

Para além disso, práticas como deixar a criança presenciar relações sexuais e/ou atos libidinosos, o que não configura conjunção carnal, como afirma o Código Penal em seu Art. 218-A, onde informa que; praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem, também são considerados como violência, um exemplo disso, é a masturbação.

Não há como separar a violência psicológica das outras formas de violência, porque como afirma Moreira e Souza (2012) esse tipo de violência é expresso por palavras, gestos e olhares, mas que isso não impede que no caso da violência física por exemplo, a violência psicológica também esteja presente, considerando que a violência emocional está sempre atrelada ao ato de agredir fisicamente ou sexualmente uma criança tornando-a refém do medo e pavor. Já Azevedo e Guerra (1998) acredita que a violência psicológica ocorre quando um adulto constantemente deprecia a criança, bloqueia seus esforços de auto-aceitação, o ameaça de abandono e lhe causa sofrimento mental.

Por último, Ferrari e Vecina (2002) apontam a negligência como o abandono psicológico e emocional, tanto pela ausência de uma atenção positiva, quanto pela disponibilidade afetiva e interesse dos pais/responsáveis pela criança/adolescente. É a falta de atenção, de interesse, o esquecimento. Essa forma de violência talvez seja a

mais difícil de ser identificada dentro do contexto da violência familiar, exceto quando ela atinge uma forma mais externa onde as pessoas ao redor podem visualizá-la. Apesar disso, nos dados registrados pelo Disque 100 no ano de 2019, a negligência foi o tipo de violência mais denunciado, representando 38% do total de registros.

Nesse tipo de violência, as funções parentais apresentam deficiência e acabam por resultar em práticas que afetam a construção dos vínculos afetivos, a união, o apego, a estrutura de novos relacionamentos, principalmente geracionais, bem como a ausência ou a insuficiência de recursos básicos e essenciais para a sobrevivência de crianças/adolescentes. Vale ressaltar que há o tipo de negligência causado pela exclusão social e pela pobreza, assim como há aquele que é provocado mesmo sem a carência de recursos socioeconômicos, ou seja, se todo o dinheiro conseguido pelos pais ou responsáveis e que seria para a atenção dos filhos é desviado para o consumo de bebidas alcoólicas, então configura-se um cuidado negligente (AZEVEDO; GUERRA, 1998).

É importante pensar ainda, sobre como o patriarcado também estruturou a violência que crianças e adolescentes sofrem. Hooks (2020) ao discutir sobre como o movimento feminista sempre esteve a intervir na conscientização cultural da violência doméstica, afirma que inicialmente o foco do feminismo destacava a violência doméstica de homens contra mulheres, mas que com o progresso do movimento, surgiram evidências de que a violência doméstica também estava presente em relacionamentos com pessoas do mesmo sexo e que crianças também eram vítimas da violência patriarcal de adultos, mulheres e homens.

Sobre isso, Hooks (2020) afirma:

O termo “violência patriarcal” é útil porque, diferentemente da expressão “violência doméstica”, mais comum, ele constantemente lembra o ouvinte de que violência no lar está ligada ao sexismo e ao pensamento sexista, à dominação masculina (HOOKS, 2020).

A autora afirma ainda que por muito tempo, o termo violência doméstica tem sido usado como um termo “suave”, pois remete a algo íntimo e privado, e que além disso, as pessoas tendem a entender esta violência entre adultos como algo à parte da violência contra crianças, quando na verdade não é. E acrescenta que com frequência crianças sofrem abuso quando tentam proteger a mãe que está sendo atacada por algum companheiro e quando são afetadas emocionalmente por presenciar cenas de violência e abuso.

Hooks (2020) acredita que é crucial que o movimento feminista tenha como pauta o fim de todas as violências, mas que ao se tratar da violência doméstica, fique

compreendido que ela é resultado do sexismo e que não tem como esse tipo de violência acabar sem que o sexismo acabe, mas que compreende o quanto essa ainda é uma associação difícil para as pessoas, já que essa lógica exige um desafio grande, que é a mudança fundamental de se pensar as questões de gênero. E por fim, alerta que é essencial que pais e mães aprendam sobre a maternagem e a paternagem não violenta, para que assim as crianças não se posicionem a favor da violência e assim não reproduzam maneiras violentas de lidar com situações difíceis.

Além dos dados acima informados, vale a pena ressaltar algumas informações que são essenciais para o desenvolvimento dessa discussão. No âmbito das denúncias recebidas pelo Disque 100, em 2019, verificou-se que 56% das vítimas eram do sexo feminino e que além disso, houve acréscimo de 19% do número de vítimas do sexo feminino, e de 15% do sexo masculino. Esse aumento é fruto da elevação do total de denúncias no ano. Por fim, os dados colhidos por sexo permitem apurar, em pequena escala, uma maior margem da vitimização para sexo feminino, com percentual superior à distribuição populacional da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

Em Alagoas, o número de casos de violência familiar contra crianças e adolescentes representou, no ano de 2019 um total de 1.986 denúncias, superando os casos de 2018 e representando uma porcentagem de 23,7% da população total do estado. Em análise dos dados por região, observa-se que as denúncias estão concentradas em sua maioria, na Região Sudeste, entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Ainda sobre os dados do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e Disque 100, a maioria das violações é praticada por pessoas próximas ao convívio familiar, que os vínculos que envolvem Mãe, Pai, Padrasto, Irmão, são o público mais propenso a cometerem esse tipo de violência e que a casa da vítima ou da/o suspeita/o é a localidade onde a violência mais acontece. A seu turno, o pai e a mãe aparecem em 58% das denúncias como suspeitas/os das violações, sendo que a mãe figura em 40% das ocorrências como a responsável pelas violações. Contudo, é importante lembrar que a principal violação – a negligência – costuma ter como característica social a responsabilização da mãe em detrimento de outros familiares.

Isso não significa que mulheres tenham um perfil mais abusador em relação aos homens; embora essa informação seja um dado divulgado pelo governo, é preciso estar atenta/o à realidade que faz isso se tornar possível. O que acontece na prática é que a maioria das famílias são chefiadas por mulheres e mulheres pobres, como afirma Godinho e Silveira (2004). Além disso, Manfrini (2003) constata que é a mulher quem

mais utiliza os serviços públicos na condição de gestora do cotidiano e assume a maioria dos trabalhos domésticos, a educação das/os filhas/os e o cuidado com as/os doentes e não só isso, mais também é ela quem resolve predominantemente os problemas das/os agregadas/os familiares mais que os seus próprios problemas enquanto mulher.

Portanto, é irresponsável apenas informar que são as mulheres quem estão no topo da representação de violência por violações de direitos de crianças e adolescentes. É preciso que haja também em contrapartida a análise do contexto em que essas mães estão inseridas e principalmente que se questione como as políticas públicas têm estabelecido suas preferências. É preciso indagar se as políticas públicas de hoje são marcadas por medidas pensadas em função das mulheres ou se elas ainda são pautadas por preferências masculinas e não por necessidades femininas.

Oliveira, Battistelli e Cruz (2019) ao realizarem um ensaio que discute maternidade e racismo a partir de reflexões em psicologia e assistência social, afirmam que a responsabilização de mulheres-mães-negras e como as mesmas sofrem com a desigualdade social a que estão expostas e com diferentes formas de violência social é algo que as fazem estarem no topo de mães negligentes. E que por isso, precisamos pensar no que é negligência, mas principalmente em como essas mães, dentro do contexto da assistência social são estigmatizadas como negligentes.

As autoras afirmam ainda que essas mulheres são sobreviventes, porque o que lhes é demandado e esperado, diante da desigualdade que vivem, é cruel. Para elas:

São elas que vão viver na tentativa de responder ao que lhes é demandado e esperado. Mulheres que tem/terão suas vidas e práticas de cuidado judicIALIZADAS, sua intimidade escrutinada por diferentes serviços das políticas públicas. Mulheres que serão mais facilmente destituídas dos seus direitos. Mulheres que são/serão julgadas como negligentes quando seus/suas filhos/as se constituírem em mais um assassinato nas estatísticas da segurança pública (OLIVEIRA; BATTISTELLI; CRUZ, 2019, p. 123).

Além disso, as autoras criticam a relação de maternidade e cuidado e de como isso foi incumbido às mulheres, principalmente na Política de Assistência Social. E concluem que existe uma construção de cidadania que atravessa um lugar onde é possível que a mulher receba a culpa. E que cabe às mulheres negras e pobres, o julgamento por tudo o que acontece com os seus.

Além de todos os fatores já citados que corroboram para o desenvolvimento da violência infanto-juvenil, o ano de 2020 marcado pela pandemia do COVID-19

preocupou muitas/os estudiosas/os sobre a possibilidade remota do aumento de números de casos devido ao isolamento social. O isolamento afetou não somente a rotina das pessoas, mas também o funcionamento dos serviços. As famílias precisaram manter-se em casa para assegurar a saúde das/os suas/seus, porém, o maior número de casos de violência familiar contra crianças e adolescentes, acontecem dentro de casa, como afirma o próprio Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. E os serviços, sejam eles de cunho social, saúde ou educação, precisaram se adequar a esse momento e promover formas de atendimentos/funcionamentos diferentes que atendessem a demanda de seus usuários, respeitando os decretos governamentais de distanciamento social e as orientações em prol da saúde de todos.

De acordo com Platt *et. al.* (2020) desde os primeiros casos identificados no Brasil e os números devastadores de pessoas contaminadas e mortas, a adequação às formas de evitar o contágio e a obrigatoriedade sanitária de isolamento social foram medidas necessárias para evitar o contágio progressivo do coronavírus. Para Marques *et. al.* (2020) com o avanço da transmissão da doença nos diversos países e a ocorrência de transmissão comunitária, as recomendações de medidas de contenção social, que foram propostas em diversos países, incluindo o Brasil, são estratégias fundamentais não apenas para conter o aumento exponencial dos casos da doença, mas também para evitar a sobrecarga no serviço de saúde.

Contudo, Marques *et. al.* (2020) destaca ainda que essas recomendações possuem também uma perspectiva negativa ao afirmar que:

Tais recomendações têm severas repercussões negativas para a atividade econômica em todos os seus níveis e para a vida em sociedade. O momento para torná-las imperativas tem sido alvo de discussões e tensões entre pesquisadores, setor produtivo e governantes. Nesse cenário de disputas entre as medidas a serem adotadas e com uma tímida política pública de apoio financeiro para as populações mais pobres, grande parcela desta população segue sua rotina de trabalho em busca de sustento, sem poder se beneficiar das medidas protetivas do distanciamento social (MARQUES, *et. al.*, 2020, p. 10).

Embora o distanciamento social seja fundamental para diminuir a propagação exponencial do vírus, é preciso considerar também os demais fatores que atravessam o contexto pandêmico, muitas crianças e adolescentes podem estar enfrentando uma situação de risco aumentado, bem como muitas famílias, pais e/ou responsáveis também lidam com as questões sociais e econômicas que as/os afetam. Esse risco acontece porque essas/es crianças estão mais tempo em casa com as suas/seus agressoras/es, já que cerca de 300 milhões de crianças no mundo são regularmente

submetidas à violência física ou psicológica dentro da própria casa, segundo dados do relatório de 2017 da Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. Além disso, essas crianças também ficaram distanciadas de setores que as ajudavam, como a escola, o CRAS, a igreja etc. (LEVANDOWSKI, *et.al.*, 2021, p. 02).

Nesse sentido, falar sobre os dados, as estatísticas, as problemáticas e a vivência deste momento, a partir destas circunstâncias, torna-se primordial para essa discussão. Refletir sobre as notificações, como as denúncias foram realizadas, o acesso à internet ou ao telefone, já que os serviços de proteção também se adaptaram ao momento da pandemia, quantos casos deixaram de ser denunciados por toda a logística de adaptação devido ao COVID-19, os fatores sociais e econômicos em torno das famílias, crianças e adolescentes, bem como as/os profissionais da rede de proteção integral a crianças e adolescentes desenvolveram seu papel e suas ações combatendo esse tipo de violência, dentre outros, são alguns dos fatores a serem analisados.

Alguns fatores como o medo de contaminação, o isolamento social imposto, as limitações, bem como as dificuldades financeiras decorrentes da pandemia, podem ter constituído condutas para que essa violência aconteça com mais frequência. Platt *et. al.* (2020), afirma que o estresse familiar associado a outras condições, é adoeceador e pode influenciar nesse processo.

O estresse familiar associa-se intimamente à incerteza/insegurança do futuro próximo, à possibilidade de adoecer e de vivenciar o adoecimento de um familiar/ente querido, ao medo de não conseguir acesso adequado à saúde, às notícias que não são promissoras nas mídias, aos problemas econômicos relacionados à perda do emprego e/ou à queda do rendimento familiar mensal. Soma-se a esses fatos o aumento do tempo de convívio com as crianças e os adolescentes, agora praticamente 24 horas, tanto pela necessidade de isolamento social como pelo fechamento de escolas (PLATT *et. al.*, 2020, p. 4).

A autora acrescenta ainda que o estresse se associa também à ausência de outras/os componentes da rede de apoio familiar, como a convivência com avós, tias/os, vizinhas/os e até mesmo de instituições como igrejas ou projetos sociais, e que essa tensão experienciada e expressada pelas mães e pais, reflete-se nas crianças e nos adolescentes, que passam a adotar o mesmo comportamento de tensão, agressividade, dentre outros.

Um ponto de concomitância entre as pesquisas de Platt, Marques, Levandowski e suas/seus colaboradoras/es, é a importância e o papel da escola diante de casos desse tipo de violência, pois, sabe-se que na maioria das vezes é desse ambiente que partem as denúncias e encaminhamentos. Isso porque, segundo Marques (2020), é nesse espaço

que a criança e o adolescente encontram o suporte social necessário, bem como a figura do adulto de confiança.

A pesquisa de Levandowski (2021) intitulada “o impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul”, revelou que houve uma queda no número de notificações no período de março a abril de 2020.

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, também confirmou essa informação, considerando que, quando um maior número de estados começou a decretar o isolamento social como medida necessária para reduzir a contaminação pela covid-19, houve uma queda de 17,1% nas denúncias, quando na verdade esperava-se pela estabilização ou aumento delas. Para o Ministério, a explicação para essa variável é a suspeita de que em casa, longe da escola, muitas crianças e adolescentes por mais que estejam mais expostas/os a situações de abuso e exploração sexual, os casos têm sido subnotificados ou nem estão sendo denunciados.

Segundo Platt *et. al.*, (2020), em julho de 2020, foi publicado no Diário Oficial da União, a Lei nº 14.022, que assegura o atendimento, durante a pandemia de COVID-19, de órgãos de atendimento a mulheres, crianças, adolescentes, pessoas idosas e cidadãos/ãos com deficiência vítimas de violência doméstica ou familiar. A lei serviu para reforçar a necessidade do atendimento às vítimas e a urgência desse atendimento, sendo considerado como serviço essencial, ou seja, não poderá ser interrompido enquanto durar o estado de calamidade pública causado pelo novo coronavírus.

É um paradoxo idealizar que os serviços de proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência familiar ofereçam a mesma qualidade de atendimento e intervenções às demandas, quando tantas restrições foram impostas, quando as equipes e as/os profissionais estão sobrecarregadas/os, adoecidas/os ou não possuem os equipamentos necessários de proteção para exercerem suas atividades. Bem como quando se trata da política de educação e assistência social, percebe-se que a utilização de atividades - *onlines*, e até mesmo o uso do celular como os principais pontos de acesso a atendimentos são fatores que dificultaram a adesão das/os usuárias/os pelos serviços. É importante ressaltar que, principalmente no âmbito da Assistência Social, estamos lidando diariamente com famílias e indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza, vulneráveis socialmente e que podem não ter meios de se adequar a essa nova perspectiva de atendimento.

Segundo Levandowski *et.al*, (2021), medidas emergenciais têm sido propostas com foco no enfrentamento das situações de violência doméstica durante a pandemia

do novo coronavírus. Dentre elas, destacam-se aquelas aplicáveis aos casos contra crianças e adolescentes descritas por Marques:

(1) a garantia de atendimento 24 horas pelos canais de notificação, como o Disque 100; (2) manutenção do trabalho dos Conselhos Tutelares, seja por plantão presencial ou via telefone, WhatsApp e aplicativos de celulares; (3) incremento de campanhas de alerta acerca das situações de violência contra crianças e adolescentes, principalmente aquelas voltadas a vizinhos, parentes e amigos, que podem ter algum contato com prováveis vítimas e notificar os casos; (4) aumento do investimento em organizações civis que prestam auxílio às vítimas; (5) criação de sistemas de alerta em farmácias e mercados; (6) declaração de casas de acolhimento às vítimas como serviço essencial (MARQUES, *et. al.*, 2020, p. 04).

Ainda de acordo com Levandowski *et. al.*, (2021) estudos vêm mostrando as fragilidades nessa rede de proteção devido a fatores como a complexidade dos casos atendidos, a falta de condições estruturais ideais, da capacitação profissional e da articulação entre os serviços. Sendo assim, é esperado que, num momento de crise como a pandemia do novo coronavírus, essas fragilidades sejam exacerbadas, dificultando ainda mais a garantia de direitos de crianças e adolescentes, como por exemplo, a demora entre a notificação e as medidas de proteção efetivas, que podem levar a perpetuação ou intensificação da violência.

Infelizmente, o que se tem presenciado no país é a falta de investimentos nos serviços públicos essenciais. As políticas como SUAS e Sistema Único de Saúde - SUS estão precarizadas pela falta de comprometimento do governo brasileiro em suprir a necessidade de suas/seus profissionais e usuárias/os do serviço. A remuneração de profissionais é desfasada e o investimento nas políticas para garantia dos direitos de suas/seus usuárias/os está precário.

Segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2021), apesar de crianças e adolescentes não serem as/os mais afetadas/os diretamente pelo coronavírus (Covid-19), pesquisas deixam evidentes que elas/es são vítimas ocultas da pandemia. Fatores como impactos na renda familiar, limitação de ir e vir, restrição de espaço, fechamento de escolas, difícil acesso à internet e aulas - online, isolamento social, aumento da exploração do trabalho infantil e da violência doméstica, podem afetar em muito a nova geração.

Silva (2020) afirma que esse contexto de pandemia ocasionou, dentre outras coisas, impactos negativos para o desenvolvimento mental, físico e psíquico das crianças, que apesar de serem menos atingidas biologicamente pela Covid-19, estão predispostas ao surgimento e/ou aumento das vulnerabilidades de seus direitos e maior

exposição à violação deles, considerando que o convívio com a família se tornou mais prolongado.

Diante disso, é importante se atentar também aos índices desse tipo de violência. Em nota publicada em novembro de 2020, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos – MMFDH, com base em dados registrados pelo Disque 100 e do Ligue 180, afirmou que as denúncias de violações contra mulheres, crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência cresceram quase 33% no ano de 2020. O Ministério afirma ainda que, até setembro desse mesmo ano, foram contabilizados 237.992 registros, quando no ano passado, esses canais registraram 179.051 de casos.

Apesar da diminuição de notificações em fevereiro e março de 2020, como vimos anteriormente, os registros relacionados a crianças e adolescentes também dispararam. Foram contabilizados 73.310 até setembro deste ano, o que representa um crescimento de 12,4% em relação ao período anterior que registrou um total de 65.212 denúncias. É importante salientar que esses dados não se referem ao total de denúncias referentes ao ano de 2020. Segundo a nota, Fernando Correia, responsável pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos - ONDH, que coordena os canais de denúncias do Ministério em questão, o balanço completo do número de denúncias recebidas pelos canais será divulgado durante o lançamento de um painel interativo que permitirá o cruzamento dos registros.

Quando o assunto é denunciar esse tipo de violência, sabe-se que existe também um padrão de silenciamento que automaticamente configura um dos obstáculos mais comuns a ser enfrentado nesse processo que é a identificação desses casos, bem como intervir e principalmente reestruturar os laços familiares que são rompidos através da violação sofrida. Além disso, muitas vezes, o discurso da criança/adolescente não é levado em consideração, tornando-se um discurso inválido. É importante entender que a violência não é um fenômeno natural como acreditam algumas/uns, mas, ao contrário, construída historicamente e socialmente e transmitida às novas gerações. Conseqüentemente, a desvalorização da figura criança/adolescente como pessoa de direitos é parte dessa construção e perpetua até hoje como forma de opressão e negligência o direito a voz que os mesmos possuem.

São crianças sem voz e sem vez, aprisionados em uma relação assimétrica de poder, em que só lhes restam a submissão à vontade do outro e a renúncia ao próprio desejo. Vivem um drama que afeta seu desenvolvimento tanto físico como emocional, o que pode gerar indivíduos com graves dificuldades de vinculação. Além disso, como consequência surgem sequelas imediatas ou tardias, físicas e

emocionais, traduzidas em sintomas como dificuldades escolares, de relacionamento social (FERRARI; VECINA 2002, p. 88).

Priore (1991) lembra que a história da criança se fez à sombra daquela das/os adultas/os. Para ela, entre pais, mestres, senhores ou patrões, os pequenos corpos dobraram-se tanto à violência, à força e às humilhações, ao mesmo tempo em que foram amparados pela ternura e os sentimentos maternos.

No entanto, quem lê adultos, leia também instituições; pois esta história que contamos, lança luzes sobre crianças prisioneiras da escola, da Igreja, da legislação, do sistema econômico e, por fim, da FEBEM, numa linhagem extensa de tarefas e obrigações que as desdobravam, no mais das vezes, em adultos. Enfaticamente orientadas para o aprendizado, o adestramento físico e moral e para o trabalho, perguntamo-nos se havia entre elas tempo e espaço para o riso e a brincadeira. Perguntamo-nos se em algum momento elas se sentiam realmente crianças (PRIORE, 1991, p. 3).

Apesar da violência ser uma ferramenta de silenciamento de crianças e adolescentes, muitas vezes causada pelo medo, vergonha, ameaças e até mesmo promessas, esse pensamento de que criança não sabe o que fala é algo constituído pela relação de poder para com a imagem da pessoa adulta e principalmente sobre o olhar da criança como um ser humano incapaz de se comunicar socialmente, despidos de qualquer subjetividade e reduzidas/os a objeto de obediência.

Hooks (2019) afirma que onde cresceu, se você fosse uma criança, fazer-se ouvir era um convite à punição, à palmatória, ao tapa na cara que te pegaria desavisado, ou à sensação de varetas queimando seus braços e pernas; a autora afirma ainda, considerando aquilo que socialmente conhecemos como educação à moda antiga, que crianças deveriam ser vistas e não ouvidas, que erguer a voz, responder, retrucar, significava falar como uma/um igual a uma figura de autoridade e, portanto, um ato de risco e ousadia, já que falar sem ser convidada/o, ainda mais para uma criança, naquela época, era um ato de muita coragem.

Ferrari e Vecina (2002) apontam uma outra forma de silenciamento presente na dinâmica da violência familiar. As autoras refletem para além da importância da família em denunciar e atenta para a ética de profissionais se manifestarem sobre os casos de violência se comprometendo com a garantia da integridade física e emocional de crianças e adolescentes. Diz ainda que excluir-se dessa responsabilidade é permitir que a violência se perpetue, além de ser uma forma de manter a criança e a/o adolescente como “cidadãos/os de papel”, e que, se a família não consegue prover aos seus

integrantes os cuidados necessários, cabe então à sociedade o direito de protegê-las/os.

Nessa perspectiva, vale destacar a noção de obediência criada nas relações familiares e que em alguns momentos é estabelecida como fundamento para formas de violência. Moreira e Sousa (2012) afirmam que em uma sociedade de traços adultocêntricos, como a nossa, as crianças são consideradas incapazes e são submetidas, muitas vezes, pelo uso da força física e da coerção psicológica, às determinações de suas mães e seus pais, professoras/es e responsáveis e que a violência familiar, em sua face da violência física, tem sido muitas vezes justificada como necessária ao processo educativo. As ações de “bater para que as crianças aprendam” ou “bater para corrigi-las”.

Desse modo, questionar os significados atribuídos a essa forma de violência, os impactos causados por ela, os motivos pelos quais pais, mães, responsáveis, dentre outros, deixam de exercer um papel protetivo para exercer uma relação violenta com crianças e adolescentes e como se constituem as relações familiares, considerando que esse é um espaço privado e singular onde aspectos e ideologias formam os modos de viver e constituem as relações familiares, é parte do processo de compreensão dessa problemática. É importante termos em mente uma visão abrangente em se tratando de violência familiar, pois é preciso observar as características tanto pessoais como circunstanciais dos integrantes familiares envolvidos, além das condições ambientais em que ocorre o fenômeno, as questões psicológicas de interação, o contexto social e as implicações socioeconômicas (FERRARI; VECINA, 2002).

Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (2018), a ausência de suporte mínimo a uma pessoa, é uma forma de violência generalizada mais aparente em países onde as grandes desigualdades sociais refletem o desrespeito das/os mais favorecidas/os em relação às/aos menos favorecidas/os. Os caminhos trilhados no percurso histórico dos direitos a crianças e adolescentes refletiram a necessidade de adequação das políticas de atendimento a esse público, todo esse percurso foi importante para alcançar os direitos e a atual atenção preconizada à esta população nos dias de hoje. Contudo, assegurar os direitos preconizados no ECA é um desafio que exige rupturas com relação ao modelo anteriormente vigente e o desenvolvimento de novas práticas tanto pela sociedade e Estado, quanto pelas/os profissionais que passam a compor os serviços de proteção social a crianças e adolescentes (FRANÇA; FERREIRA, 2012; LIMA; VERONESE 2012).

O artigo 227 da Constituição, adicionado ao que estabelece o artigo 86 do ECA, configura o que denominamos Rede de Proteção Social, e deles podemos extrair o papel

de cada um dos segmentos, papel esse que a lei estabelece como dever. É importante apontar a que se remete essa rede de proteção social, quem a compõe, qual a sua finalidade, que tipos de serviços ela oferece e como essa proteção se efetiva no dia a dia de crianças e adolescentes que sofrem esse tipo de violência.

Segundo Farinelli e Pierini (2016), durante o processo de redemocratização do Brasil, criaram-se novas formas de participação popular, e dentre as várias inovações, surgiram os conselhos que consistiram em uma proposta concreta de participação da sociedade civil em parceria com o Estado, transformadas em realidade na Constituição de 1988, objetivando a defesa e a proteção à infância. Para deliberar e controlar as políticas públicas de promoção, defesa e garantia de direitos e zelar pelos princípios estabelecidos no ECA, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA (Lei 8242/1991).

Esse conselho consiste em uma das primeiras conquistas após a aprovação do ECA, criado em 1991 pela Lei nº 8.242, vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos, órgão da presidência da República. É um órgão no qual o governo e sociedade, de forma paritária, formulam políticas públicas e decidem sobre a aplicação dos recursos destinados ao cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente na esfera federal. Tem amplo poder de fiscalizar as ações executadas pelo poder público, e é responsável pelo Fundo Nacional da Criança e do Adolescente, além de ter como dever, definir as diretrizes dos Governos do Estado e Municipal, dos Conselhos Tutelares e sua formação e acompanhar a elaboração e execução do orçamento da União (MONFREDINI, 2013; TEIXEIRA, 2010; CANTINI, 2008).

Com isso, surge o Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente, que define quem são os agentes da rede de proteção integral a esse público e como suas intervenções podem colaborar para o enfrentamento desse tipo de violência. Através da Resolução nº 113 de 2016 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA que dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e o fortalecimento desse sistema, podemos compreender que:

Art. 1º O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal (Resolução nº113/2006 do CONANDA).

No inciso do artigo acima citado, o Conanda afirma ainda que esse sistema deve articular-se com todos os sistemas nacionais de operacionalização de políticas públicas, especialmente nas áreas da saúde, educação, assistência social, trabalho, segurança pública, planejamento, orçamentária, relações exteriores e promoção da igualdade e valorização da diversidade, promovendo a proteção integral a crianças e adolescentes.

Para Farinelli e Pierini (2016), trata-se de um sistema estratégico, que está para além de um sistema de atendimento, é complexo em sua estruturação, e deve promover ações que viabilizem a prioridade do atendimento à infância em qualquer situação com a finalidade de promover, defender e controlar a efetivação integral de todos os direitos da criança e do adolescente (direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos).

Esse sistema, segundo Tasselli (2016) é formado por três eixos principais que estruturam a sua formação, são eles:

1. **Defesa:** Consiste no acesso à Justiça à proteção legal dos direitos de crianças e adolescentes, assegurando a exigibilidade, impositividade, responsabilização de direitos violados e responsabilização de possíveis violadores. A autora informa ainda os agentes que fazem parte desse eixo; Varas da Infância e Juventude; Varas Criminais; as Comissões de Adoção; Corregedorias dos Tribunais; Coordenadorias da Infância e Juventude; Defensorias Públicas; Serviços de Assistência Jurídica Gratuita; Promotorias do Ministério Público; Polícia Militar e Civil; Conselhos Tutelares; Ouvidorias; Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedecas), além de outras entidades e instituições que atuam na proteção jurídico-social.
2. **Promoção de Direitos:** De forma transversal e intersetorial, este eixo é responsável por transformar o que está previsto na lei em ações práticas. Por exemplo, quem realiza o direito à educação são as/os professoras/es, coordenadoras/es pedagógicas/os e todas/os as/os atrizes/atores da comunidade escolar. O mesmo vale para os direitos do campo da saúde, saneamento básico e todos os outros que ocupam o leque das necessidades básicas das crianças e adolescentes.
3. **Controle Social:** Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Setoriais nas áreas afins, como Conselhos de Saúde, Educação, Assistência Social, contribuem na formação de políticas públicas, deliberando e veiculando normas técnicas, resoluções, orientações, planos e projetos. Nesse eixo, são realizados o monitoramento e a fiscalização das ações de promoção e defesa. O controle também é exercido por organizações da sociedade civil, Ministério Público, Poder Legislativo, Defensorias Públicas, Conselhos Tutelares, sociedade civil, cidadãos e pelos Fóruns de discussão e controle social.

Nesse sentido, pensar um “Sistema de Garantias dos direitos da Criança e do Adolescente”, composto por inúmeros órgãos, entidades e atrizes/atores sociais, que

devem atuar de forma integrada e articulada é construir uma verdadeira “rede de proteção social”, com ações voltadas à prevenção e à proteção de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, por intermédio de políticas públicas sérias e duradouras, elaboradas e implementadas pelo Poder Público com a indispensável participação dos mais diversos segmentos da sociedade.

O termo rede sugere a ideia de articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços a garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais vulnerabilizados ou em situação de risco social e pessoa. [...] uma rede pode ser o resultado do processo de agregação de várias organizações afins em torno de um interesse comum, seja na prestação de serviços, seja na produção de bens. (GUARÁ, 1998, p. 12).

Antes mesmo da formulação do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, a Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 já mencionava a importância da integralidade entre os serviços. E é exatamente esse conjunto de órgãos, instituições, autoridades governamentais e não governamentais que, com base na política de atendimento devem se articular e organizar, tanto internamente quanto coletivamente, para promover a efetivação de todos os direitos infante-juvenis, atender e solucionar casos em que estes são ameaçados/violados e assegurar a instituição e o correto funcionamento de uma rede de proteção intersetorial, ampla e funcional.

A importância dessa rede de proteção como um sistema de garantia dos direitos de crianças e adolescentes e não somente como uma estrutura de atendimentos individualizados e interferências desarticuladas, afirma-se mais uma vez pelo que escreveu Baptista (2016): dada a incompletude do âmbito das instituições para enfrentamento da complexidade das questões a serem enfrentadas, é necessária uma intervenção concorrente de diferentes setores nas diversas instâncias da sociedade e do poder estatal.

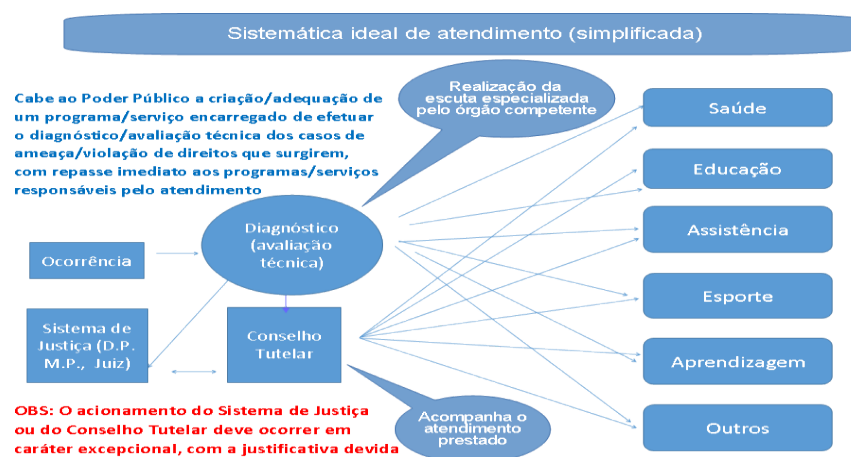
A autora afirma ainda que a efetividade e a eficácia das intervenções realizadas a este público dependem de sua dinâmica, que, por mais complexa que seja sua arquitetura, não pode deixar de realizar a articulação mais lógica, que é o trabalho intersetorial, interinstitucional, intersecretarial e, por vezes, intermunicipal. Baptista (2016) defende que essa articulação deve levar à composição de um todo organizado e relativamente estável, orientado por suas finalidades.

É importante lembrar que essa rede é imensa e que de fato, não tem como conhecê-la em sua totalidade, inclusive por questões territoriais. Os órgãos que fazem

parte de uma rede municipal, como Roteiro, que é uma cidade com pouco mais de 7 mil habitantes, não são os mesmos existentes na cidade de São Miguel dos Campos, por exemplo, que é um município vizinho e possui mais de 61 mil habitantes. Assim, como nenhum dos municípios citados se compara a Capital de Maceió, em termos territoriais e conseqüentemente nos serviços que são prestados.

Na imagem abaixo, disponibilizada pelo Procurador de Justiça do Ministério Público de Paraná, Murillo José Digiácomo em 2019, é possível identificar aquilo que para ele seria a sistemática ideal de atendimento de forma simplificada.

Quadro 1 – Sistemática ideal de atendimento (simplificada)



Fonte: DIGIACOMO, 2019, p. 24.

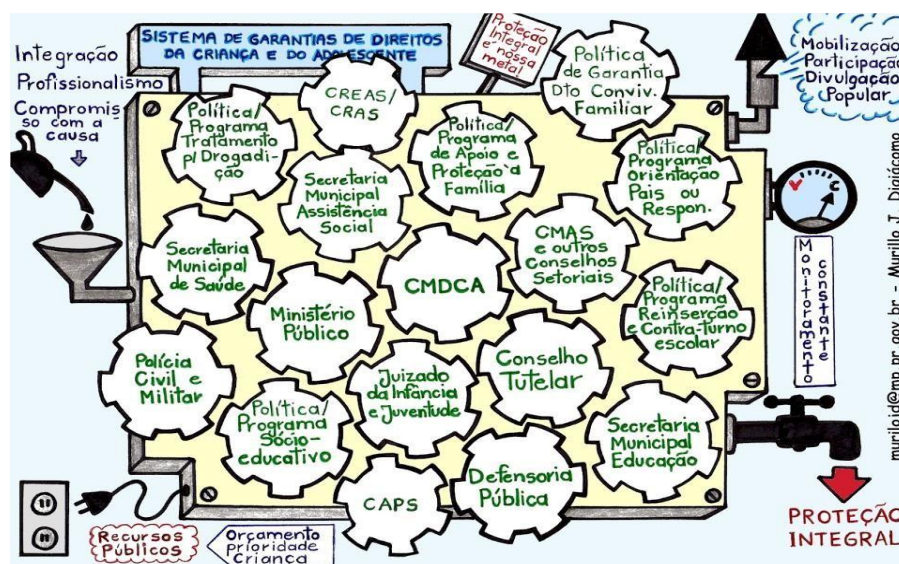
Em síntese, a imagem refere-se a como se dá o fluxo de atendimento a partir de uma situação de violação de direitos da criança e do adolescente. Vale ressaltar dois fatores importantes sobre isso. O primeiro refere-se a de onde parte a denúncia e de quem a recebeu. Apesar do Conselho Tutelar ser o órgão competente para essa denúncia ser feita, nem sempre é por intermédio dele que o município pode tomar conhecimento desses casos. Além disso, qualquer profissional no território pode suspeitar ou receber essa denúncia de forma direta ou indireta, esteja ela/ele na Assistência, Educação, Saúde, Esporte, Segurança Pública ou qualquer outro órgão.

O outro fator a ser considerado, é que o fluxo apresentado acima, de forma simplificada, indica os primeiros passos que devem ser realizados com a suspeita de um caso de violência familiar contra crianças e adolescentes, porém, em territórios onde a população é maior e dispõe de outros serviços especializados de atendimento a esse público e a esse tipo de violência, esse fluxo pode ser alterado e ampliado. Por isso, que identificar, notificar, atender e manter uma atitude vigilante, de acordo com a

necessidade e gravidade do caso e com a proposição de ações preventivas, como afirma o Núcleo Regional de Educação e *et al.* (2010), é primordial.

Além dessa imagem, o Promotor Murillo José Digiácomo também disponibiliza uma outra, onde se é possível entender essa rede ampla por uma outra perspectiva.

Quadro 2 - Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente⁴



Fonte: DIGIÁCOMO, 2019, p. 28.

Nessa segunda imagem, é possível perceber de forma mais ampla outros órgãos que não foram apresentados na primeira imagem, mas que fazem parte dessa rede de proteção a crianças e adolescentes. No entanto, dois elementos chamam atenção nela, recursos públicos e orçamento prioritário para a criança. É muito comum que em se tratando de intersetorialidade e rede de proteção, a literatura presente direcione muitas responsabilidades a quem a compõe, assim como afirma Motti e Santos (2008) sobre medidas que podem ser tomadas para a eficácia dessa rede:

Estabelecer uma Agenda de Trabalho comum; definir um calendário de reuniões; constituir um processo permanente de mobilização para os encontros e reuniões; ter uma condução democrática que envolva todos; definir que organização será responsável pela secretaria executiva da Rede de Proteção Social; registrar todos os eventos, reuniões e encontros; e estabelecer um calendário de visitas para sensibilizar os gestores das diversas políticas públicas e organizações da sociedade civil (MOTTI; SANTOS, 2008, p. 6).

⁴ A imagem escolhida pode refletir uma ideia de engrenagem que é muito característica de um pensamento mecanicista. Porém, não nos associamos a essa perspectiva. A ideia é visualizar o modo como essa rede se estabelece. Também acreditamos no processo cíclico das relações entre as instituições.

Porém, assim como na imagem disponibilizada pelo autor, é importante que os municípios entendam que, na verdade, cada um deles deve estar preparado para prevenir e enfrentar as demandas da infância e para além disso, também entendam que não se faz política pública sem recursos financeiros e condições dignas de trabalho para as/os profissionais.

Importa que para além de que cada profissional reconheça seu papel e o cumpra, as gestões em todos os níveis também entendam que é preciso organizar espaços, adequar ou até mesmo criar programas e serviços, selecionar, qualificar e eventualmente contratar profissionais que supram as necessidades não apenas da violência contra crianças, mas de todas as demandas sociais, que se defina também os papéis e as responsabilidades de cada profissional, para que as mesmas não acumulem funções e em consequência disso deixem de exercer com eficácia seu papel e que também construa medidas de "fluxos" e "protocolos" de atendimento que sejam capazes de proporcionar a rápida intervenção e a efetiva solução dos casos que surgirem, de acordo com a realidade do município e independentemente de sua complexidade e/ou da necessidade de acionamento do Poder Judiciário.

Por fim, é imprescindível considerar aquilo que Motti e Santos (2008) detalham sobre o trabalho em rede: é uma forma de trabalho coletivo, que indica a necessidade de ações conjuntas, compartilhadas, na forma de uma "teia social". Uma malha de múltiplos fios e conexões. É, portanto, antes de tudo, uma articulação política, uma aliança estratégica entre atrizes/atores sociais (pessoas) e forças (instituições), não hierárquica, que tem na horizontalidade das decisões e no exercício do poder, os princípios mais importantes, considerando que os fatores responsáveis pela sua ocorrência são múltiplos e se constituem em um "nó" de difícil resolução, segundo Saffiotti (1995).

Em seguida, iniciaremos a discussão metodológica de nossa pesquisa, considerando em como a iniciamos, como foi seu processo e sua finalização. Nesse capítulo discutiremos ainda sobre o território, quem foram as pessoas escolhidas para a realização das entrevistas e os construtos e conceitos que acreditamos e fizeram nossa pesquisa se tornar possível.

CAPÍTULO 3 – REFLETINDO SOBRE A PESQUISA: DISCUSSÕES EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS

Construir a metodologia dessa pesquisa trouxe implicações que me cercaram desde o meu ingresso no programa de mestrado. Considero importante citá-las porque foi a partir delas que nossas concepções sobre o modelo metodológico dessa pesquisa surgiram. Essas implicações geraram um processo de reflexão constante que influenciou na escolha da elaboração dos procedimentos e teóricos que fizeram desse processo, um processo viável. Além disso, considero que falar sobre essas implicações é importante para que se torne possível à compreensão da maneira pela qual optamos em conduzir nossa metodologia de pesquisa, meu lugar enquanto pesquisadora, o território onde se concentra esse estudo e, sobretudo, o público ao qual realizamos essa investigação.

Quando digo implicações, refiro-me especificamente às inquietações geradas a partir das circunstâncias pelas quais realizamos esta pesquisa. Ao mesmo tempo em que me ponho a pensar sobre a importância de conhecer a perspectiva das profissionais⁵ frente à violência familiar que crianças e adolescentes sofrem, percebo um campo de investigação onde estou totalmente inserida para além do papel de pesquisadora. Digo isso, porque o campo em que esta pesquisa foi realizada é também o lugar em que resido e atuo profissionalmente, e dessa forma, é importante ressaltar que pesquisei as profissionais pelas quais tenho contato em algum momento do dia a dia, durante o expediente de trabalho no atendimento às demandas da Assistência Social.

Há muito que se refletir sobre esse processo de ocupar um só território em diferentes funções, mas é importante lembrar principalmente das possibilidades que a/o pesquisadora/or pode encontrar ao seu favor nesse contexto. Minayo (2002) afirma que devemos buscar uma aproximação com as pessoas que participarão do estudo, e que essa aproximação pode ser facilitada através do conhecimento de moradoras/es ou daquelas/es que mantêm sólidos laços com as trabalhadoras que pretendemos convidar para participar do processo investigativo. Diz ainda, que de preferência deve ser uma aproximação gradual, e que cada dia de trabalho seja refletido e avaliado, com base nos objetivos preestabelecidos, e, que, além disso, é fundamental consolidarmos uma

⁵ Optamos por utilizar na análise os pronomes no feminino porque pensamos na linguagem como um instrumento da igualdade de gênero e principalmente porque as trabalhadoras entrevistadas nessa pesquisa – como na área da assistência de um modo geral – são todas mulheres.

relação de respeito efetivo pelas pessoas e por suas manifestações no interior da comunidade pesquisada.

Pensando nisso e considerando as circunstâncias em que me encontro enquanto profissional da rede municipal, esse processo de aproximação pelo qual Minayo menciona acima, já estaria estabelecido? As relações que mantenho como profissional são suficientes para o vínculo que preciso criar com as pessoas que participarão junto comigo desta pesquisa? Há uma diferença no modo como a relação profissional/profissional e pesquisadora/profissional se estabelecem? Nesse sentido, o que define ou limita o meu lugar de profissional e pesquisadora? Portanto, partilhamos do ponto de vista de Minayo sobre a aproximação para com as pessoas e consideramos que neste lugar onde a pesquisadora é ao mesmo tempo uma outra pessoa, (profissional) é também um lugar onde se é possível realizar pesquisa de forma ética, pois, são nas relações e afetos para com essa outra pessoa, quando assumimos o papel de pesquisadoras/es, que conseguimos realizar a pesquisa. E dessa forma, diferentemente do que uma perspectiva positivista afirma, esse duplo lugar se constitui muito mais como uma qualidade para a realização do estudo que uma desvantagem. E é esse duplo lugar que aqui quero afirmar.

O contexto em que se constitui essa pesquisa, a facilidade de movimentar-se em um mesmo território como profissional e agora como pesquisadora, nos remete ao texto de Sato e Souza (2001) ao dissertarem sobre o modo etnográfico em pesquisa. Para elas, a etnografia é definida como uma pesquisa sobre e nas instituições, baseada na observação participante e/ou registros permanentes da vida diária nos locais e contextos em que ela acontece. Apesar da aproximação de nosso estudo para com esse método em termos de concepção epistemológica, é importante destacar que esta pesquisa não se trata de um estudo etnográfico.

No entanto, dentre os aspectos que compõem o modo de fazer pesquisa etnográfico, um deles atravessam esse estudo e é extremamente importante no que se refere a esta discussão epistemológica e metodológica. Refere-se ao pesquisar em conjunto com as pessoas que participaram do processo investigativo. Ou seja, diferente de outras estratégias e desenhos metodológicos, onde se conta com um protocolo que direciona comportamentos a serem adotados na produção de dados em que muitas vezes se padronizam falas, em nossa perspectiva, a construção da pesquisa se dá a partir do diálogo constante entre pesquisadora/os e colaboradoras/es, da construção paulatina e dialógica de estratégias para a produção de informações (SATO; SOUZA, 2001).

Não se trata de um processo individual pelo qual a/o pesquisadora/or detém todo o conhecimento, mas sim de um processo, como afirma Sato e Souza (2001), de reconhecer a existência, ainda que implícita na maioria das vezes, de que vamos a campo com teorias e com hipóteses, e precisamos estar prontas/os a colocá-las em suspensão ou a refutá-las diante do que nesse processo observamos. Outro ponto não menos importante que permeia a pesquisa etnográfica e atravessa nosso estudo é o constante questionamento e atenção da/o pesquisadora/or sobre si mesma/o. Para Sato e Souza (2001) esse movimento de olhar para si é fundamental, uma vez que é a relação da/o pesquisadora/or para com as pessoas do local e dela/dele com as teorias e hipóteses que gerarão os “achados”. Afirmam ainda que é preciso estarmos continuamente nos perguntando: o que estamos fazendo? E que é a partir dessa postura interrogativa, que conseguiremos questionar aquilo que nos é familiar, que nos conota sentido e atribuir significados.

Logo, discutir a relação conhecimento/poder entre pesquisadora/or e participantes também é um aspecto indispensável para esta pesquisa. Em uma entrevista cedida, a Cejas (2011), Curiel aponta uma discussão sobre essa relação de conhecimento/poder a partir de uma perspectiva de descolonização e afirma que é importante não apenas questionar essa relação de saberes, mas também perceber as correlações de poder que determinam o conhecimento, que tornam invisíveis outras formas de produção de saber e principalmente de onde se localiza esse conhecimento e como o mesmo circula.

Para além disso, a autora também traz em sua discussão que o processo de descolonização significa reconhecer as teorias que emergem das práticas políticas, ou seja, trata-se de um processo de olhar criticamente de onde parte e de onde o nosso conceito de conhecimento está localizado, principalmente porque, para ela, a maior parte do conhecimento que obtivemos tem como referência as teorias europeias, e, portanto, refere-se também ao movimento não apenas de reconhecer, mas de transformar essas práticas políticas produzidas cotidianamente por outras/os pessoas, vistas como informação ou procedimento, na teoria propriamente dita.

Nessa mesma entrevista, Curiel (2011) escreve que por causa da herança eurocêntrica acredita-se ainda que o teórico seja produzido na academia e Butler (2000) afirma que é possível, equivocadamente, que se pense em “teoria” como algo efetivado na academia, como uma especialização ou talvez até mesmo como uma marca que circula dentro de um mercado. A autora afirma ainda que as teorias que possamos ter sobre nossa existência são importantes para que pensemos sobre a melhor forma de

vivermos e sobre o modo pelo qual organizamos nossas vidas. Ao mesmo tempo em que questionam o conhecimento como algo produzido somente na academia, as autoras reconhecem que este, bem com as práticas do cotidiano, também são formas de conhecimento importantes, ainda que não necessariamente científicos.

Nesse sentido, questionar esse lugar e a relação de conhecimento dentro da pesquisa é fundamental, assim como refletir sobre a possibilidade de transformar as vivências das pessoas que pesquisam em conjunto conosco em fonte e produção de conhecimento para além daquilo que é acadêmico, repensando o modelo teórico de conhecimento e apontando para as novas possibilidades de construção daquilo que é considerado teoria. Para além disso, essa prática só é possível quando a/o pesquisadora/or assume esse lugar, o lugar de produzir pesquisa sobre epistemologias e bases que não as tradicionalmente aceitas dentro da academia.

O pensamento de Curiel e Butler trazem a reflexão sobre dois pontos inerentes à nossa pesquisa. O primeiro refere-se a minha atuação profissional. Quando Butler (2000) questiona a importância da teoria sobre os modos de viver de alguém, está questionando o modo como nos utilizamos daquilo que é teórico para dialogar com a vida das/os pessoas, e isso remete diretamente a minha atuação enquanto psicóloga no SUAS. O que quero dizer é que condicionalmente e pela natureza da política de assistência social, estamos o tempo todo nos utilizando do conhecimento teórico e produzido na academia, para entender, intervir, justificar e até mesmo propor mudanças de vida nas vidas das pessoas que atendemos diariamente.

Isso não significa dizer que o conhecimento teórico que temos produzido não seja importante ou significativo para a vida das pessoas, mas que de fato, por vezes, aquilo que é teórico atravessa a esfera de atuação profissional de modo que nos esquecemos de enxergar aspectos relativos à maneira de viver de uma pessoa ou de uma família e inviabilizamos a construção do modo de viver das pessoas, na tentativa de garantir um direito ou a melhor qualidade de vida dessas/es.

Logo, outro ponto fundamental para se pensar a partir do que as autoras falam, é o lugar de conhecimento em que a/o pesquisadora/or se posiciona. Acreditamos que é fundamental reconhecer que a forma como a/o pesquisadora/or enxerga o mundo e o indivíduo interfere no processo investigativo. Não há como pensar em neutralidade, pois todas/os nós partimos de um lugar e esse lugar é o que define como enxergarmos as pessoas, e seus modos de viver, portanto, não existe neutralidade na construção do conhecimento.

O segundo ponto refere-se a como muitas vezes nossos modos de fazer

pesquisas ainda têm se apoiado em relações de poder e conhecimento, em invisibilidades sociais e principalmente em uma desqualificação dos discursos das pessoas participantes do estudo. É comum que em processos investigativos onde a concepção epistemológica advenha de um padrão positivista, que a/o pesquisadora/or seja vista/o como aquela/e que detém todo o conhecimento e as/os participantes como sujeitas/os desprovidas/os de saberes. Digo isso, porque, para além de enxergar essa pessoa como uma outra pessoa que também constitui o processo de investigação, é preciso ainda afirmá-la também como alguém que produz conhecimento, teorias, ou formas abreviadas de teoria, como afirma Butler (2000). Vale ressaltar que o que Butler quer dizer sobre formas abreviadas de teoria está diretamente ligado ao pensamento de que essas/esses pessoas a qual escolhemos para participar da pesquisa são capazes de construir premissas e premissas ontológicas todas as vezes que lançam um argumento político.

Portanto, nosso posicionamento nesta exploração, consiste também em uma visão crítica dessa relação conhecimento/poder em todas as relações sociais e, dessa forma, adotamos como critério básico os significados definidos como pontos de vista de suas próprias atrizes. Ou seja, consideramos que “dar ouvidos” a essas pessoas que assim como nós estão construindo a investigação, é extremamente importante para que se desconstrua o ideal de que pesquisadoras/es estão acima de qualquer outra/o pessoa, que se questione o padrão acadêmico de conhecimento como aceitável frente aquelas, cujas maneiras de produção de saber não são aceitáveis, que se desconfigure as convicções de que as pessoas na condição de participantes de uma pesquisa são apenas objetos para conseguirmos informações, que é necessário uma imparcialidade para se obter um resultado científico, dentre tantos outros fatores que por muito tempo definiram os modos de fazer pesquisas.

Posto isto, é indispensável discutir sobre a relação da/o pesquisadora/or para com as participantes da pesquisa, e principalmente sobre, como em um dado momento, a história da Psicologia Social no Brasil baseou-se em pressupostos do positivismo, tendo como principais elementos para um trabalho científico, a objetividade, experimentação, generalização e principalmente a ideia de neutralidade entre pessoa e objeto. Dessa forma, saliento que minha proposta nesta pesquisa não é a de manter uma postura rígida frente ao público que desejo pesquisar, nem tampouco ir a campo com o intuito de apenas comprovar suposições as quais tenho em relação ao tema desta pesquisa, pelo contrário, enquanto pesquisadora identifico-me com o que a Psicologia Social Crítica, propõe, escrito por Neuza Guareschi:

A Psicologia Social crítica surge, então, trazendo como um dos seus principais pressupostos de pesquisa o de mostrar a falsa neutralidade do experimentalismo e o de buscar desenvolver uma produção de conhecimento em que o sujeito seja um agente ativo dessa produção mostrando, portanto, que não há separação entre sujeito e objeto e pesquisador/pesquisado. A Psicologia Social crítica começou a se preocupar também em abarcar, em suas questões de pesquisas, aspectos relacionados com o ser humano na contemporaneidade, ou seja, em priorizar em suas investigações os contextos históricos, sociais, econômicos e culturais dos sujeitos pesquisados (GUARESCHI, 2008, p. 87).

A concepção histórica de ser humano compreendido como produto e produtor de suas relações sociais e de um conceito de ciência como uma prática social, o qual defende que conhecimento é produzido nas relações concretas que as pessoas estabelecem dentro dos grupos sociais em que vivem na sociedade, é mais um dos conceitos da psicologia social crítica, como afirma Neuza Guareschi, e, portanto, é inviável conceber a ideia de que em uma pesquisa social com um determinado grupo não se obtenha o ponto de vista das pessoas como um fator crucial para a pesquisa.

Nossa pesquisa realizou-se na cidade de Roteiro, interior de Alagoas e contou com a participação de profissionais do território que estão diretamente ligados ao tipo de demanda que pretendemos estudar. Atualmente, o município dispõe de Políticas Públicas como Saúde, contendo duas Unidades Básicas de Saúde com profissionais de diversas áreas; Educação, dispondo de duas Creches e quatro escolas municipais; Assistência Social, abrangendo equipamentos como CRAS, CREAS e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, além de entidades autônomas como o Conselho Tutelar. Todas essas organizações estão atravessadas pelo atendimento a famílias onde a violência familiar contra crianças e adolescentes está presente.

Partindo do ponto de vista da intersetorialidade e acreditando que todas essas organizações estão interligadas e constituem a rede municipal de atendimento, apesar do município ser pequeno, o número de profissionais envolvidas e que pudessem contribuir com a busca pelas informações certamente seria grande para o tempo de realização dessa pesquisa e principalmente para a análise dos dados que obtivemos.

Nesse sentido, como meio de manter um número de participantes para o estudo no tempo disponível para realizá-lo e nas circunstâncias de estarmos enfrentando uma pandemia, decidimos escolher apenas duas profissionais de cada instituição. Infelizmente no decorrer do processo não foi possível acessar duas profissionais como pensamos, isso se deu ao fato de que algumas delas se mantiveram afastadas durante a

pandemia por apresentarem ser do grupo de risco e outras tiveram suas atividades congeladas porque lidavam diretamente com o trabalho de grupo, coletivo.

Inicialmente pensamos em priorizar a figura da profissional de psicologia, porém, ainda contamos com um número pequeno de profissionais dessa profissão nos setores municipais. Além disso, na prática, foi possível perceber que muitas profissionais que estão no dia a dia, sem necessariamente serem psicólogas, conheciam mais o território e a demanda da pesquisa, por diversos fatores, pelo tempo de trabalho no município, pela configuração do próprio território, mas principalmente pela relação que mantinham com o público atendido. Assim sendo, contamos com um total de oito pessoas participantes para essa pesquisa. A escolha por essas profissionais aconteceu de forma bem dialógica, como nesse duplo lugar, troquei e troco experiências do dia a dia com essas profissionais, iniciei o convite da pesquisa a elas, com quem já tinha uma relação profissional. No caminho algumas não puderam participar por ainda se tratar de um momento pandêmico, mas conseguimos realizar com profissionais de diversos setores.

Foi realizado um levantamento territorial antes de ir a campo, no qual foi possível obter informações de onde os equipamentos se situam e de que forma são organizados enquanto rede para melhor entender a dinâmica do município e como a população tem acesso a eles. Diante disso, e, analisando os traços que compõem a nossa pesquisa, pensando principalmente a partir de nossa concepção epistemológica de investigação, optamos pelo uso do Diário de Campo, da Entrevista Semi-Estruturada e das Histórias Ficcionalis.

A utilização do diário de campo como instrumento de reflexão e parte do processo de produção de conhecimento para este estudo surgiu a partir da importância de se atentar a questões mais particulares de percepção das/os pesquisadoras/es em questão, bem como as observações e acontecimentos durante o campo, que não são contempladas através da realização da entrevista semiestruturada. Ou seja, entendemos que qualquer informação, observações, falas, dentre outros, são extremamente importantes para a pesquisa e devem ser consideradas principalmente no que compete à análise de dados.

Levando em conta meu lugar de trabalhadora no campo de pesquisa, consideramos que o diário de campo se tornou para nós um instrumento de reflexão e, nessa medida, entendemos que ele foi capaz de nos possibilitar uma observação mais profunda dos acontecimentos na prática. Esse potencial de qualidade que o diário de campo transmitiu, revela não apenas a competência do uso desse recurso, mas a sua

contribuição para o desenvolvimento e estruturação de concepções implícitas, bem como, para o estabelecimento de outras formas de intervenção. Para além disso, a dinâmica da escrita e a posterior leitura reflexiva dos registros que são produzidos nos proporcionou ainda a construção de uma visão mais completa da realidade estudada.

[...], o diário tem sido empregado como modo de apresentação, descrição e ordenação das vivências e narrativas dos sujeitos do estudo e como um esforço para compreendê-las. [...]. O diário também é utilizado para retratar os procedimentos de análise do material empírico, as reflexões dos pesquisadores e as decisões na condução da pesquisa; portanto ele evidencia os acontecimentos em pesquisa do delineamento inicial de cada estudo ao seu término (ARAÚJO *et. al.*, 2013, p. 54).

Nesse espaço, onde é possível registrar os movimentos de leituras, de observações, dos acontecimentos, foi possível dispor também de um lugar de fala e principalmente de discernimento, tanto para com as práticas e modo de realizar pesquisa, quanto para o modo como as pessoas participantes do estudo definem suas percepções e operam na prática. Por isso, é impossível reduzir a entrevistada a objeto (DEMO, 2012, p. 33). A construção desse Diário de Campo como ferramenta de nossa pesquisa e a formatação do mesmo, se baseia em uma indicação da Prof. Dra. Érika Cecília que participou da banca de qualificação desta pesquisa e sugeriu que, além de trabalharmos com o diário de campo, nos utilizássemos dele como suporte para o uso das histórias ficcionais que falam sobre a atuação das profissionais diante dos casos de violência familiar contra crianças e adolescentes.

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo e foi o nosso segundo instrumento realizado. Através dela, nós procuramos obter informações contidas nas falas das pessoas. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de busca dos fatos relatados, ela é uma ferramenta direcionada onde as participantes têm a liberdade de falar ou não sobre o tema, sem a necessidade de se prender à pergunta formulada (MINAYO, 2002). E nesse sentido, a entrevista é entendida como um diálogo a dois com propósitos bem definidos, porém nada construído sobre um conjunto de regras, ela tanto se caracteriza por uma comunicação verbal que reforça a importância da linguagem e do significado da fala de todas/os as/os envolvidas/os no processo, como também serve como um meio de produção de informações sobre um tema específico.

É importante lembrar que, nesse procedimento metodológico, buscamos destacar a noção de entrevista como um construto coletivo, considerando as interações

e relações criadas com as pessoas durante toda pesquisa de campo. No intuito de possibilitar um diálogo intensamente correspondido entre a pessoa que pesquisa e as pessoas que participam, entendemos que, explicar o que é a entrevista, como ela funciona e a sua não obrigatoriedade em seguir a risco as perguntas estabelecidas, torna-se também um ponto primordial, pois estabelece e demonstra respeito às pessoas que estão participando desse processo, bem como indica uma relação de confiança e assim fizemos com as entrevistadas dessa pesquisa.

Para a realização das entrevistas, além da cautela que queríamos ter com o processo e as participantes, precisamos também repensar todo o processo de ida ao campo, já que o momento da pesquisa era e ainda é um momento pandêmico. Pensar em como nossa pesquisa de fato aconteceria num momento como esse também me trouxe implicações. Apesar de ela ser direcionada a um público alvo que mesmo em meio à pandemia não deixou de exercer sua função, que são as trabalhadoras da rede municipal, o momento me fez pensar em questões como: esse momento de medo, tensão, sobrecarga, estresse, é adequado para a realização de uma entrevista presencial com essas profissionais? A entrevista pode ser realizada de forma online, mas isso afeta o modo como enxergo e penso sobre a outra pessoa na minha pesquisa? É possível criar o vínculo de afeto com a pessoa que participa e produz conhecimento junto comigo dessa maneira? Essas profissionais reconhecerão a importância de minha pesquisa para o atual momento?

Como disse, meu intuito era realizar a investigação com as profissionais da rede de atendimento do município, sua parte prática não foi tão afetada pelas restrições pandêmicas, já que o trabalho na assistência não parou. De todo modo, as participantes precisariam se sentir seguras com a realização das entrevistas, então meu primeiro contato com elas foi por meio telefônico. Apresentei o tema da pesquisa, lancei o convite para a participação na mesma, cientes de que a entrevista aconteceria de forma presencial e, em seguida, para as que aceitaram participar, apresentei a pesquisa de modo mais global, informando os objetivos e as considerações mais importantes para a sua participação.

Nossa metodologia também foi composta pelas histórias ficcionais. Considerando nossa temática e a perspectiva de nossa metodologia de pesquisa, de trabalharmos com um assunto tão minucioso que retrata questões de violência familiar, pensando principalmente nos aspectos éticos e em não expor os indivíduos bem como as entrevistadas, as histórias ficcionais representam, em nossa pesquisa, mais uma ferramenta metodológica onde nos é permitido dispor de uma forma nova de dizer

coisas antigas e nesse sentido, a subversão aos modelos canônicos das composições acadêmicas que precisam ser exercitados.

Costa (2014) acredita no uso da ficção como estratégia de escrita para problematizar um campo de pesquisa no qual é necessária uma complexificação do “objeto”, dar densidade às suas virtualidades que não cabem nos limites postos por sua representação atual e principalmente as subjetividades das pessoas da pesquisa.

A história descreve uma sequência de ações e de experiências feitas por um certo número de personagens, quer reais, quer imaginários. Esses personagens são representados em situações que mudam ou a cuja mudança reagem. Por sua vez, essas mudanças revelam aspectos ocultos da situação e dos personagens e engendram uma nova prova que apela para o pensamento, para a ação ou para ambos. A resposta a essa prova conduz a história à conclusão (RICOEUR, 1994, p. 214).

Clandinin e Connelly (2011) afirmam que as pessoas vivem histórias, e que ao contar essas histórias, elas se reafirmam, modificam-se e criam novas histórias. E que as histórias vividas e contadas educam a nós mesmas/os e às/aos outras/os, incluindo as/os jovens e as/os recém-pesquisadoras/es em suas comunidades. Ao dissertar sobre a perspectiva narrativa, os autores acreditam que uma história contada por um texto, ou por uma fala, mostram que a pesquisa narrativa é muito mais do que ouvir histórias, é uma forma de viver, é um modo de vida. E sendo assim, é um processo de aprendizagem para que se possa pensar narrativamente, para que se atente para as vidas, enquanto vividas narrativamente, como assim entendemos as histórias ficcionais.

Clandinin e Connelly (2011) demonstram preocupação em não propor um conjunto fechado de tipos de texto de campo, pois, segundo os autores, a complexidade das paisagens investigadas requer da pesquisadora a criatividade para, se necessário, criar novas formas de composição de textos. Assim, elaboramos uma narrativa com elementos ficcionais, tentando defender o direito de buscar outras possibilidades, outras potencialidades criadoras, analisando os ganhos que poderíamos ter com outras formas de escrita, o que poderíamos criar a partir delas, o que elas nos permitiriam e o como poderíamos criar outros mundos, permitir outros significados.

Apesar de sua contribuição para os modos de fazer pesquisa, nem sempre as histórias ficcionais são vistas com bons olhos, principalmente pelos positivistas que acreditam em um único modo de pesquisa fidedigno. Para isso, Costa (2014) afirma que a ficção seria mais uma ação criadora de realidades a qual nos permitiria complexificar a trama do real com a densificação (multiplicação) das relações que o constituem através das composições ficcionais e sua especial habilidade em apanhar o

furtivo movimento das virtualidades.

Para o autor, com o uso da ficção passamos da mera descrição do já visto para a problematização do visível, a qual nos permitirá a multiplicação das relações possíveis com o mundo, já que não estamos mais no campo do dado, mas sim da criação, do devir e do virtual: para além dos preconceitos para com as invenções. Ou seja, engana-se quem pensa que ao fazer uso da história ficcional estamos nos utilizando de uma ferramenta fácil de trabalho onde podemos apenas inventar ou criar algo sobre as pessoas envolvidas no processo, pelo contrário, como afirma Costa (2014) antes exige desta/e ainda mais empenho em dar corpo ao incorpóreo sem falsear-se a si num desvã de uma escrita sem consistência, que se perca nos ímpetus juvenis de criação ingênua (que se crê livre) e loucura sem método (diferença pura que tenta se isolar da repetição como modo de diferir).

Sobre novas formas de narrativas e outras formas de escrever, Costa (2014) afirma que:

A narrativa que se admite poética, que não busca a estilística das ficções documentais, é uma espécie de câncer que degrada o juízo e as formas estabelecidas, afirmando outras possibilidades de construção do saber para além do verdadeiro e do falso: o virtual e não apenas o atual, o consistente e não apenas o coerente, o que efetua relações no mundo e não apenas o objeto dado (COSTA, 2014, p. 5).

Esse ideal construído de contar uma história verídica, apenas a verdade sobre os fatos, é um ideal positivista e errôneo, pois nada é tão fidedigno assim. Estamos o tempo todo narrando sobre coisas e quando narramos sobre algo, por mais que façamos isso por repetidas vezes, não contamos exatamente como aconteceu, isso porque estamos o tempo todo também produzindo também nossos conteúdos, olhares e perspectivas. E por isso, também precisamos nos questionar sobre como fazemos isso.

Escrever dessa forma é estar em um questionamento constante, importante e inerente à subjetividade tanto das pessoas participantes, quanto das histórias contadas a nós. Para quem escrevemos? Quem serão as/os personagens estudadas/os? Quais os contextos em que essas/es personagens estão inseridas/os? De quais teorias nos utilizamos? Quais resultados? Será que a pesquisa tem relevância, faz sentido? São reflexões pertinentes quando tratamos deste tipo de metodologia.

Pensando nos aspectos éticos que constituem um processo investigativo e na importância de uma relação de confiança para com as pessoas participantes, para além de nossas preocupações com os nossos métodos de construção de conhecimento, nos utilizamos ainda do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, que é um

documento fundamental para a análise ética de um projeto de pesquisa. Esse documento foi usado no intuito de garantir as participantes mais esclarecimentos sobre todo o procedimento e recursos utilizados e o respeito aos seus direitos, assegurando-as através de um documento devidamente assinado por ambas as partes e responsabilizando também a pesquisadora em questão sobre quaisquer danos. Nele as participantes puderam ter acesso às informações pertinentes à pesquisa, desde seus benefícios quanto os riscos, bem como endereço e contato dos pesquisadores em questão.

A priori, o objetivo foi de que no momento em que as trabalhadoras aceitassem participar desta pesquisa, que se definisse também de forma conjunta, uma data e horário para a realização das entrevistas, considerando quaisquer situações que poderiam interromper este processo, já que a proposta foi de realizá-las no local de trabalho das participantes. Esta escolha concretizou-se à medida que entendemos que a observação desse espaço contribuirá de forma significativa para a dinâmica de construção dos dados, bem como por ser um espaço onde as relações profissionais já são estabelecidas também.

No que se refere à análise desta pesquisa, para além de analisar as entrevistas das profissionais, identificamos que as histórias contadas a partir do diário de campo e a relação das mesmas para com as famílias refletiam aspectos que iam além da relação profissional e usuária da assistência. Portanto, apresentaremos de forma breve e nos utilizaremos da ideia de interseccionalidade na análise dessas histórias como ferramenta para falar desses aspectos. Assim, apresentamos as intersecções que atravessam essa discussão e que também são importantes para a atuação das profissionais pesquisadas.

Todas as histórias ficcionais contadas em formato de carta para as profissionais foram escritas por mim, confesso que foi um grande desafio escrevê-las. Primeiro porque era uma metodologia de pesquisa nova para mim e segundo porque além de precisar ler sobre histórias ficcionais e precisar aprender também como fazer, ainda me sentia muito insegura se o que estava fazendo era realmente uma história ficcional e se elas iriam ser aceitas por quem a estivesse lendo.

O diário de campo foi uma ferramenta que me ajudou muito a pensar em como essa escrita aconteceria, nos elementos que a cercariam e em como construir histórias que obtivessem fatos reais, com fatos ficcionais também, sem deixar que essas histórias e suas personagens pudessem ser identificadas. Até chegar no ponto em que decidimos que essas histórias seriam escritas e contadas para as profissionais que participaram

dessa pesquisa e aquelas que também a leriam, o processo de construí-las não foi fácil. Sempre era bloqueada pela sensação de não conseguir falar de um tema tão complexo e delicado, sem identificar as pessoas ou a história e ao mesmo tempo ser produtiva.

Mas de alguma forma quando pensei que estaria contando histórias para as mulheres que provavelmente compartilhavam o mesmo sentimento que eu enquanto trabalhadoras do Suas ou da rede de proteção a crianças e adolescentes, percebi que esse seria um campo muito de partilhas, afeto e acolhimento que de julgamentos. E então a escrita fluiu. Minha única preocupação depois disso era como ainda me utilizar da interseccionalidade após isso, mas as histórias por si só, deram conta disso.

Collins e Bilge (2021) afirmam que a interseccionalidade pode ser vista de diversas maneiras, inclusive de forma contraditória, mas garante que a maioria das pessoas provavelmente entende a interseccionalidade como o instrumento que investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedade marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. É a forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

Como ferramenta analítica, Collins e Bilge (2021) asseguram:

A interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. Mas qual a contribuição da interseccionalidade para esta pesquisa? Para além de ser mais uma ferramenta metodológica que contribuirá para o desenvolvimento dessa escrita, é também o modo pelo qual nos identificamos em enxergar os sujeitos que participaram conosco dessa construção (COLLINS; BILGE, 2021, p. 31).

Como nossa pesquisa baseou-se desde sempre numa perspectiva que foge dos padrões acadêmicos positivistas, priorizando a relação entre pesquisadora e participante, as relações de conhecimento e poder, intersetorialidade, a interseccionalidade é mais uma base analítica que nos permitiu enxergar não apenas as pessoas que dela participaram, mas também o público alvo da Assistência Social em suas intersecções e avenidas, como diz Carla Akotirene (2019). Fazer uso da interseccionalidade é sobre enxergar a/o outra/o a partir de suas pluralidades, diversidades e os possíveis cruzamentos e entender que cada uma/um tem um ponto de partida, um lugar social e suas vivências.

Collins e Bilge (2021) afirmam que ativistas de direitos humanos e representantes do funcionalismo público também transformaram a interseccionalidade

em parte das atuais discussões sobre políticas públicas globais, que lideranças de movimentos de base buscam orientação nas variadas dimensões da interseccionalidade para orientar seu trabalho de justiça reprodutiva, iniciativas de combate à violência, direitos da classe trabalhadora e outras questões sociais similares.

O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica aponta para várias dimensões importantes do crescimento da desigualdade global. Primeiro, a desigualdade social não se aplica igualmente a mulheres, crianças, pessoas de cor, pessoas com capacidade diferentes, pessoas trans, população sem documento e grupos indígenas. Em vez de ver as pessoas como uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos, a interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo (COLLINS; BILGE, 2021, p. 35).

Kyrillos (2020) ao discutir sobre a interseccionalidade também como uma ferramenta de análise afirma que a mesma consegue dar conta de mais de uma forma de opressão simultânea, dando ênfase aos processos discriminatórios que não são compreendidos isoladamente, nem se propõem uma mera adição de discriminações, mas sim, abraça-se a complexidade dos cruzamentos desses processos discriminatórios. E a partir daí se busca compreender as condições específicas que deles decorrem.

Ou seja, não há como segregar a pessoa em sua totalidade, ou subdividi-la para então entendê-la quando suas vivências acontecem de forma simultânea. Não tem como enxergar um caso de violência familiar contra crianças e adolescentes sem considerar as intersecções que cercam os sujeitos que sofrem a violência, como quem a comete e às/aos trabalhadoras/es que prestam atendimento a esse público. Não há como desconsiderar gênero, raça, sexualidade, classe social, dentre tantas outras intersecções.

3.1. Pesquisar e escrever em tempos de pandemia

Para além das questões acima ponderadas, considero importante falar sobre como é escrever uma dissertação e realizá-la mediante uma pandemia que nos afeta até os dias atuais. No ano de 2020, fomos surpreendidas/os com a notícia de um vírus que circulava o mundo inteiro e era capaz de matar pessoas. As informações sobre o vírus, COVID-19, a contaminação e como se proteger, se tornaram as mais importantes notícias do mundo.

Todos os dias éramos bombardeadas/os por noticiários com informações novas que nos serviam como parâmetro para nos protegermos. No meio de tantas incertezas sobre um vírus novo e letal, a única certeza que tínhamos era a de que milhares de

peessoas em todo o mundo estavam morrendo, contaminadas por um vírus altamente contagioso e forte, além disso, a certeza de que precisávamos de uma possível cura o quanto antes, pois qualquer uma/um de nós poderia ser afetada/o simplesmente por ocupar o mesmo espaço e respirar o mesmo ar que alguém contaminado.

Todas as recomendações governamentais exigiam o fechamento de todo e qualquer lugar onde pudesse aglomerar pessoas, como escolas, universidades, bares, restaurantes, shoppings, empresas, comércio, praias, bancos, empresas aéreas, dentre tantas outras instituições que precisaram fechar as portas e seguir à risca as recomendações do isolamento social, para que a saúde de todas/os pudesse ser preservada. As opiniões sobre tais medidas divergiram, havia quem apoiasse fielmente o isolamento social, como a medida de proteção mais eficaz, e quem não apoiasse. Se por um lado se isolar e se isentar de qualquer atividade nos daria uma chance de não ser contaminado e conseqüentemente sobreviver a tudo isso, por outro lado, havia também quem pensava em o quanto o fechamento de tantos serviços afetaria a economia do país e conseqüentemente atingiria de forma mais abrupta as pessoas em situação de pobreza.

Iniciamos o isolamento social e passamos a viver sob as circunstâncias do essencial a nossa sobrevivência, dos serviços essenciais para a nossa segurança. O acesso a qualquer serviço se tornou difícil, e muitas/os de nós precisaram se adaptar às tecnologias, já que a maioria desses serviços passou a funcionar dessa forma, com acesso à internet ou celular. As recomendações eram evidentes, ficar em casa, sair apenas para o essencial, comprar alimento ou usufruir de serviços médicos. Não podíamos arriscar a própria vida e a de nossos familiares em meio ao caos que estávamos e ainda estamos vivendo.

No que se refere à Assistência Social e seus serviços, considerados como parte dos serviços essenciais, muitas dúvidas e angústias surgiram para nós trabalhadoras. Como manteríamos as medidas de isolamento e distanciamento social se a equipe era grande considerando que trabalhávamos em um espaço pequeno? Dividindo a equipe? Estávamos seguras ainda que com a equipe reduzida?

Falava-se muito em profissionais de saúde receberem prioridade na vacinação por estarem se arriscando, tendo contato e conseqüentemente adoecendo mais por atenderem pessoas com sintomas gripais e também com Covid-19. Mas assim como essas/es profissionais, nós da Assistência Social também não tínhamos parado de trabalhar, continuamos a nos reinventar e tentar de alguma forma suprir a necessidade de nossas/os usuárias/os, que também não era pequena ou menos grave. Com o fechamento de muitas empresas e negócios, muitas famílias perderam sua principal fonte

de renda e precisaram se adaptar a sobreviver do auxílio que o Governo Federal⁶ estabeleceu para as famílias por um período determinado de tempo. Ainda assim, muitas pessoas não conseguiram ser aprovadas nesse auxílio, outras demoraram a ser aprovadas ou simplesmente seiscentos reais não era o suficiente para suprir as demandas de muitas famílias que, mesmo com o auxílio, necessitaram de serviços que garantissem moradia, segurança alimentar, dentre outros.

A grande dúvida era como trabalhar sem se arriscar ou arriscar as/os próprias/os usuárias/os da Política de Assistência. Deparamo-nos com as condições de violência, pobreza e extrema pobreza, acesso a direitos, situação de rua, dentre tantas outras questões sociais, que não deixaram de existir porque agora todas/os supostamente estavam em casa respeitando as normas de isolamento social. Pelo contrário, nos casos de violência, por exemplo, seja ela contra a mulher, pessoa idosa, crianças ou adolescentes, sabíamos que as vítimas estariam em contato por muito mais tempo com seus agressores, o que dificultava ainda mais as denúncias desses atos assim como, denunciar também seria mais difícil, tanto pelo acesso aos meios de comunicação, quanto pela logística de sair de casa em meio a uma pandemia.

Apesar de todas as normativas e orientações, duas questões instigavam muito a nossa reflexão, a primeira: um possível aumento no número de casos de violação de direitos, e em seguida, a fragilidade de nossos vínculos com as famílias atendidas pela falta de visitas e atendimento presencial. Questionamentos sobre como atenderíamos as demandas, se os atendimentos por telefone seriam efetivos, como nossa relação com as famílias se estabeleceriam a partir de agora, por quanto tempo a pandemia dificultaria a efetividade do nosso trabalho, o medo de estar se arriscando, pois ainda estávamos saindo de casa para trabalhar, tudo isso afetava as nossas relações de trabalho.

Nesse sentido, pensar a intersectorialidade como uma medida de prevenção ao problema da violência familiar contra crianças e adolescentes em tempos de pandemia tornou-se mais um desafio, tanto pela redução do número de profissionais, pois algumas dessas precisaram ser afastadas por estarem na categoria de risco por comorbidades de saúde, quanto pelas limitações de trabalho dentro do próprio território.

O fato é que estar nesse lugar de ser profissional e fazer parte da rede, na qual estou pesquisando e ao mesmo tempo ser pesquisadora, sempre foi uma tarefa árdua e que agora em meio a uma pandemia apenas se potencializou ainda mais. Estar num

⁶ O Governo Federal regulamentou o Auxílio Emergencial destinado a trabalhadoras(es) informais, Microempreendedoras Individuais (MEI), autônomas(os) e desempregadas(os) com o objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus.

momento de pandemia, de incertezas, de ver pessoas morrendo, de temer a própria vida e a de seus familiares, de ver pesquisadoras/es, nesse momento, sendo totalmente desvalorizadas/os por um governo que pouco demonstra se importar com as mortes das pessoas, mesmo quando estavam dedicando suas vidas à pesquisa de uma vacina que pudesse evitar o dano dessa doença, só reforça o quanto escrever uma dissertação, bem como viver de pesquisa, é uma tarefa árdua, solitária e pouco valorizada.

Além dessas incertezas, contávamos também com a incerteza do fim da pandemia, não tínhamos previsão de seu término, nem tampouco de vacinação para a população em geral, e ainda precisamos lidar com a incompetência de um governo que a cada dia que passava demonstrava total desinteresse pela situação atual do país. Lidamos com as diversas falas desnecessárias do presidente da república que atribuía ao vírus um rótulo de que era apenas como uma gripezinha, considerava desnecessário o uso de máscara, atrasou as negociações da vacina, e até hoje, nós é quem pagamos a dívida de sua incompetência, o vírus ainda circula, pessoas ainda morrem, a porcentagem de pessoas que ainda não se vacinaram no Brasil é grande, e nós ainda estamos desfrutando da avalanche que esse vírus é junto com a má administração do presidente da república e os diversos segmentos que compõem a união.

Todas essas questões impactaram diretamente nossos modos de viver e afetaram nossa relação com o trabalho, lazer, família, dentre outros. O medo, o luto coletivo, a insegurança de permanecer trabalhando em meio a pandemia, o estresse, a falta de informações, as incertezas e a incompetência do governo em administrar esse momento ainda são fatores que facilitam o processo de adoecimento de trabalhadoras.

No capítulo seguinte, realizaremos a análise das entrevistas e as histórias contadas a partir de minha vivência enquanto trabalhadora do SUAS sobre o atendimento e a rede de proteção a crianças e adolescentes que são vitimados pela violência familiar. No primeiro momento, realizaremos a leitura de todo o material, diário de campo e entrevistas, para entender as ideias principais e organizá-las, além de formular hipóteses que surgiram. Em seguida, iremos selecionar das entrevistas, as falas que mais interessam à pesquisa. No diário de campo, tentaremos encontrar histórias que poderemos ficcionar, mas que ainda cruzem com as falas das participantes e por fim, escreveremos as cartas ficcionais e discutiremos tudo que foi separado na análise a partir de nossas perspectivas epistemológicas e metodológicas.

CAPÍTULO 4 – ANALISANDO A PARTIR DA ASSISTÊNCIA: UMA REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE OS DADOS

Quando se fala em uma rede de funcionamento, entende-se que várias instituições e pessoas estão, ao mesmo tempo, articulando-se em torno de um único objetivo ou solução. Pereira, Conceição e Borges (2017), acreditam que quando se trata de proteção integral a crianças e adolescentes através do funcionamento de uma rede de serviços, é preciso que cada instituição conheça suas funções, sua relevância na participação da construção de políticas públicas e nas ações políticas que são articuladas em rede com o apoio de outras instituições comprometidas com os direitos da criança e do adolescente. Além disso, as autoras afirmam ainda a necessidade de cada serviço ou profissionais assumirem suas responsabilidades nos cuidados e proteção de crianças, sem fragmentar as ações, mas também, sem diluir as atribuições de cada uma.

Para que isso aconteça, é necessário que a questão da violência familiar contra crianças e adolescentes esteja inserida com importância e prioridade desde a construção dessas políticas quanto no dia a dia do funcionamento de cada uma delas. Diante disso, é necessário que cada profissional para além de entender seu papel e a política em que está inserida, também entenda as demais políticas em que precisará se articular. Para que isso aconteça, é necessário ainda que essas profissionais tenham condições necessárias para a execução de suas ações, condições essas que estão atreladas ao quanto se investe em políticas públicas e ao quanto o município e suas/seus gestoras/es estão comprometidas/os com as causas sociais.

Para tentar compreender como as profissionais que prestam proteção integral a crianças e adolescentes vítimas de violência familiar entendem o funcionamento da rede de proteção de seu território por meio das políticas públicas de direitos, as mesmas foram questionadas sobre o funcionamento da rede de proteção de seu território, sobre intersectorialidade, sobre os demais órgãos ou instituições que podem se articular, dentre outros.

Para Aquino (2012), apesar de crianças e adolescentes brasileiras serem constituídas como pessoas de direitos pela Constituição de 1988, o fato de que esta parcela da população é percebida em condições de desenvolvimento, fez com que existisse, até hoje, inequivocamente a necessidade de que suas famílias, o poder público e as/os representantes da sociedade em geral se esforçassem no intuito de garantir a efetivação de seus direitos. Com isso, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA precisou estabelecer uma nova concepção e organização das políticas de atenção à

criança e ao adolescente, dando origem ao sistema de garantia de direitos e conseqüentemente a rede de proteção integral destes, composta por diversos serviços especializados, em saúde, educação, assistência social e segurança.

Sobre o funcionamento dessa rede, para a autora, não se pode supor, senão idealmente, um conjunto fechado de órgãos ou uma estrutura organizada que entrelace os diferentes serviços de proteção à infância. Principalmente se pararmos para pensar em quão extensa é essa rede, no quanto que os serviços variam de uma região para a outra e no quanto cada profissional tem conhecimento sobre a funcionalidade da mesma, bem como sua importância no atendimento às demandas de violência infanto-juvenil. E por isso, analisar como as profissionais entrevistadas⁷ entendem o funcionamento dessa rede é importante.

O Conselho faz parte da rede de proteção, eu vejo o conselho, talvez de forma atuante, fazendo valer os direitos dessas crianças, o CREAS [...] O trabalho em conjunto, partindo da denúncia, deve existir uma parceria entre Conselho e CREAS para que possa relacionar esse trabalho (Marta).

Quando Marta foi questionada sobre a rede de proteção a crianças e adolescentes e sobre o funcionamento da mesma, a trabalhadora disse se reconhecer como parte dela e citou o CREAS e o Conselho Tutelar como órgãos que ela acredita fazerem parte. Além disso, destacou o trabalho em conjunto e a parceria que deve existir entre CREAS e Conselho Tutelar como fatores principais para o funcionamento do trabalho. Mais à frente, a entrevistada fala também da importância da escola, afirmando que a gestão escolar deve trazer o assunto mais à tona, principalmente para aquelas crianças que não conseguem ter alcance a essas informações pela internet.

É possível compreender que Marta possui conhecimento sobre a rede, mas apesar da extensão dela, a entrevistada não citou os demais órgãos e instituições da rede municipal, nem as entidades externas como fóruns e promotorias de justiça, instituições de acolhimento, e hospitais da região que atendam esse tipo de demandas e que poderiam contribuir no processo de atendimento. Bem como, não citou também o

⁷ Os nomes dados as entrevistadas nesse capítulo são fictícios e retratam a história de mulheres negras brasileiras que foram pioneiras em cultura, política e ciência. Marta é a maior artilheira da seleção brasileira contando a masculina e feminina. Marielle foi vereadora da cidade do Rio de Janeiro e representou os direitos de mulheres, negros e da comunidade LGBTQI+ no Brasil. Sônia foi a primeira mulher negra a se formar em física. Marli conhecida como Marli Coragem, foi até o 20ºBPM para reconhecer os assassinos de seu irmão. Ruth, primeira atriz brasileira a ganhar indicação em um festival internacional de cinema. Laudelina abriu as portas para a criação do primeiro sindicato de trabalhadoras domésticas. Antonieta, primeira deputada negra do Brasil.

próprio funcionamento do setor em que está inserida.

É importante ressaltar a disponibilidade de políticas, instituições e serviços que estão para a questão da violência infanto-juvenil e ao mesmo tempo do não falar sobre elas. Quando Marta não fala sobre as demais organizações, podemos conjecturar que a complexidade e conhecimento da rede são fatores que contribuem para isso também e não necessariamente que ela não conheça esse espaço. Além disso, outros dois fatores contribuem, a falta de capacitação continuada dessas profissionais e, portanto, o acesso a mais informações sobre o tema, bem como a noção de territorialidade e a fragilidade de vínculos com demais órgãos e instituições.

Apesar de Brasil (2006) afirmar que a rede de proteção não pressupõe um novo conceito ou um novo serviço para as trabalhadoras, e sim que sinaliza a necessidade de uma concepção que valoriza a integração e a intersetorialidade, pois ampliar parcerias, envolver instituições governamentais e não governamentais, são algumas diretrizes que guiam a Rede de Proteção e definem a legitimidade dos serviços; na prática, isso nem sempre é possível. Quando se trata de instituições de acolhimento, por exemplo, é muito comum que profissionais se deparem com a falta de vagas ou com a negativa do acolhimento porque um município não recebe contrapartida do outro.

O Núcleo Regional de Educação *et al.* (2010) afirma que é essencial que a rede tenha legitimidade política e social e que por isso, é importante entendê-la como algo flexível, dinâmico e em movimento, uma rede multifacetada, onde a participação e a cooperação é o que faz funcionar, sem participação ela deixa de existir. Nesse sentido, vale ressaltar também que a rede de proteção a crianças e adolescentes não possui uma hierarquia ou uma liderança que afirme quais serviços deverão ser acionados, o que de fato acontece é que na prática, algum serviço público serviu como porta de entrada para aquela família ou criança e adolescente e isso não impede que a “liderança” do caso seja composta por várias/os agentes que atuarão conforme cada caso e o tipo de ação necessária.

Os órgãos, Conselho Tutelar, Conselhos municipais e estaduais e nacional dos direitos das crianças, as próprias instituições que abrigam crianças, se tratando de crianças e adolescentes todos os serviços tem que ter esse caráter protetivo, a escola, a rede de saúde, todos os equipamentos públicos. Acredito que nesses locais, quando você desconfia desse caso ou confirma você tem que acionar o conselho (Marielle).

Na fala de Marielle podemos notar que a mesma já relacionou a rede de proteção a mais outras instituições demonstrando efetivamente seu conhecimento sobre

a rede e os órgãos que dela fazem parte. Um ponto em específico de cruzamento nessas duas falas, é a comunicação com o Conselho Tutelar e a denúncia, que as entrevistadas acima durante toda a entrevista destacam como fatores primordiais no enfrentamento desse tipo de violência. O caminho entre desconfiar de uma situação de violência até a denúncia de fato, é um caminho de alerta, ponderação e prevenção, onde Zottis, Algeri e Portella (2006) acreditam que, por muito tempo, qualquer assunto que se relacionasse à família era encarado como um problema privado, pelo qual outras pessoas, inclusive muitas profissionais relutavam-se em envolver-se, pois qualquer intervenção ainda que de uma profissional era vista como uma forma de invasão da privacidade da família.

A fala de Marielle fez-me recordar de uma vivência que relatarei em forma de história contada, ficcionada.

Carta Ficcional 1

Querida leitora,

Talvez seja difícil para vocês lidarem com as informações que irei contar, assim como também é difícil para mim falar sobre elas. Estou escrevendo porque talvez vocês me leiam e me entendam sem me julgar, embora vocês possam fazer mesmo assim. Por favor, não tentem descobrir quem são as pessoas de quem estou falando porque vocês não irão descobrir, eu usarei nomes fictícios para elas, embora vocês me conheçam e saibam o quanto também participei de cada história contada aqui. Portanto, serei a única pessoa exposta.

Acho que de todas as pessoas, se vocês também forem trabalhadoras dessa tão falada rede de proteção integral a crianças e adolescentes, vocês são quem mais me entenderão e no fundo, eu preciso disso, de alguém que me entenda. Pelo menos eu espero que me entendam, porque algumas pessoas, elas estão sempre nos esperando errar para depois julgar o quanto enquanto profissionais que somos, a gente não soube lidar com determinada situação. Isso também já aconteceu com vocês?

Desde que me formei, comecei a trabalhar na Assistência Social do município em que eu moro. Eu estava entusiasmada em trabalhar, embora ainda não conhecesse nada sobre a Assistência. Para tudo, dizem que tem uma primeira vez, e essa era a minha primeira, na Assistência Social e como psicóloga. Foi assustador pensar que eu teria que aprender algo novo e lidar com as expectativas de todas sobre o quanto aprendi nos meus cinco anos no curso de psicologia a ser psicóloga. E pasmem, nunca me ensinaram em cinco anos do curso de psicologia a ser psicóloga dentro do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Mesmo assim, com algumas leituras, a prática e ajuda de

algumas amigas de profissão, fui descobrindo e me apaixonando aos poucos pela política de Assistência, bem como a sua importância e a potencialidade que ela tem em mudar a vida das pessoas e dignificar indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social.

Descobri também que existe um mundo dentro da própria Assistência onde nós podemos atuar de diversas formas e com níveis de atenção diferentes. Caí de paraquedas no Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS. Pelo nome, “especializado”, vocês já devem saber onde eu me meti. No CREAS eu precisei aprender a lidar com famílias com uma ou mais pessoas em situação de ameaça ou violação de direitos. Achava que seria “fácil” lidar com um ou dois casos que aparecessem sendo bem otimista, mas isso não foi o que aconteceu.

Foi quando a realidade social desse lugar bateu a minha porta e me fez enxergar de fato que situações de violência eram mais comuns do que eu cheguei a imaginar um dia. Eu precisei aprender a lidar na prática profissional e no dia a dia com violências contra mulheres, idosas, crianças e adolescentes, e ao mesmo tempo, em como garantir o mínimo de direitos a todas essas pessoas. Eu precisei aprender, reaprender, construir e desconstruir ideais e conceitos de pobreza, classe, gênero, raça, etnia, extrema pobreza e vulnerabilidade social, porque, afinal, esse era o público que eu atendia.

Então, esse é o meu trabalho. E quero que vocês conheçam um pouco sobre como as coisas funcionam por aqui. É uma cidade pequena, a maioria das pessoas se conhecem, alguns costumes e culturas antigas ainda se sustentam nessa cidade, às vezes nós conseguimos proporcionar a superação de pessoas e famílias que em algum momento da vida tiveram seus direitos violados e, portanto, espero que principalmente vocês que não fazem parte dessa rede, mas estão lendo essa carta, saibam que há momentos felizes e tristes das vivências que contarei aqui, o fato é que eu ainda estou tentando aprender cada dia mais.

Não sei como as notícias andam pela cidade de vocês, mas em cidade pequena, todo mundo sabe de tudo sobre toda/os, as notícias correm rapidamente, e não é muito difícil de saber por exemplo, quando uma mulher está gestante. Uma de minhas colegas de trabalho, Ângela, me procurou e disse que sabia de uma adolescente de treze anos de idade que estava gestante de um homem de quarenta anos de idade e que algo tinha que ser feito, porque as demais colegas de profissão sabiam disso, mas fizeram vista grossa porque conheciam a história do casal.

Não me lembro bem do que eu disse nesse momento, mas lembro-me do burburinho que se criou em minha cabeça, eu só conseguia pensar em como uma

adolescente de treze anos tinha uma história de relacionamento com um homem de quarenta anos de idade. Depois comecei a pensar se a família estava ciente dessa informação e depois, em como minhas colegas de trabalho fizeram vista grossa para algo que perante a Lei, é considerado estupro de vulnerável. Logo pensei que deveria conversar com elas e me inteirar da situação. Para a minha surpresa, sim, minhas colegas estavam cientes desse caso, uma delas se dirigiu a mim.

- Não podemos fazer nada, eles têm um relacionamento, todo mundo sabe que eles são um casal!

O que havia de tão estranho nisso, foi o fato de que eu nunca tinha presenciado alguém achar saudável que uma criança de treze anos de idade estivesse grávida de um homem que segundo minhas colegas também estava ciente do quanto essa relação era problemática e que prometia a Rita e aos seus pais não a abandonar.

Acabo de reler isso e não me parece que não a abandonar torne essa relação e esse caso menos problemático. Decidi que fazer uma visita domiciliar junto às minhas colegas que já tinham conhecimento do caso seria uma boa. Eu queria entender aquela história, queria reconhecer onde a rede de proteção falhou, em que ponto a naturalização daquela situação afetava o cumprimento de uma obrigação de proteção àquela adolescente.

Na tentativa de entender o que aconteceu, me deparei com uma adolescente negra, vinda de uma família pobre, que cresceu num ambiente violento, onde a mãe sofria violência e se sujeitava a muitas vontades do padrasto. Até que o mesmo começou a se insinuar para Rita. Na tentativa de se livrar das investidas que sofria do padrasto, Rita contou à mãe sobre o ocorrido e, embora achemos que o movimento mais comum seja o de acolhimento, Rita foi culpabilizada pela própria mãe, ainda que o único culpado pelo comportamento agressivo tenha sido seu padrasto. Henrique que era vizinho de Rita e já se encantava por ela a algum tempo, a pediu em namoro e na primeira oportunidade que tiveram, juntaram as coisas e decidiram viver juntos.

A realidade era que sua família sempre foi pobre, moravam em uma zona periférica da cidade, todas/os eram negras/os e nunca tiveram muitas oportunidades de estudos ou trabalhos. Sua mãe estudou até a terceira série, mal sabia assinar o próprio nome e apesar de Rita já ter crescido em condições melhores que as de seus pais, era mais interessante para ela trabalhar e ajudar a sustentar a si mesma e aos irmãos que estudar, principalmente depois que o pai se tornou ausente e decidiu abandonar a família. Rita ainda tentou se manter na escola e trabalhar, mas não deu muito certo, além de todos os problemas em casa, Henrique investia a cada dia mais, prometendo a

Rita uma vida melhor e assim foi.

Depois dessa visita, pude entender um pouco o contexto familiar de Rita e ouvi a seguinte pergunta de uma das colegas:

- Agora você entende porque não encaminhamos à justiça? Ela se livrou daquela mãe. Ao menos esse cara gosta dela. E não queremos problema com ele, porque a família dele é das pesadas.

Nessa hora eu não soube o que dizer, só conseguia pensar em tudo o que presenciei na história de Rita e a me questionar sobre a violência que Rita teria sofrido e em como isso modificou o percurso de sua adolescência a fazendo tomar decisões por força do ambiente familiar violento. Em como as consequências dessa violência adiantaram a Rita anos de vida e responsabilidades que ela nem precisaria lidar naquele momento, como esposa e mãe.

E sim, pude compreender os motivos pelos quais minhas colegas de profissão decidiram não oficializar aquele caso ao poder judiciário. Não era porque elas estavam naturalizando ou achando saudável essa relação, mas por entenderem que Rita agora estava numa condição melhor de sobrevivência e por não quererem também arriscar a própria vida denunciando um homem cuja toda a cidade sabia que era envolvido com tráfico e assassinatos.

Na entrevista de Sônia, podemos identificar um elemento crucial para o desfecho de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e que complementa o final da história de Rita.

Conheço a rede. Então, a nossa rede, assim, o nosso principal aliado é o CREAS e o CRAS que são centros de referência. A nossa parte enquanto Conselho Tutelar é encaminhar para o CREAS, o CREAS faz todo acompanhamento com a criança e adolescente, família e eles complementam. O CRAS eu ainda não sei exatamente como funciona (Sônia).

O acompanhamento familiar ou individual é um dos principais pilares que também sustentam a rede de proteção a crianças e adolescentes. Não adianta identificar, notificar, atender e não manter uma atitude vigilante de acordo com a necessidade e a gravidade do caso. Para Oliveira (2017) o acompanhamento familiar difere do atendimento por ser algo mais complexo; ele se realiza a partir de várias intervenções continuadas, onde famílias e profissionais assumem compromissos baseados na busca pela superação da circunstância de vulnerabilidade apresentada. O registro e a sistematização dessas intervenções são organizados por meio do Prontuário SUAS, que

é um instrumento que prevê o registro de um vasto conjunto de informações relativas às vivências familiares e ao histórico de ações realizadas com elas pelas unidades da assistência social (DIAS, 2019, p. 8).

Esse prontuário é composto por uma quantidade de informações e orientações elaboradas pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, descritas no próprio prontuário para informar como o mesmo deve ser preenchido durante o processo de acompanhamento familiar. Vale ressaltar que nem todas as informações precisam necessariamente serem respondidas, pois as informações contidas nele dependem exclusivamente do grupo familiar. Além disso, o objetivo do prontuário SUAS não consiste em um questionário de perguntas e respostas, mas sim na realização de um plano familiar que deve ser discutido com a família e nele a profissional anota e registra toda e qualquer informação gerada a partir do diálogo com a família, das ações e intervenções que são realizadas com o único intuito de promover autonomia destas e a superação de suas vulnerabilidades sociais.

Também não existe um tempo específico para esse acompanhamento familiar, quem determina esse tempo é a própria família, a partir de suas demandas e do quanto conseguem ser autônomas seja na segurança alimentar, financeira, social, ou na superação de violações de direitos.

O final da história de Rita, é que todas as profissionais da rede envolvidas no caso, optaram por não o encaminhar para os demais segmentos judiciais, mesmo sabendo das particularidades envolvidas. E como medida de intervenção, adotaram o acompanhamento familiar da mesma, seguido dos encaminhamentos para a rede municipal de saúde e educação.

Meu conhecimento (sobre a rede) eu gostaria que fosse um pouco mais abrangente, mas não é, é um pouco limitado. Quando eu tenho um caso desse eu sempre encaminho ao profissional que eu acho que é responsável. Seja CRAS, CREAS, Saúde (Marli).

Na entrevista de Marli, é possível perceber que, apesar da mesma afirmar que seu conhecimento sobre a rede é um pouco limitado, suas estratégias de intervenção se encaixam na dinâmica de funcionamento. Assim como Marli, em um certo momento de sua entrevista, Marielle chega a citar que é muito importante provocar as profissionais quando se recebe um caso de violência familiar contra crianças e adolescentes e que essa provocação é o que gera nessa profissional a disponibilidade em ir em busca de mais ferramentas para a resolução dessa problemática.

Marli afirma ainda que sobre isso nunca teve problemas com as demais colegas de profissão, mesmo que de outros setores, relatou que sempre foi tratada com muito respeito e receptividade pelas colegas. A fala de Marli traz ainda uma reflexão sobre algo que acontece com frequência no setor público, pessoas que colocam seus cargos e sua posição acima da política de atendimento a qual estão prestando seus serviços, ou seja, tomam para si um lugar de centralidade onde a propriedade sobre os casos é seu intuito na tentativa de transparecer que é uma profissional competente e que resolve os problemas. O problema aqui não é querer resolver a situação, mas sim individualizá-la.

Não é incomum encontrar funcionárias que tomem para si as demandas e problemas que surgem no dia a dia como algo que somente elas mesmas podem resolver, ou seja, se elas não estão no momento da demanda, infelizmente nada acontece. Se comparamos esse tipo de execução de trabalho com um de uma profissional que faz totalmente o oposto, que multiplica as informações e o conhecimento, e que compartilha os casos em atendimento, inicialmente qualquer pessoa enxergaria a primeira profissional como egoísta ou qualquer outro adjetivo, porém essa é uma situação comum no dia a dia de profissionais que são constantemente pressionadas a “mostrar seu trabalho”, “trabalhar com o amor” e “fazer o máximo”, para provarem o quanto são capazes ou dignas de condições trabalhistas melhores.

Por isso, compreender do que se trata a intersetorialidade, sua importância, bem como na prática ela é exercida, é primordial no que se refere a violência familiar contra crianças e adolescentes. Inojosa (2001) a define como a articulação de saberes e experiências para o planejamento, avaliação de políticas, programas e projetos, cujo objetivo é alcançar resultados cooperativos em situações complexas.

Se tratando da organização da Assistência Social, não há como separá-la do conceito intersetorial, justamente porque é uma política que necessita de articulação para atender os diferentes graus de riscos e vulnerabilidade. O SUAS se organiza por meio das proteções sociais básica e especial, ao mesmo tempo que quanto maior o risco e a vulnerabilidade, maior o nível de complexidade do atendimento e conseqüentemente das articulações que precisarão ser feitas com outras políticas públicas de atendimento.

A importância está justamente em você conseguir reconhecer e articular e ter a sua ação do sujeito na sua totalidade. Quando o usuário chega para mim, ele já chega pelo olhar de um profissional, que percebeu a necessidade de se articular com outros serviços. A minha atuação profissional sempre está ligada à articulação com outros serviços, com serviços dentro do município, com serviços fora

do município e até questões judiciais (Marielle).

A fala de Marielle sobre o significado de intersetorialidade demonstra o quanto conhecer o funcionamento da rede de proteção a crianças e adolescentes cria um espaço de compreensão profissional onde se é possível transitar por diversas possibilidades de executar seu trabalho na política em que está inserida. Quando Marielle fala que a importância do trabalho intersetorial está em reconhecer e articular o sujeito em sua totalidade, ela não está se referindo ao ideal de que uma profissional necessita fazer e assumir todas as medidas para solucionar um caso, pelo contrário, ela está falando sobre aquilo que Junqueira (2004) afirmou ao declarar que cada política social apresenta uma solução ao seu modo de execução e esse não é o problema, mas sim quando se desconsidera uma pessoa de sua totalidade e a necessidade de ação de outras políticas.

O autor afirma ainda que, quando as medidas de execução para a resolução de problemáticas são direcionadas, a partir do princípio da setorialização, as políticas públicas esbarram na própria consecução dos direitos sociais, porque dependem da satisfação das diversas necessidades sociais que estão inter-relacionadas. Schutz e Mioto (2010) garantem que não olhar para as pessoas considerando sua totalidade, e não apenas aquilo que você como profissional, pode fazer, só faz com que a população usuária dos serviços públicos fique saturada das próprias políticas pela falta de articulação entre elas.

As autoras acrescentam ainda que as demandas podem até ser encaminhadas para outros setores, mas quando esses mesmos setores não conhecem a necessidade de articulação com as demais políticas, o que acontece é que a população tende a se submeter ao paralelismo das ações, um mesmo cadastro em vários serviços e as repetições da mesma história nos vários atendimentos, porque os setores continuam a executar suas funções de forma fragmentada. E a consequência disso é que os efeitos dessa ausência de articulação podem ser vistos também por outras profissionais que prestam serviço à população.

Apesar de parecer uma tarefa fácil, se comunicar e articular-se com os demais setores, na prática, nem sempre é possível para resolver as situações pelo parâmetro da intersetorialidade, sobre isso:

A gente encontra algumas fragilidades, às vezes a rede é meio furada. A gente conhecendo a rede municipal, não só eu, como a maioria dos profissionais, a gente sabe aquele serviço que de fato a situação vai ser resolvida é aquele que nem tanto, principalmente quando sai do município, dentro do município, a gente consegue um resultado melhor (Marielle).

Essa fala de Marielle é interessante porque ela serve de base para a próxima carta que irei escrever, mas também porque revela aspectos importantes para a execução de um trabalho intersetorial. Primeiro, conhecer quais serviços a situação encaminhada vai de fato ser resolvida e quais não; segundo, se utilizar ao máximo dos serviços da rede municipal para evitar o deslocamento da usuária para serviços em outras cidades ou estado e por último, a diferença da execução de uma ação quando há necessidade de se utilizar de um serviço fora da esfera municipal.

Carta Ficcional II

Querida leitora,

Essa é mais uma das histórias que eu não sei como vocês definirão ao saber do final. Sinto que nenhuma delas farão com que pensem algo bom sobre mim, porque como já disse antes, apesar de todas as histórias contadas aqui serem narradas a partir de uma ficção, algo nelas é real também, além disso, eu estou sendo a única exposta. Mas preciso que vocês entendam também que existem muitas coisas que nos levam a fazer o que fazemos e como fazemos.

Para as que estão comigo nesse mesmo barco, se a história de vocês também acontece no SUAS, sei que vocês entenderão de cara sobre essas tais coisas, eu espero que me olhem com o mesmo olhar que eu teria com todas vocês. E para aquelas que não fazem parte desse mundo e dessa rede de proteção, espero que os capítulos anteriores tenham sido suficientes para que vocês entendam de qual é o mundo que estou falando e quais são essas coisas que nos levam a agir como agimos. Acredito que no decorrer dessa carta, alguma delas irá aparecer, mesmo que sutilmente.

Essa tal de intersetorialidade é algo difícil para todas nós. Na Assistência Social se aprende rápido sobre esse termo. Acredito que seja pelos limites e necessidades das demandas que são extremamente complexas, e também porque estamos constantemente querendo retirar alguém ou uma família de uma situação de vulnerabilidade e desigualdade social.

Mas como tudo na vida, nem sempre conseguimos administrar aquilo que pretendemos, principalmente se isso depender de mais um outro serviço para acontecer. Imagine uma situação onde para resolver um caso de trabalho, vocês precisem se articular com mais outros três setores diferentes dos seus. Imaginem que esses setores também passem pelas mesmas dificuldades que vocês, que tenha poucas profissionais e várias atividades para dar conta, que não tenham o básico para trabalhar e já estejam

saturados, ou que os recursos oferecidos pelo setor não sejam suficientes, imaginou? Vocês concordam que por mais que se esforcem, é necessário muito mais que apenas esforço para resolver as situações? Se concordam, assim como eu, vocês entendem a dificuldade que é na prática realizar isso.

Parece meio óbvio dizer isso, mas comunicar-se, algo tão simples, é essencial para essa tal de intersectorialidade. Acredito que vocês devem saber, mas, de qualquer forma, é sempre bom lembrar isso. Hoje eu quero contar a história de Isabel. Eu pensava que histórias como a dela só aconteciam em filmes ou naqueles programas de TV, porque realmente parece uma ficção e nesse caso, é.

Isabel era uma adolescente que tinha um relacionamento problemático com a mãe Valéria e as demais irmãs. Nem sempre Isabel e Valéria conviveram juntas, como são de uma família pobre, com histórico de uso de álcool e outras drogas, dentre outras coisas, em um determinado momento de sua vida, Valéria não teve condições de cuidar de todas as filhas que teve, e Isabel foi a única que por algum período de tempo passou uma parte da vida convivendo com dona Marinalva, sua avó, a quem ela lembra com muito carinho e afeto relatando sempre com gratidão aos cuidados que a avó teve com ela.

Assim como Dona Marinalva, sua filha Valéria também não conseguiu emprego ou estabilidade financeira, além disso, seu estudo era pouco, Valéria casou-se cedo e pela quantidade de filhas que teve, dificilmente conseguia manter uma qualidade de vida que fosse suficiente para toda a família.

A história de vida de Valéria não era fácil, mãe desde cedo, problemas com álcool e outras drogas, um marido violento, difícil de lidar e ainda, cinco filhas para criar, educar e proteger. A família residia na parte alta da cidade, possuía uma casa própria que conseguiram através de um projeto de habitação social, mas como muita gente na cidade, não tinham renda fixa para manter as condições básicas da família.

Apesar de seu esposo trabalhar de forma autônoma como servente de pedreiro, nem sempre José conseguia trabalhos ou renda para a família. Valéria estava inclusa nos benefícios socioassistenciais da cidade, as filhas estavam inseridas em creches e em serviços integrais, mas mesmo assim não era o suficiente para suprir as situações de vulnerabilidade social em que a família se encontrava. Alguns anos depois com o retorno de Isabel para a casa da mãe, recebemos o encaminhamento da família por parte da rede municipal, onde identificaram que além da situação de vulnerabilidade social, também havia naquele núcleo familiar situações de negligência por parte dos pais para com as filhas.

Isabel não era filha de José, seu padrasto e atual esposo de sua mãe, e por isso, a relação entre eles era sempre mediada por justificativas como “eu não sou sua filha, você não manda em mim” ou “eu já lavei minhas mãos, se fosse minha filha já tinha dado uns bons tapas para aprender”, “a Valéria não tem moral nenhuma para essa menina, ela precisa ser dura com ela”.

A equipe iniciou os atendimentos e conseqüentemente o acompanhamento da família. Como já havia citado anteriormente, o relacionamento de Valéria e Isabel sempre foi complicado e depois que a filha retornou da casa de sua mãe, as coisas não melhoraram. Na verdade, o que sabíamos por Valéria, é que dona Rita, sua mãe, não estava mais conseguindo cuidar da neta por questões de saúde e também porque assim como na sua idade, Isabel, que agora estava com 15 anos de idade, também estava fazendo uso de álcool e outras drogas.

Era nítido o desespero de Valéria para com a situação da filha, e apesar dos conflitos entre as duas, a mesma sempre estava dizendo:

- É culpa minha, foi me vendo fazer que ela aprendeu, e a culpada sou eu.

O tempo foi passando, a rede de atendimento municipal foi acionada para que pudessem realizar as articulações com as demais redes de atendimento e assim conseguir êxito com a demanda da família. Apesar dos esforços, as políticas existentes no município não foram suficientes, e precisamos acionar redes externas que pudessem garantir mais acesso e garantias a Isabel e sua família. A equipe junto com a família e a adolescente decidiram então que seria viável que Isabel passasse um tempo em uma Unidade de Acolhimento para Crianças e Adolescentes com dependência química.

O tempo passou, o acolhimento durou quase um ano e recebemos uma ligação. Era Valéria!

- Olha, me ligaram da casa de acolhimento para informar que a Isabel saiu de lá hoje cedo, vocês sabem de algo? Foram informadas? Eles disseram que só conseguiram falar agora com a gente.

- Não, não ficamos sabendo disso. Como assim, ela saiu? Quem foi buscá-la?

- Nós não sabemos, achamos que como eles tinham o contato de vocês, pudessem ter ligado para que vocês fossem buscar.

- Estamos sabendo agora da situação, mas nós vamos entrar em contato com o pessoal e saber o que aconteceu.

- Certo, a gente vai esperar vocês.

Quando finalmente conseguimos absorver aquela conversa, entramos em contato com a casa de acolhimento para tomar ciência da situação. E sim, era real. A

casa de acolhimento tentou por vezes entrar em contato com a família, não conseguindo, resolveram liberar Isabel para sair da casa com a única pessoa que conseguiram manter contato, seu namorado.

Chegamos a ir na casa de acolhimento com a mãe e não obtivemos sucesso, pois Isabel já tinha mesmo ido embora com o namorado, informando a equipe que voltaria para casa da mãe, mas não foi isso o que aconteceu. Nem a mãe ou as irmãs tinham o contato do namorado de Isabel e o fim dessa história é que continuamos sem saber o seu paradeiro.

A preocupação de Marielle ao falar de um caso que “sai do município” reflete-se na história contada acima e é uma realidade de profissionais que trabalham em municípios de pequeno porte onde os serviços de saúde, assistência e demais políticas não oferecem serviços especializados para algumas demandas apresentadas no município. Isso porque redes como o SUAS e o SUS tem por base o funcionamento descentralizado e participativo.

Em poucas palavras, a ideia de descentralização nessas políticas significava um avanço, pois, grande parte da população poderia ter acesso e se beneficiar dos serviços, porém, Silva *et al.* (2017) fazem uma crítica a esse ideal quando afirmam que historicamente a descentralização não assumiu esse papel prioritário de acesso universal da população aos serviços de saúde, mas sim um caráter estratégico de intervenção na economia, com o projeto de enxugamento do Estado e estabilidade econômica. No SUAS, isso não foi muito diferente, para além da reorganização dos serviços, programas, projetos e benefícios como objetivos principais, também serviu para definir de forma evidente e objetiva a transferência dos recursos da esfera Federal para os Estados, Municípios e Distrito Federal (MDS, 2014, p. 60).

O que acontece no SUAS é que o conceito de território trazido na Política Nacional de Assistência Social (PNAS-2004) é uma forma de entender a descentralização dessa política pública. Sobre isso, o Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome afirma:

Ao utilizar o território como referência busca-se dar conta dos diferentes modos de vida, dos processos que provocam as desigualdades e a exclusão social e das maneiras como a população tem acesso e usa os recursos disponíveis na cidade ou na sua região (MDS, 2014, p. 57).

Além disso, o próprio Ministério reitera ainda que essa concepção de território permite destacar as diferenças entre os mais de 5 mil municípios espalhados pelo Brasil,

e definir o critério de porte que foi criado conforme detalhado na PNAS-2004 com base no número de habitantes de cada lugar. Por exemplo, se em um determinado município há poucos casos de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, como Liberdade Assistida (LA) e prestação de Serviço à Comunidade (PSC) não se justifica a necessidade de o município possuir uma estrutura própria para esse atendimento. Dessa forma, para que uma pessoa possa ter acesso a demanda, seu atendimento acontece em nível regional, podendo ser agrupado por outros municípios.

Nesse sentido, qual o problema da descentralização ou da saída de um caso do município para outro território, como afirmou Marielle, sendo que a pessoa ou a família não deixa de ser atendida pela rede? A problemática está na interrupção de um vínculo com a pessoa que faz uso do SUAS ou qualquer outra política, em um momento de fragilidade, a necessidade de confiança que em outro setor o serviço irá funcionar, mas principalmente que esses serviços de outros territórios vão ser suficientes para resolver a situação da pessoa ou da família sem que eles precisem voltar para casa ainda com a mesma situação que saíram em busca de resolutividade.

Apesar da rede ser uma só e das problemáticas acima citadas acerca do encaminhamento de uma pessoa da rede municipal para a de uma capital, por exemplo, é importante ressaltar a diferença na dinâmica desses dois espaços para que a fala acima não remeta apenas às profissionais a responsabilização dos problemas apresentados em rede. O primeiro ponto a ser destacado é o número da população do território em questão, quanto maior a cidade, maior também o número de pessoas que precisam de serviços públicos. Porém, nem sempre a quantidade de trabalhadoras é suficiente para atender as pessoas de seu território e aquelas que são encaminhadas de outros municípios.

Essa é mais uma problemática, pois assim como os serviços de um município de porte pequeno não dão conta de todas as demandas que aparecem, tanto por questões territoriais como por questões de dia a dia que dificultam o funcionamento de um setor, quando comparado a uma capital, apesar do maior número de órgãos e instituições para oferecer suas atribuições, estes estão superlotados com os encaminhamentos vindos de vários municípios e às vezes enfrentando algumas dificuldades que municípios pequenos também sofrem, como por exemplo, a falta de profissionais suficientes para dar conta dos problemas.

No entanto, intersetorialidade também é sobre entender as próprias limitações profissionais e as interlocuções que podem e precisam ser feitas a partir desse ponto. Na fala de Marli, conseguimos reconhecer essa perspectiva:

Intersetorialidade ao meu conhecimento, seria uma ação multi, entre os vários setores, por exemplo, a Saúde, Assistência, Educação. É muito importante porque a gente não caminha sozinha. A gente tem sempre a nossa limitação, eu enxergo o limite, a gente pode trabalhar até aqui e daqui em diante, é com a Assistência, Educação ou outra instituição (Marli).

Trabalhar de forma intersetorial exige a interação permanente entre os diferentes segmentos, pois interfere na produção social e subjetiva dos modos de ser e de atuar das trabalhadoras, usuárias e organizações. Segundo Machado (2010), às práticas intersetoriais, por se pautarem em articulações entre profissionais e setores sociais diversos e, portanto, de saberes, poderes e vontades diversas, se apresentam como uma nova forma de trabalhar e de construir políticas públicas. Estas políticas devem possibilitar o enfrentamento de problemas e devem produzir efeitos mais significativos para as pessoas.

Para ela, trabalhar intersetorialmente envolve um grande esforço pelas profissionais que fazem parte dessa rede, porque exige a saída de um lugar/espço, onde as relações de comunicações eram praticamente escassas para outro, onde comunicação, discussão de caso, negociações, gerenciamento de conflitos, coordenação de demandas, dentre tantos outros fatores, são cruciais no desenvolvimento dos casos atendidos.

É importante problematizar o pensamento de Machado, porque ela não deixa evidente o motivo desse esforço, numa primeira leitura, dá-se a impressão de que a intersetorialidade é algo posto, completo e que tudo depende do quanto as profissionais que dela fazem parte se esforçaram. Evidente que, para algumas/uns profissionais, esse pensamento pode ser aplicado; no entanto, é importante ressaltar que em sua maioria, esse esforço a qual a autora se refere, pode também ser interpretado pela maneira como as coisas se estabelecem dentro da política em que a profissional está inserida e as condições de trabalho que lhe são oferecidas.

No caso da Assistência Social, nós profissionais literalmente precisamos nos esforçar, porque lidamos com o recorte de verbas por parte do governo federal brasileiro e estadual também, o que conseqüentemente gera na incapacidade da política de assistência de manter-se por si só, tendo que depender de recursos próprios por parte do município e conseqüentemente nos deixa à mercê do compromisso e da importância que a gestora ou o gestor têm de trabalhar as causas sociais da população.

Outra questão que Marli acaba apontando em sua fala, é o quanto as relações interpessoais de trabalho também precisam ser mantidas com responsabilidade. A

entrevistada afirma que:

Até então eu não tive nenhum problema com as meninas, elas são bem receptivas, quando preciso passar um caso, elas recebem, depois eu recebo o retorno sobre o caso, como o município é pequeno fica até mais fácil de se comunicar (Marli).

Machado (2010) diz que os espaços da intersectorialidade são lugares de compartilhamento de saber e de poder, de construção de novas formas de agir que não se encontram estabelecidas ou suficientemente experimentadas. A autora diz ainda que talvez seja por isso que esse seja um conceito fácil de falar, de entender, mas não de administrar, pois é pouco utilizado, para ela, fala-se muito e se faz pouco. Por isso, ainda que assim como Marli, as relações interpessoais de trabalho se mantenham sobre um padrão positivo em que as/os profissionais consigam manter a comunicação efetiva no dia a dia de trabalho, há necessidade de um exercício permanente na prática da intersectorialidade, bem como na sensibilização de todas, inclusive da gestão em priorizar as condições necessárias para que suas trabalhadoras possam constantemente exercê-la.

O trabalho em rede é um desafio para as profissionais das políticas de saúde e assistência social, e, por isso, não apenas porque é preciso estar atenta ao seu papel como profissional, mas também porque é necessário que as outras redes de outros municípios estejam engajados nessa causa. Na fala de Ruth percebe-se o quanto a entrevistada ressalta a importância de reconhecer o seu próprio lugar, mas também o da outra:

Eu entendo que a intersectorialidade ela contribui para o melhor andamento da rede de proteção à criança, porque uma criança atendida ela vai precisar da assistência, saúde, educação, esporte, cultura. Então, assim, quando eu entendo o meu papel e quando eu não quero guardar só para mim, entendendo que apenas o meu papel é importante, eu entendo a importância da intersectorialidade (Ruth).

Schutz e Mioto (2010) ao discutirem a intersectorialidade na agenda de saúde e da assistência social, falam sobre complementaridade dos setores, as autoras afirmam que na área de saúde, por exemplo, não é possível promover saúde sem suprir uma gama de necessidades como saneamento, alimentação, lazer, educação, etc. Andrade (2004) acredita que existe um “consenso discursivo e um dissenso prático” que é originado do antagonismo entre a necessidade de integrar as práticas e saberes. Na prática, de fato, nenhuma política por si só é capaz de suprir todas as necessidades de uma pessoa ou sua integralidade.

Em síntese, através das falas e da análise feita, é possível perceber alguns pontos que também são pertinentes à discussão dessa pesquisa como um todo. O

primeiro é que cada entrevistada falou de um ponto de vista que é da própria prática profissional. Quando elas foram questionadas sobre os órgãos e/ou instituições que compõem a rede, apesar de estarem falando de uma rede que é extensa e que a depender dos casos, pode ser acessada inclusive fora de seu território, as entrevistadas em sua maioria citaram apenas aquelas instituições em que no dia a dia conseguiram construir uma relação mútua de articulação nos casos.

Em um primeiro momento, pode-se pensar que a profissional não conheça a rede de seu município ou que até mesmo esqueceu de mencionar outras instituições, porém, ao mesmo tempo demonstra um conhecimento concreto de seu campo de trabalho, já que assim como Marielle citou, é possível perceber qual o setor que ao ser provocado irá se locomover no sentido de solucionar um caso e qual não. Isso faz todo sentido, porque além disso, demonstra também, o quanto essas profissionais prezam pela municipalização de um caso. Para além disso, também estão as relações e os vínculos que são criados com as profissionais de outros setores, a fala de Marli reflete isso, quando a mesma afirma que ainda que ela não saiba para qual setor deva encaminhar o caso, ela sabe com qual profissional contar.

Um ponto que foi bastante mencionado nas entrevistas, é a escola como um dos principais agentes no enfrentamento da violência infanto-juvenil, as profissionais que mencionaram essa importância reconhecem o quanto a escola é uma potência para se trabalhar esse tema e também para descobrir possíveis casos de violência que ainda não foram denunciados pela própria vítima ou pessoas da sociedade no geral. A potencialidade da escola está justamente nas condições de convívio com as crianças e adolescentes, no diálogo, nas relações de afeto e segurança. Porém, outro ponto citado pelas profissionais entrevistadas é de que infelizmente não puderam trabalhar em conjunto com a escola e realizar ações ou atividades relacionadas a esse tema devido a pandemia do Covid -19, sendo esse um problema não apenas da escola, mas também das demais políticas que oferecem proteção integral a esse público.

Outro ponto não menos importante é sobre quem são as pessoas atendidas por estas profissionais. Apesar de isso não ter sido questionado nas entrevistas, é importante ressaltar que apesar de elas existirem e serem as principais personagens, ninguém está falando sobre elas. Nenhuma entrevistada falou sobre quem são essas pessoas e o fato de que elas vivenciaram situações de violência, não por uma mera coincidência, mas sim porque em sua maioria são pessoas de cor preta ou parda, em situação de pobreza ou extrema pobreza, sem estudos, sem trabalho registrado, sem renda fixa, sofrendo na pele a realidade da desigualdade social.

Lyra, Constantino e Ferreira (2010) afirmam que é importante destacar que a violação de direitos, que muitas vezes tem lugar no seio da família, pode refletir, ainda que não necessariamente, também em uma situação de vulnerabilidade da família diante dos seus próprios direitos de cidadania, de acesso aos bens públicos e de inclusão social. Para as autoras, considerando a organização de alguns contextos, muitas famílias ficam expostas a tensões externas que fragilizam seus vínculos, tornando-as mais vulneráveis. A violência comunitária, por exemplo, para as autoras pode ser mais um fator de risco para intensificação da violência familiar, pois a violência praticada no interior da família não é fruto da personalidade dos pais. Ela se manifesta como um fenômeno complexo, relacionado a condições de vida da família, à dinâmica das relações intra e extrafamiliares (comunidade), às concepções culturais sobre o lugar da infância e da adolescência no lar e às práticas de educação e criação dos filhos.

Quando questionadas sobre a efetividade da garantia de direitos à criança e ao adolescente, as respostas divergiram, verificou-se profissionais que defendessem essa efetividade, quem criticasse, pois entendia que não dá para assegurar totalmente e quem afirmasse que a rede não estava conseguindo garantir tais direitos. Se pararmos para pensar naquilo que o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê como direitos fundamentais que está disposto em seu Art. 4º, É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária e naquilo que é realizado no dia a dia, é comum essas respostas divergirem.

Mas o que é preciso para garantir essa efetividade? Garantir a articulação das políticas em todos os níveis, conforme estabelece o artigo 86 do ECA. Quando Marielle foi questionada sobre a efetividade da rede em garantir os direitos de crianças e adolescentes obtivemos a seguinte resposta:

Não, não tem conseguido. Porque essas instituições que são geridas por profissionais também cabe muito da visão do profissional enxergar um sujeito de direitos, não naturalizar a questão da violência, não pormenorizar a criança e a adolescente, acredito que ainda vai muito nessa questão cultural e também por não querer se envolver, porque a partir do momento que você aponta que uma determinada família está tendo uma violência contra criança e adolescente você se envolve, tem que acionar conselho tutelar e infelizmente não são todos os profissionais que estão dispostos (Marielle).

Por muito tempo, profissionais e população criaram um ideal de que envolver o Conselho Tutelar em um caso de violência contra crianças e adolescentes era uma das últimas medidas a ser tomada, isso porque, possivelmente, o caso chegaria a um fórum ou a uma promotoria de justiça. E a partir de então, o real sentido e significado das ações do Conselho Tutelar foram tomando uma proporção e um significado diferente de sua conduta, as pessoas deixaram de denunciar ao Conselho Tutelar, porque acreditavam que iriam arrumar problemas com a justiça.

Além disso, a população e as profissionais também deixaram de denunciar porque acreditavam que assim como Zottis, Algeri e Portella (2006) falaram, esse era um problema em que a família por si só precisaria resolver. Ora, se a população e as profissionais não denunciam os casos, como os órgãos governamentais e não governamentais irão executar ações de enfrentamento a esse tipo de violência? Teoricamente as políticas públicas de atendimento seja na Assistência Social, Educação ou Saúde delegam com propriedade e seriedade aquilo que deve ser feito pelas profissionais que delas fazem parte, porém, nem sempre essas mesmas políticas entregam na prática as condições e possibilidades para execução daquilo que determinam.

Silva et al., (2015) realizaram um estudo de revisão de literatura a partir de artigos, teses e dissertações para identificar a notificação da violência familiar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde e perceberam que duas linhas têm estruturado a análise dessas notificações. A primeira diz respeito a um dilema ético às profissionais, pois há muita repercussão tanto para a profissional, quanto para a vítima e consequentemente deixam de notificar casos mesmo que ainda suspeitos. E a segunda, diz respeito à notificação por seu aspecto positivo, considerando que notificar é um movimento que busca interromper o ciclo da violência e manter o compromisso ético, social e político em zelar pela proteção desse público.

É imprescindível lembrar que, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA menciona a importância da notificação por parte dos profissionais e prevê, inclusive, em suas diretrizes, especificamente no Art. 245, penalidades para profissionais e instituições que tendo conhecimento, desconsiderem a notificação da suspeita de um caso de violência infantil. As autoras afirmam ainda que a decisão de notificar não se restringe às determinações legais, mas sim, as peculiaridades de cada caso ou a influência por fatores de ordem pessoal das/os profissionais.

Através dessa revisão, elas identificaram ainda o perfil de profissionais que tendem a ter mais facilidade na hora de denunciar, são profissionais do sexo feminino,

com filhos, experiência profissional de seis anos ou mais, com capacitação nessa temática e que já sofreram pessoalmente alguma violência, ou seja, quanto mais consciente essa profissional é sobre a violência familiar contra crianças e adolescentes, mais facilidade ela tem em desempenhar seu papel consciente da obrigatoriedade da notificação.

Ainda sobre a efetividade dessa rede, Marielle afirma que para a resolução de alguns casos, a rede é suficiente, mas que ainda existem muitas fragilidades e afirma que uma delas é a falta de ações de promoção e prevenção para violência familiar contra crianças e adolescentes. Sônia também concorda que a promoção e o acesso à informação sobre esse assunto ainda são os instrumentos mais eficazes.

Ao mesmo tempo em que as respostas divergiram quanto à efetividade da garantia de direitos às crianças e adolescentes, as entrevistadas também citaram um leque de fatores que acreditaram contribuir para essa efetividade ou não. Para Marli, quando o assunto é garantir os direitos de crianças e adolescentes, boa parte desses, a rede tem conseguido efetivar e infelizmente outra parte não, a entrevistada afirma ainda que:

Os casos chegam e talvez não tenha a quantidade de profissionais adequados para abraçar todos os casos, os casos que chegam a gente consegue intervir e melhorar, mas cem por cento, não. Tem as barreiras burocráticas e até de esclarecimento dos responsáveis pela criança, são vários fatores (Marli).

Ruth também compartilha do mesmo pensamento de Marli e admite que a falta de profissionais para atender toda a demanda também prejudica a efetividade das ações para garantir direitos às crianças e adolescentes. E reitera ainda que esse ponto é algo muito problemático porque nessas circunstâncias, uma só profissional não consegue dar conta de tudo e pode por vezes esquecer de assuntos e casos importantes devido o cotidiano das atividades que não são poucas. Como já mencionamos no capítulo 1, diversas são as maneiras pelas quais as trabalhadoras estão submetidas em seu dia a dia profissional e a falta de profissionais suficientes é um dos fatores pelo qual a maioria das entrevistadas citaram.

Em outro momento dessa pesquisa, a quantidade de profissionais nos setores públicos já foi abordada como uma problemática para o andamento e desenvolvimento de casos de violência familiar contra crianças e adolescentes. Vale ressaltar que essa problemática não atinge somente a casos como os que estamos discutindo aqui, mas ao funcionamento da política como um todo se pararmos para analisar a estrutura de cada

serviço e considerando ainda que as profissionais que participaram dessa pesquisa estão inseridas em várias políticas e não somente na Assistência Social.

Antonieta afirma que a rede não tem conseguido garantir, em sua totalidade, os direitos de crianças e adolescentes, mas que em partes, sim, através dos encaminhamentos de forma intersetorial. A entrevistada Sônia compartilha do mesmo ponto de vista de Antonieta e afirma que:

Apesar da gente ser um município pequeno, nossos índices não são tão altos e a gente tem conseguido controlar essa demanda, migrando para os programas. Acho que a gente só tem conseguido por causa do funcionamento da rede. Eu acredito que se ela (criança ou adolescente) não for tratada com a rede, talvez não solucione o trauma que fica na cabecinha deles (Sônia).

Ruth também acredita que o município tem conseguido eficácia em garantir os direitos da infância e juventude, mas ressalta que a rede ainda precisa ser fortalecida, e que as profissionais precisam de mais momentos para se discutir sobre as crianças e sobre as relações sociais. Digiácomo e Digiácomo (2013) alegam que a promoção ou a efetivação dos direitos infanto-juvenis se dá por intermédio da elaboração e implementação da mencionada política de atendimento à criança e ao adolescente e que isso exige o engajamento de todos os órgãos públicos encarregados do atendimento aos direitos de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias.

Sobre isso, Laudelina chega a afirmar que ainda que consiga trabalhar a intersetorialidade com as demais profissionais do município em que atua, elas ainda precisam enfrentar os limites da própria política em que estão inseridas e chega a citar mais fatores importantes que acredita que contribui para a não garantia de direitos a crianças e adolescentes.

Muito fragilizada, porque por mais que a gente esteja em um município que a gente consegue trabalhar a intersetorialidade, a gente ainda se depara com os limites da própria política. Nessa pandemia mesmo, a gente viu o reflexo da precariedade do sistema, porque tivemos que trabalhar de forma online e as famílias não têm acesso a telefone ou internet (Laudelina).

Algo extremamente importante que interfere diretamente nas condições desta pesquisa é o momento em que ela acontece. A fala de Laudelina reflete esse momento, o momento pandêmico que não facilitou aquilo que, enquanto profissionais da política de assistência social, resistimos e tentamos reverter, a desigualdade social em que muitas pessoas e famílias brasileiras ainda enfrentam.

Por causa da pandemia do novo coronavírus (COVID – 19) muitos países precisaram adotar medidas de proteção contra a propagação do vírus, e aqui no Brasil não foi diferente. Em março de 2020, muitas unidades federativas já haviam limitado a abertura de serviços não essenciais, suspenso as aulas e iniciado o modelo de distanciamento social de acordo com a sua realidade. E embora o distanciamento social tenha se tornado fundamental para o enfrentamento desse vírus, muitas crianças e adolescentes ficaram sujeitas/os a estarem vivenciando situações de violência dentro de suas próprias casas, só que agora, passando mais tempo com seus agressores, já que cerca de 300 milhões de crianças no mundo, são regularmente submetidas à violência física ou psicológica dentro da própria casa, segundo dados do relatório de 2017 do Fundo das Nações Unidas a Infância (UNICEF).

Com o distanciamento social e o tempo de convívio maior com seus agressores, essas crianças e adolescentes perderam também a convivência com adultos/os que tinham como referência de proteção, ao exemplo, professoras/es. Além disso, ficou mais difícil identificar casos como esse e até receber denúncias. Ao mesmo tempo, as políticas de proteção à infância e juventude precisaram também se adaptar ao novo modo de funcionamento dos serviços essenciais, assim como saúde, educação, segurança, assistência, dentre outros. Laudelina citou o trabalho de forma on-line como uma das alternativas para não deixar de prestar assistência às pessoas e às famílias que precisassem acessar o serviço a qual ela prestava, mas citou também a dificuldade dessas pessoas em terem acesso a esse novo modo de acessar um serviço público.

Isso porque, como afirma a entrevistada, nem todas as pessoas e famílias têm acesso à internet ou celulares, principalmente, quando estamos falando de pessoas em situação de extrema pobreza, risco ou vulnerabilidade social. Essa é uma discussão extremamente importante em cenários comuns e principalmente quando estamos falando de uma pandemia que assolou o país, isso porque como afirma Neri (2021) a seguir, a pandemia afetou mais as pessoas e as famílias mais pobres.

Não era difícil imaginar que pessoas e famílias já expostas a vivências anteriores de vulnerabilidade e risco social tivessem nesse momento consequências mais contundentes em decorrência do momento pandêmico. O cenário a qual famílias já enfrentavam dificuldades socioeconômicas não diminuiu em consequência do isolamento, pelo contrário, a demanda por serviços e benefícios socioassistenciais só cresceu e o grande desafio estava lançado à política de assistência social e às profissionais que dela faziam parte. Entre os desafios postos à Assistência Social neste momento, pode-se ressaltar a continuidade do atendimento às pessoas que dela

necessitavam de acordo com o contexto e priorizando a segurança e saúde de todos.

No sentido de superar alguns desses desafios, a Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS precisou buscar alternativas como a reorganização da oferta dos serviços e a medida em que os casos de Covid – 19 aumentavam ou regrediam, normativas e diretrizes eram sempre repassadas à gestão e às profissionais do SUAS.

A exemplo disso, instruções como adoção de regime de jornada em turnos de revezamento, disponibilização de materiais de higiene e EPI para os profissionais do SUAS e afastamento ou colocação em teletrabalho dos grupos de risco, redução da circulação de pessoas e adoção do distanciamento nas atividades presenciais dos usuários no âmbito dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializados de Assistência Social (CREAS), permitir o acompanhamento remoto dos usuários por meio de ligação telefônica ou aplicativos de mensagens, principalmente, daqueles tidos como grupos de risco e suspensão temporária de eventos, encontros, cursos de formação, oficinas, entre outras atividades coletivas precisaram ser adotadas (BRASIL, 2021, p. 19).

Apesar das orientações, a SNAS considerou ainda que na elaboração dos planos de contingência, a gestão de cada município considerasse aquilo que entendia como prioridade ou não de acordo com seu território. A exemplo de Roteiro, o atendimento remoto foi um desafio, porque como afirmou Laudelina, a maioria das usuárias e famílias da política de Assistência Social não tinham acesso a celular ou internet em casa.

Neri (2021) analisou a desigualdade em tempos de pandemia e garante que a proporção de pessoas com renda abaixo da linha de pobreza antes da pandemia era de 10,97%, cerca de 23,1 milhões de pessoas na pobreza. Em setembro de 2020, a pobreza passa a ter o melhor ponto da série, em função da adoção do Auxílio Emergencial, alcançando uma estimativa de 4,63%, ou seja, 9,8 milhões de brasileiros. Porém, no primeiro trimestre de 2021, tirando todo Auxílio Emergencial e devolvendo o Bolsa Família, a pobreza atinge 16,1% da população, o que equivale a 34,3 milhões de pobres.

Para ele, os dados mostram um cenário desolador no início de 2021, quando em seis meses, o número de pobres é multiplicado por 3,5 vezes, correspondendo a 25 milhões de novos pobres em relação aos seis meses anteriores. Finalmente com a adoção do novo auxílio em escala reduzida com duração limitada a partir de abril de 2021, esperava-se que o cenário mudasse, mas mesmo assim, o que temos é a retomada de 12,98%, cerca de 27,7 milhões de pobres, pior do que antes da pandemia do Covid-19.

Ainda sobre essa pesquisa, o autor também fez uma análise sobre quem mais perdeu nessa pandemia e afirma:

Os principais perdedores foram os moradores da região Nordeste (-11,4% de perda de renda contra -8,86% do Sul, por exemplo); as mulheres que tiveram jornada dupla de cuidado das crianças em casa (-10,35% de perda contra -8,4% dos homens), os idosos com 60 anos ou mais também perderam especialmente por terem de se retirar do mercado de trabalho função da maior fragilidade em relação ao Covid-19, cerca de -14,2% de perda (NERI, 2021, p. 4).

O autor afirma que a pandemia do Covid-19 constitui um choque de grandes proporções não só pela sua intensidade como pela sua abrangência global e impacta diferentes pessoas de maneiras diferenciadas, em distintos estratos sociais, localidades e aspectos de vidas, de fato, mas ela também escancara a desigualdade social mais uma vez e revela quem sofre mais. Quando questionadas sobre os impactos do coronavírus sobre as ações que realizaram para crianças e adolescentes em situação de violência familiar, a resposta das entrevistadas foi unânime, nos primeiros anos de pandemia, quando as vacinas ainda eram incertas e as medidas de proteção ao vírus eram mais severas, as profissionais que participaram dessa pesquisa afirmaram que a pandemia mudou totalmente a logística de seus trabalhos, as ações coletivas pararam de ter seu espaço porque ofereciam risco aos envolvidos, tanto para as profissionais quanto para as pessoas que participavam desses momentos.

Dessa maneira, outra problemática cercava as profissionais quanto às atividades de seu trabalho. Como seria possível realizar ações de promoção e prevenção diante de um cenário pandêmico, de isolamento social? Niskier (2012) afirma que a prevenção a esse tipo de violência ocorre em três níveis: o primário, em que acredita contemplar a sensibilização dos profissionais no sentido da atuação preventiva junto às pessoas e comunidade. Buscando a promoção da melhoria das condições de vida das pessoas, bem como as discussões ampliadas nas diversas instituições, famílias e mídias sobre o tema da violência contra crianças e adolescentes, sempre com o intuito de trazer à tona o seu reconhecimento precoce, formas de atendimento e prevenção de novos casos.

O secundário, que se refere a identificação dos casos, seu diagnóstico e intervenções precoces, assim como atuar em articulação com os outros setores, como a Educação, a Assistência Social, a Justiça, entre outros para que se possa obter uma avaliação completa da família, do agressor, da vítima e das condições em que se encontram. E o terciário, que diz respeito aos serviços hospitalares e institucionais, configurando-se em ações de maior complexidade no atendimento.

Quando questionadas sobre as ações de promoção e prevenção sobre a violência familiar contra crianças e adolescentes que realizaram no momento da pandemia, todas as entrevistadas afirmaram que não conseguiram realizá-las, porque geralmente essas ações exigem uma movimentação grande, tanto de profissionais, quanto da população, o que conseqüentemente, resultaria em aglomeração. Em uma fala de Laudelina, relata que o momento da pandemia dificultou o acesso às pessoas, porque as profissionais não possuem mecanismos suficientes para chegar até elas, considerando o isolamento e afastamento social como prioridades.

Não há como desconsiderar o impacto da pandemia para essas trabalhadoras, mas é imprescindível lembrar também que estamos falando de um problema tão significativo quanto o momento pandêmico e o afastamento social, que é a adaptação das políticas públicas a esse momento e principalmente o investimento das mesmas em oferecer condições para que as profissionais consigam realizar essas ações, bem como atender as pessoas e suas demandas.

Do mesmo modo em que todas as entrevistadas falaram de forma unânime sobre os impactos da pandemia para as ações de promoção e prevenção no enfrentamento à violência familiar contra crianças e adolescentes, as mesmas também acreditam que a informação continua sendo a melhor ferramenta para enfrentar esse fenômeno nesse momento. Um ponto importante sobre essa fala das profissionais é que, para além da conscientização das profissionais, famílias e responsáveis sobre o assunto, elas acreditam que é primordial que crianças e adolescentes também tomem conhecimento sobre essa violência. Sobre isso, Marta afirma:

No exato momento que estamos vivendo, eu acho que a principal campanha é a informação, mas eu vejo que o público alvo dessa informação são as crianças. Elas que precisam ter conscientização de como ocorre a violência dentro de casa, porque ela pode estar sofrendo a violência e não tem conhecimento (Marta).

A entrevistada reitera ainda que a gestão escolar tem papel fundamental quando se trata desse tipo de violência e que deve trazer esse assunto mais à tona, principalmente para aquelas crianças que ainda não tem idade de ter acesso a informações por outros veículos, como a internet. Sônia também acredita que é importante levar informação para as famílias, as escolas e as pessoas que convivem com essas crianças sobre o que, de fato, configura um abuso, porque, segundo a mesma, na cabeça das pessoas ainda existe essa ignorância de que só estamos de frente a uma situação de abuso quando a menina ou o menino tem a conjunção carnal de fato

concretizada, referindo-se ao abuso sexual.

Existem dois pontos importantes a partir da fala das duas entrevistadas, o primeiro refere-se a ensinar crianças sobre o que é violência familiar, porque podem não ter acesso a essa informação e enfrentar essa violência de forma natural por não a conhecer. E segundo, as diversas formas em que pais, familiares, responsáveis, dentre outros, podem ser abusivos, tanto quanto ao ato de ter uma relação sexual com a criança. Marille acrescenta ainda que para além disso, é necessário também uma ação intersetorial que abarcasse todo o município, onde pudesse ser discutido de fato a criança e o adolescente enquanto pessoas de direitos e que isso fosse replicado.

Sobre isso, Ruth afirma ainda em sua entrevista, que o conhecimento é o ponto, e que quando não se entende como lidar com a criança, não é possível saber como resolver uma situação ou conseguir entender o que ela quer dizer a partir da linguagem dela. A entrevistada acrescenta ainda que muitas vezes as pessoas colocam a criança num lugar de não importância, considerando que ela só é capaz de conseguir isso quando crescer e virar adulto.

É nesse lugar de não importância que Ruth cita, que crianças e adolescentes também são submetidos ao silenciamento. Bell Hooks (2019) afirma que na educação “à moda antiga”, crianças deviam ser vistas e não ouvidas e que se você fosse uma criança, fazer-se ouvir era um convite à punição, à palmatória, ao tapa na cara que te pegaria desavisado, ou à sensação de varetas queimando seus braços e pernas, que falar sem ser convidado nessa época era um ato de coragem e um ato de risco e ousadia. Ainda hoje não é difícil encontrar pais e responsáveis que ainda reproduzem esse tipo de dominação sobre a criança.

Para a autora, todas nós temos a capacidade de agir de maneiras diferentes sobre as pessoas, ela afirma:

É preciso lembrar, enquanto pensarmos criticamente sobre dominação que nós todos temos a capacidade de agir de maneiras que oprimem, dominam, machucam (seja esse poder institucionalizado ou não). É preciso lembrar que, primeiro, precisamos enfrentar o opressor em potencial dentro de nós — precisamos resgatar a vítima em potencial dentro de nós. Caso contrário, não podemos ter esperança de liberdade, de ver o fim da dominação. (HOOKS, 2019, p. 60)

Como afirmou a entrevistada Ruth, quando eu não entendo a criança ou o adolescente, eu também não entendo como devo agir. Hooks (2019) afirma ainda que é importante tomar cuidado para não reproduzir a opressão que pode acontecer em suas mais variadas facetas, partindo das relações familiares dentro de casa, onde muitas vezes

é exercida posições de poder que conseqüentemente oprimem e machucam — mesmo que as pessoas acreditem estar criando e cuidando suas filhas e filhos para o mundo, para ela, no final das contas, nesse padrão de educação e relações, o que de fato acontece é que estamos muitas das vezes ensinando sobre quem pode e quando pode falar sobre quem merece ser ouvido.

Marielle relata ainda mais um ponto que dificulta para que ações de enfrentamento a esse tipo de violência aconteçam e relata o quanto a gestão precisa estar preocupada com isso.

A dificuldade hoje é estar no lugar que eu estou profissionalmente, eu não exerço um cargo de gestão, pra fazer um trabalho desse, eu primeiro tenho que sensibilizar a gestão de saúde pra que conversasse com as outras pastas e assim conseguir envolver tanta gente em um projeto como esse que é muito necessário (Marielle).

A fala de Marielle reflete a realidade de muitas profissionais, sejam elas de saúde, assistência, educação ou qualquer outra política de proteção a crianças e adolescentes, a sensibilização sobre esse tipo de violência por parte da gestão. Todos os anos, é comum ver municípios trabalhando campanhas importantes, como prevenção ao suicídio, outubro rosa, agosto lilás, dentre outras e até mesmo a campanha de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes que acontece em meados do mês de maio. Porém, é importante criticar também a realização dessas campanhas, se por um lado podemos contar com a visibilidade de se falar de um assunto durante todo um mês, por outro, precisamos considerar a importância de se trabalhar durante todo o ano o assunto, violência contra crianças e adolescentes não acontecem apenas em maio.

Todavia, precisamos considerar ainda que para que cada profissional faça disso uma luta diária, elas precisam de ferramentas para isso. Precisam que a gestão se mobilize e invista em campanhas, formação, mais profissionais e nos recursos necessários para garantir a segurança e dignidade de crianças e adolescentes. Quando é possível entender que todo dinheiro público investido em causas para crianças e adolescentes é dinheiro investido em um futuro digno para elas e não apenas em mais um gasto desnecessário baseando-se que é impossível mudar a realidade daquele local, é que se consegue também dignificar as trabalhadoras que estão na luta pela garantia dos direitos das crianças.

Ainda sobre esse momento de pandemia e sobre as dificuldades que as profissionais encontraram de realizar suas ações, Laudelina traz à tona duas problemáticas importantes, a primeira refere-se ao fluxo de trabalho, segundo ela, a

pandemia afetou o ritmo em que as pessoas procuravam os serviços, e ela e a equipe puderam perceber que muitos casos de violação de direitos da criança e do adolescente não lhes chegaram, nem ao próprio conselho tutelar ou a outros setores do sistema de garantia de direitos.

E a segunda, refere-se a como as pessoas reagiram a pandemia do Covid-19, para ela, as pessoas partiram para aquilo que é essencial, se alimentar e procurar o serviço básico de saúde quando necessário, deixando as violações de direitos camufladas, sem serem expostas. Sobre isso, Marli chega a afirmar que para além da dificuldade de realizar uma simples ação, o momento da pandemia interferiu para que muitas mães levassem a criança até a Unidade Básica de Saúde (UBS), além de receber recusa por parte das pessoas para receber profissionais em suas casas para o procedimento de visita domiciliar.

Não há como negar que de fato, a pandemia afetou o funcionamento dos serviços, mas é importante se atentar também ao que Marli descreve:

Mesmo que a gente oriente, até as barreiras econômicas também, às vezes os pais não têm condições de comprar uma lata de leite adequada para a criança, mesmo que o município ainda ofereça, porque nunca tem o suficiente pra todos (Marli).

A fala de Marli reflete o dilema de muitas funcionárias públicas que trabalham com pessoas e famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. O discurso de que sempre podemos fazer mais ou que precisamos fazer com amor, dentre tantas outras falas que são ditas a nós profissionais, não é um discurso pautado em o quanto nos dedicamos a nossa profissão e ao exercício dela e sim na ineficácia dos municípios em investirem em políticas públicas e se atentar a questões como esta.

Carta Ficcional III

Querida Leitora,

Sei que pode parecer um pouco chato pedir para que se imaginem em situações que vivenciei durante minha caminhada na Assistência Social e enquanto escrevia essa dissertação, mas acho que, talvez, se imaginando neste lugar e o vivenciando como eu, vocês entendam as minhas aflições e talvez as minhas decisões também.

Não sei se vocês já perceberam, mas eu também sou do time que não acredita na efetividade e na garantia plena dos direitos de nossas crianças e adolescentes. E se eu fosse contar todos os meus motivos para assim pensar, acho que esta carta se estenderia

mais do que deveria. Mas aqui vão alguns deles; assim como Marielle, acredito que continuamos a tratar crianças e adolescentes como gente ‘pequena’ e adultas como gente grande que sabem de tudo. Acredito que pais e responsáveis vivem uma relação de poder e dominação, que nega qualquer direito e dignidade as crianças, que as pessoas em geral deveriam conhecer mais a infância e adolescência para quem sabe não negligenciar tanto essa fase da vida.

Acredito também que os ideais de família e proteção ainda estão arraigados com bastante força, e por isso é tão difícil identificar essa violência. E que as políticas realmente não são suficientes para resolver seus problemas. Obviamente existem motivos e fatores para todos esses acontecimentos e até este momento, acho que eu já falei sobre todos eles. Na carta de hoje eu quero falar sobre como é fácil que apenas uma atitude mude todo o percurso e trabalho da rede e consequentemente altere sua efetividade na prática.

Vocês já devem estar cansadas de ouvir, mas é sempre bom repetir e afirmar isto, não somente a vocês, mas também as pessoas que talvez leiam essa carta que estou te enviando, um dos pontos principais na efetividade e garantia dos direitos de crianças e adolescentes é ter políticas de atendimento que funcionem e atendam as demandas desse tipo de violência, que compreendam o desenvolvimento de crianças e adolescentes, que cumpram com o seu papel para que assim, possam também garantir seus deveres sociais com esse público.

Era um dia de trabalho corrido. Daqueles que do corpo técnico, no dia, só estavam presentes uma colega e eu trabalhando e decidindo como o fluxo de trabalho de nosso setor funcionaria após participarmos de uma reunião on-line com a Secretaria Estadual da Assistência e Desenvolvimento Social – SEADES recebendo as diretrizes do funcionamento diante da pandemia do Covid-19. Saindo da reunião, recebemos a informação de que havia uma pessoa à nossa espera na recepção. Então pedimos para que a recepcionista passasse as informações básicas sobre como atenderíamos as pessoas neste momento e solicitasse também o número de telefone da pessoa, para que pudéssemos contatá-la por telefone.

Foi quando a recepcionista voltou e disse que a mulher que lá estava presente não tinha celular, apenas o de uma sobrinha, mas que ela morava longe e iria ser difícil se comunicar dessa forma, além disso, a usuária disse que era algo urgente e que precisava do atendimento. Por fim, nós decidimos que iríamos atendê-la mesmo que presencialmente, porque precisávamos saber o que estava acontecendo com a pessoa. Talvez vocês fiquem um pouco confusas no começo dessa história, mas depois vocês

entenderão.

Durante o expediente de trabalho todos os atendimentos são registrados com o nome da pessoa, endereço e telefone, para caso haja necessidade de realizar uma visita domiciliar. Naquele dia, Mônica e eu estávamos ocupando a mesma sala de atendimento e enquanto ela atendia Beatriz, fui para outra sala de atendimento terminar de registrar na ata as atividades do dia que já havíamos realizado. Após terminar o atendimento, Mônica e eu retornamos para finalizar o documento com o novo fluxo de funcionamento do setor que trabalhamos. Ao finalizar, encerramos o expediente daquele dia.

Antes da pandemia, ao menos duas vezes na semana reuníamos todas as técnicas de nosso setor para discutirmos os casos que chegavam para gente, infelizmente com o cenário de pandemia que estávamos vivendo, ficou inviável reunir sete técnicas no mesmo local além das estagiárias, recepcionista e administrativos e, portanto, as discussões de caso precisaram acontecer de forma remota. E assim aconteceu, uma vez na semana nos reuníamos pelo google meet, para discutir os casos que chamaram nossa atenção ou que necessitava de um cuidado maior.

Em uma dessas reuniões, Mônica falou sobre o atendimento de Beatriz, aquela moça que estava na recepção à nossa espera, lembra? Acontece que Beatriz procurou o serviço para falar sobre a violência doméstica que já vinha sofrendo há quase dois anos. Beatriz vinha de uma família pobre, onde ela, os pais e os irmãos sempre trabalharam da lagoa. A família nunca teve muitas condições financeiras e se esforçavam para construir a casa em que moravam. Beatriz engravidou cedo, e como seus pais eram bastantes conservadores, ela não teve escolha de permanecer em casa, exigiram que ela se casasse com Bruno, de quem estava grávida.

Até o nascimento de sua filha, Beatriz disse que foram meses tranquilos de casamento, porém, quando a criança começou a exigir um esforço maior dela, o que é normal para recém-nascidos, Bruno começou a se irritar com facilidade e justificativa que ele não estava conseguindo dormir bem e precisava trabalhar no outro dia. Diferente de Beatriz, Bruno tinha condições financeiras bem diferentes da esposa, seu pai era político, vereador da cidade em que moravam, e Bruno administrava um pequeno mercadinho da família, então, dinheiro nunca foi um problema nem para ele e nem para sua família.

Passados alguns meses do nascimento da filha, a situação entre Bruno e Beatriz não melhorava. A criança foi exigindo mais de Beatriz e conseqüentemente ela foi priorizando ainda mais sua filha. O marido, que não entendia o processo pelo qual a esposa passava com a filha, foi, cada vez mais, se distanciando das duas e a relação deles

não melhorou. Passaram-se um ano e meio do nascimento da filha e em consentimento com o marido, Beatriz decidiu que a decisão mais sensata no momento era pagar alguém para cuidar da filha para ela trabalhar junto com ele no mercadinho da família.

Querendo proteger a criança, os pais optaram por contratar alguém da família para cuidar da filha, e assim fizeram, a sobrinha de Beatriz, de 14 anos de idade, foi quem ficou cuidando de Rebeca enquanto Beatriz trabalhava com o marido. Ao voltar à rotina de trabalho, Beatriz percebeu que o desgaste da relação com o marido ainda continuava, ainda brigavam e se agrediam as vezes. Após um tempo, o marido começou a se ausentar mais da rotina de trabalho, alegando a Beatriz que estava cansado e precisa descansar. O que Beatriz não contava, era que o descanso que seu marido falava tanto precisar era o momento em que aliciava a sua sobrinha.

Quando Mônica terminou de nos contar o caso por meio da reunião remota, automaticamente a questioneei porque ela não tinha nos falado sobre ele naquele mesmo dia.

- Eu não lembrei, você lembra como estávamos ocupadas?

- Sim, eu lembro. Mas você chegou a anotar o caso no livro de ata então?

Porque eu também não me recordo desse registro.

- Não, porque o livro de ata estava com você, eu pensei que lembraria, mas como ainda tínhamos que organizar o fluxo de atendimentos, por causa da covid aquele dia, isso tomou todo nosso tempo e eu não me lembrei de falar sobre esse caso.

- Sim, eu lembro, eu realmente estava usando o livro de ata e isso te impediu de registrar o atendimento. Mas como você lembrou, Mônica?

- A Beatriz veio aqui novamente, ela veio dizer que tentou resolver a situação da sobrinha, mas que agora ficou pior para ela, porque o marido não aceita que ela toque nesse assunto com ninguém e agora está com mais medo dele.

Eu passei alguns dias me perguntando que se eu não estivesse com a bendita ata no momento do atendimento de Mônica, as coisas poderiam ser diferentes. Isso porque já tinham se passado três semanas desde o atendimento, ou seja, era tempo suficiente para fazer algo por Beatriz e sua sobrinha.

Mônica também ficou se sentindo mal por ter esquecido aquele caso em questão, nós tentamos nos confortar enquanto equipe, entender os fatores que nos levaram àquela situação, a longa jornada de trabalho, a pandemia, o acúmulo de atividades. Em um primeiro momento, não tem como não pensar que fomos “negligentes” com a situação, e que agora só poderíamos fazer aquilo que não fizemos antes por Beatriz. Mas encontramos conforto nas demais colegas que nos lembraram de

todas as condições de trabalho e tudo o que tínhamos que dar conta naquele dia.

Outro ponto importante de nossa pesquisa é analisar como as profissionais entendem a violência familiar contra crianças e adolescentes. Durante toda a entrevista é possível perceber nas falas das entrevistadas como elas se posicionam sobre o assunto, aquilo que consideram como problemática, seus potenciais, enquanto trabalhadoras da rede de proteção, como pensam sobre as famílias, dentre outros, mesmo assim consideramos que era importante ouvir delas como elas entendiam o significado da violência familiar contra crianças e adolescentes.

Ouvir das profissionais aquilo que elas consideram como violência familiar a crianças e adolescentes é ouvir também aquilo que elas consideram como violência ou violento a esse público, o que mais lhe chama atenção ou aquilo que é mais retratado em sua realidade e conseqüentemente, é também, sobre entender como elas mesmas lidam com essa problemática. Como já foi dito aqui, não existe neutralidade, todas partimos de um ponto específico de conhecimento que define como enxergamos à/ao outra/o e como lidamos com ela/e.

Outro aspecto importante para essa discussão é que muitas vezes por esse tipo de violência acontecer dentro da própria casa e seus agressores, em sua maioria, serem os pais e responsáveis, algumas formas de violência que não são tão explícitas socialmente são banalizadas e, portanto, normalizadas tanto pela família quanto pela sociedade, com a justificativa de que não passam de práticas educativas. Moreira e Souza (2012) afirmam que esse tipo de violência tem deixado de ser tratada como um fato natural ou como “apenas” um modo particular de os pais lidarem com as/os suas/seus filhas/os, para ser tratada como um grave problema a ser combatido tanto pelo Estado, como pela sociedade civil e as próprias famílias.

Marta inicia a sua fala sobre esse assunto dizendo acreditar que em sua percepção a questão da violência familiar com a criança e adolescente vai muito além do bater, e que, partindo de sua experiência de trabalho, são muitos casos que chegam até a equipe em que ela está inserida e que a demanda, por ser muito grande, chega a espantá-la. Em referência a sua fala, chega a citar um caso em que uma criança a relatou que era espancada rotineiramente e que não podia discordar dos pais ou das pessoas que eram responsáveis por ela, que apanhava.

Ela colocou que se ela interferisse em algum momento que os mais velhos estivessem falando, ela apanhava. Então eu acho que essa violência vai desde a questão do bater, repudiar a ação que a criança faz e da agressividade. Dentre os casos, esse foi o que mais me impactou porque ela chegou a me falar que ela era tratada como

escrava (Marta).

Marta chega a relatar ainda que a criança sabia associar perfeitamente a sua fala de ser tratada como uma escrava. A criança afirma ainda que sabia no que ela podia ajudar os pais em casa, lavar um prato, jogar o lixo, mas que eles a colocavam para pegar coisas muito pesadas e a fazer coisas que só um adulto poderia fazer.

Nessa fala de Marta podemos destacar um ponto importante, ao quanto crianças e adolescentes são pessoas dotadas de consciência e conhecimento. É muito comum que pais e familiares se reportem à criança ou ao adolescente como pessoas que ainda não sabem sobre as coisas. Moreira e Souza afirmam que:

O relato da criança é frequentemente desacreditado porque ainda temos no imaginário social a ideia de que a criança “não sabe o que diz”, que ela “não distingue a realidade de sua fantasia”. Quanto aos adolescentes, muitas vezes também o seu relato cai em certo descrédito, pois se acaba por culpabilizar a vítima, sobretudo as mulheres adolescentes, taxadas de “sedutoras” e “assanhadas” (MOREIRA; SOUZA, 2012, p. 21).

Além disso, é importante se atentar ao que as autoras expõem a partir dessa fala, para além de ter sua fala como ilegítima diante das relações familiares, crianças e adolescentes também são invalidadas quando denunciam casos de violência porque esse ideal de que criança não sabe o que diz ainda é muito presente em nossa sociedade.

Sônia apresenta um contexto mais geral de sua perspectiva sobre a violência familiar contra crianças e adolescentes e afirma que “a violência familiar se configura a partir do momento que alguém, o agressor ou qualquer pessoa sendo da família ou não, porque ainda tem os agregados, oferece um risco ou ameaça aos direitos da criança e do adolescente”. É importante destacar que quando Sônia se refere aos agregados, ela está falando sobre aquelas pessoas, que não necessariamente morem dentro da casa da vítima ou mantenha laços de consanguinidade com a mesma, mas que possui uma relação de membros da família extensa, ou sejam pessoas próximas da família, presentes frequentemente no espaço doméstico (MOREIRA; SOUZA, 2012).

Marli, de uma forma geral, também expõe seu ponto de vista apontando pontos mais específicos. Para ela, a violência familiar contra crianças e adolescentes acontece quando a família e os responsáveis, que estão cuidando daquela criança, a violentam não somente fisicamente, mas também psicologicamente, social, econômica, quando tem toda essa interferência na criança que ela acredita influenciar no seu crescimento e no seu desenvolvimento. A exemplo de sua fala, Marli chega a citar a não vacinação de crianças como um exemplo de violação aos seus direitos.

Um caso que a gente está vivendo, até uma vacinação. Quando negligenciam a saúde, a vacina atrasa, tem criança que perde a vacina de acordo com o calendário vacinal. Quando a gente vê a criança cheia de infecção de pele, e a mãe não traz, a mãe ou pai né? Não pode só delegar a mãe, tem o pai também (Marli).

É importante falar sobre as demais formas de violência familiar contra crianças e adolescentes, para que elas também sejam vistas assim como a agressão física e o abuso sexual, por exemplo. Um ponto importante da fala de Marli é responsabilizar outro adulto além da mãe pelos cuidados com seus filhos. Assim como Marli, Ruth também acredita que a mulher sofre mais com os impactos de ter filhos e de cuidar deles também. Para ela, a violência familiar se inicia a partir do momento em que as pessoas não se planejam.

Pra mim, eu penso que essa violência familiar acontece a partir do momento em que talvez eu acredito que as pessoas não se planejem. Eu acredito que se inicia quando você não tem o planejamento familiar. Quando uma criança que surge de uma gravidez indesejada, por exemplo. Muitas vezes pelas dificuldades que se encontram, devido as condições financeiras. Eu penso que as mães carregam uma responsabilidade maior quando acabam engravidando e que o pai não tem tanta responsabilidade assim (Ruth).

Como já foi dito anteriormente aqui, as mães são mais responsabilizadas tanto pelos cuidados quanto pela ausência deles. Um estudo feito pela Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, em parceria com o Ibope Inteligência, foi lançado durante o 7º Simpósio Internacional de Desenvolvimento da Primeira Infância em Fortaleza no ano de 2017, foram entrevistadas 991 pessoas em ambientes urbanos e rurais e comprovaram a desigualdade de gênero que marca famílias brasileiras quando o assunto é a criação de seus filhos. Em 89% dos casos analisados na pesquisa Primeiríssima Infância – Creche, as mães são responsáveis pela criação dos filhos na faixa até 3 anos. Na média geral, a responsabilidade cabe aos pais em cerca de 5% dos casos. Os cuidadores são avós, tios ou outras pessoas em 5% das situações.

Laudelina relata também outros aspectos importantes que acredita influenciar na violência contra crianças e adolescentes.

As expressões da questão social fruto da contradição capital-trabalho que cada vez mais estão se atenuando, tanto com os pais que estão inseridos no mercado de trabalho com duras jornadas, a precarização do trabalho, quanto os pais que estão desempregados. Isso reflete em vários cenários e com as nossas crianças a gente percebe que o

abandono familiar acontece de forma que muitos pais tem os seus filhos, mas não tem tempo para eles, outra forma também é a negligência e o trabalho infantil, os pais muitas vezes montam seus negócios e eles acabam colocando os filhos para trabalhar (Laudelina).

Além das informações acima citadas, Laudelina também relata que uma ação violenta muito presente em seu cotidiano é que os pais confiam crianças aos cuidados de outras crianças. Que também é consequência dessa relação capital-trabalho que ela cita. É muito comum que pais saiam para trabalhar e deixem crianças maiores com outras crianças menores, porque não conseguem pagar alguém para ficar com as mesmas, pela ausência de creches em tempo integral e principalmente porque se dedicarem exclusivamente aos seus filhos, passam a depender de assistência alimentar e financeira por parte do município em que residem, o que também não é suficiente para sustentar uma família.

Já Marielle traz a questão dos direitos civis e das relações de poderes como dois pontos fortes na questão da violência familiar contra crianças e adolescentes. Para ela:

Recentemente na história da humanidade é que a gente teve essa preocupação com os direitos da criança e adolescente, até então, a sociedade tratava como gente grande e gente pequena. Então as crianças trabalhavam muito cedo, isso era naturalizado. Então a gente começou a tratar como criança e adolescente há pouco tempo, então eu vejo assim, que em questão de direitos civis, a gente avança nesse sentindo, mas como as relações elas vão se estabelecer na família por essa questão cultural que foi disseminada durante todo o nosso tempo em sociedade, isso ainda está aos poucos avançando, não são todas as famílias que tem conhecimento dessa realidade (Marielle).

Na leitura de Marielle, as diversas formas de violência contra crianças e adolescentes acontecem por relações de poder, quem pode mais dentro dessas relações de poder familiar. Ela acredita ainda que se você não tem o entendimento de que aquele ser tem direitos, quando você não consegue enxergar naquela ponta “mais frágil” da família um sujeito de direitos, é aí que a violência acontece. Ferrari e Vecina (2002) afirma que o período da infância e da adolescência é diretamente marcado por influências vivenciadas pela criança no ambiente familiar, todavia a autora ressalta ainda que a infância transcorre sem que se cuide ou observe essa grande influência.

Carta Ficcional IV

Às colegas de profissão,

Se eu as perguntasse o que é violência familiar contra crianças e adolescentes, o que vocês me responderiam? Confesso que fiquei curiosa para saber o que vocês pensam sobre isso e saber também de que ponto vocês partem ao definir esse tipo de violência. Bom, mas isso não é sobre vocês, isso é sobre a pessoa que vos escreve e todas as outras profissionais que, assim como eu, estão constantemente enfrentando a luta que é trabalhar com esse tipo de violência e tentar ao máximo proteger crianças e adolescentes.

Vocês devem estar se perguntando o porquê da minha curiosidade e não, não é porque eu quero julgá-las a partir dela, mas porque, às vezes, a gente encontra pessoas que normalizam muitas situações de violência e isso é um problema. É sobre isso que quero escrever hoje.

Vocês acreditam que as palmadas educam? Ou que elas realmente precisam ser usadas para fins educativos, mas com limites? Essa é uma discussão longa, né? Talvez se fossemos iniciá-la, poderíamos encontrar vários pontos divergentes, ou não. Mas se vocês se deparassem com uma situação em que o pai ameaça verbalmente uma criança e a bate com frequência na tentativa de educá-lo, acreditariam que isso é só uma prática educativa, ou que estamos diante de um caso de violência familiar?

Bom, deixa eu te explicar o que aconteceu nesta história. Nicolas, de apenas 08 anos de idade, sempre morou com o pai, a mãe, a avó materna e dois primos que a avó também cuidava. Amanda, mãe de Nicolas, descobriu um câncer agressivo que infelizmente lhe tirou a vida, deixando Nicolas sob a responsabilidade do pai e da avó, que resolveram compartilhar a guarda dele. Nicolas sempre se apresentou uma criança muita esperta, inteligente; sempre gostou de estudar, amava brincar com os primos, e os pais não encontravam dificuldade alguma de cuidar dele.

Após a morte da mãe, Nicolas começou a apresentar-se de forma diferente na Escola. As professoras perceberam que ele não era mais participativo, que apenas algumas das atividades de casa agora vinham respondidas, que era difícil o pai e a avó comparecerem à escola com frequência, como à mãe fazia, e então o encaminharam para a rede na tentativa de entender o que estava acontecendo com Nicolas.

Acontece que Nicolas perdeu quem mais estava presente com ele em seu dia a dia, perdeu a mãe que lhe dava afeto, que preparava seu café da manhã, que o levava e buscava todos os dias à escola, que sentava e o ajudava com as atividades, que as professoras passavam, e que brincava com ele, para agora conviver com uma avó que

fazia o que podia, por causa de sua idade, e de mais dois netos de outra filha, que ela também criava, e um pai que acreditava que prover alimento para a família era o essencial e que isso já era o bastante.

Iniciamos o acompanhamento familiar da família. Entendíamos que as condições de Dona Rosinha, avó de Nicolas, não eram suficientes para suprir metade do que sua filha fazia pelo filho, e que José, pai de Nicolas, seria a pessoa que teríamos como referência para tentar amenizar a dor da perda de Amanda. No começo foi difícil para a equipe orientar e estabelecer uma relação de vínculo com José, ele mostrava-se resistente às tentativas da equipe em apontar questões relevantes, como acompanhar o filho até a escola, dedicar um tempo para estudo com ele, dentre outros, e José sempre justificativa que trabalhava demais e por chegar cansado em casa não conseguia fazer isso.

Construímos um planejamento, no qual o pai e avó dividiriam as atividades com Nicolas. Apesar disso, nem sempre eles conseguiam fazer tudo, a avó, devido às suas limitações, e a cuidar de mais duas crianças, e o pai por ainda sustentar o argumento de que trabalhava demais e que Nicolas se adaptaria às coisas como elas eram agora.

O tempo foi passando, e recebemos mais uma vez um encaminhamento da professora de Nicolas que nos informou que ele não tinha melhorado o comportamento e que agora estava um tanto agressivo com ela e os colegas de sala. Em conversa com Nicolas, percebemos alguns sinais de agressão em seu corpo, perguntamos a ele o que tinha acontecido e ele nos informou que tinha apanhado do pai, porque recebeu reclamação dele por parte da professora. As marcas não sumiram. Após isso, recebemos a avó que chegou a relatar que o planejamento feito pela equipe junto com eles não estava dando certo, que José não estava sabendo lidar com Nicolas e que constantemente o batia e o ameaçava sempre de agressão.

Realizamos uma visita para dialogar sobre esse assunto, e José não negou que tinha batido por vezes em Nicolas.

- Seu José, o senhor quer conversar com a gente, tem acontecido algo com o Nicolas?

- Olhe, eu não tenho mais paciência para essas frescuras. Esse menino não era assim e agora deu para dar trabalho.

- O senhor tem cumprido a sua parte no planejamento que a gente fez?

- Eu não tenho tempo para isso. Eu disse que isso não ia dar certo, eu tenho mais o que fazer, tenho que colocar comida dentro de casa.

- A gente entende, mas porque o senhor tem batido com frequência no Nicolas?

- Para ele aprender. Ele nunca se comportou dessa forma, aí agora quer dar

trabalho.

- Mas é justamente sobre isso que o Nicolas perdeu a mãe, é normal que algumas coisas mudem para ele, para o senhor, para dona Rosinha. Ele está numa fase de adaptação e precisa de vocês.

- Eu não vou abandonar o meu filho não, moça, mas eu não vou tolerar essas coisas que ele anda fazendo.

- O senhor não acha que tudo poderia ser resolvido conversando?

- Conversa não adianta de nada, ele precisa sentir na pele que ele está errado.

- Seu José, a gente não está aqui para dizer como o senhor deve educar o seu filho, mas a gente está aqui para dizer que bater não é a melhor solução, principalmente se o senhor vem fazendo isso com frequência.

- Eu bato nele todas as vezes que ele apronta.

- E tem resolvido?

- Até agora não, mas um dia resolve.

- Mas o senhor sabe que está errado em bater dessa forma no seu filho e em ameaçar ele de tantas coisas, né?

- Errado porque? Eu sou o pai, posso bater nele sim, quem não pode é povo da rua.

Foram muitas as justificativas de José, para afirmar que enquanto pai, ele poderia ameaçar o filho de agressões e o agredir fisicamente quando precisasse. Dona Rosinha continuou nos relatando sobre as coisas que o pai continuava fazendo com o filho, as várias ameaças e as agressões que aconteciam de diversas formas, e principalmente, se utilizando de acessórios como cinto e mangueira para bater em Nicolas.

Foi difícil convencê-lo de que partir para ameaças e agressões não o ajudava, tampouco ao Nicolas. O vínculo da equipe com o pai começou a se tornar mais resistente, e, após muitas tentativas sem solução, o caso precisou ser judicializado. O problema da judicialização está na relação que é estabelecida a partir desse momento. É comum que a família e principalmente o agressor se tornem mais resistentes à presença das profissionais, mesmo que o objetivo de seu acompanhamento seja a garantia de um lar seguro para a criança ou o adolescente.

O caso de Nicolas nos revela várias problemáticas no campo de nossa atuação na assistência social; os vínculos familiares rompidos da mãe para com o filho devido a sua morte; a necessidade de uma substituição dessa figura materna; a adaptação da

família ao luto e consequências dele para Nicolas e as fragilidades dos vínculos das profissionais para com as pessoas da família pela não execução do planejamento familiar; bem como as intervenções para a realização dele.

Quando José, pai de Nicolas, torna-se resistente às intervenções da equipe, apresentando suas justificativas para não tentar realizar as atividades com o próprio filho, automaticamente, nós deixamos de ocupar o lugar de profissionais que estão para ajudar a família, para ocupar o lugar de pessoas inconvenientes, mulheres chatas, das que querem saber mais que os próprios pais a cuidar e educar seus filhos, dentre tanto outros julgamentos que são impostos a nós pelas tentativas de executar as melhores intervenções em função da criança e do adolescente que no momento enfrenta a violação de direitos dentro de seu próprio lar. Nesses casos, quando todas as tentativas já foram realizadas, cabe o encaminhamento ao sistema judiciário para decidir quais as medidas que precisaram ser realizadas.

Além dos vínculos familiares, é preciso que as profissionais estejam asseguradas também com os vínculos de seus gestores, isso porque não é incomum que em cidades pequenas o perfil de familiares, como o pai de Nicolas, se incomode com as tentativas das equipes e procure a sede de seus trabalhos, para denunciar as condutas das profissionais. Se a gestora ou o gestor da pasta mantém um bom relacionamento com a sua equipe e a conhece, uma situação como essa, seria facilmente conduzida, entretanto, caso o contrário aconteça, teremos um problema maior.

Todas as cartas ficcionais escritas, até agora, partem do princípio da atuação das profissionais em meio a casos de violência familiar contra crianças e adolescentes. Apesar de falarmos durante essa dissertação sobre os diversos fatores que impedem as profissionais de realizarem seu trabalho com efetividade, nenhuma das cartas se referiu especificamente a isso, porém, o desfecho da história de Nicolas e as complicações fizeram-me recordar de uma situação que considero importante destacar, a qual as profissionais e gestoras/es é quem são as personagens principais. Portanto encerrarei esse capítulo com mais uma carta ficcional para as profissionais.

Carta Ficcional V

Às colegas de profissão,

Chegamos ao fim de uma longa jornada de escrita sobre nossa atuação, sobre o público que atendemos e as muitas questões que são pertinentes ao nosso dia a dia enquanto profissionais. Confesso que sinto um misto de sentimentos nesse momento, alívio por encerrar esse ciclo, que admito não ter sido nada fácil para mim, e, ao mesmo

tempo, aflita, porque sei que depois daqui ainda tem muito chão para percorrer e lidar com tudo o que aqui foi falado.

Antes de tudo, queria falar com vocês sobre a experiência de pesquisar o próprio campo, na cidade onde moro, entrevistando as próprias colegas de trabalho e lidando com as relações de ser profissional e também a pesquisadora. Me perguntei por várias vezes se minhas colegas pensaram nisso como uma questão, e se pensaram, em como elas consideraram todo o processo. Como era para elas lidar com a Camila colega de trabalho e a Camila pesquisadora? Vocês considerariam isso? Se sim, como vocês acham que nossa relação se estabeleceria com a pesquisa?

Fiquei apreensiva, tenho uma tendência a me cobrar muito e a esperar que as coisas saiam perfeitamente. Pensei por diversas vezes que minhas colegas talvez me julgassem por estar pesquisando meu próprio campo de trabalho, sem me analisar, mas analisando-as, afinal, nada nos diferenciava, éramos parte do mesmo todo, da rede de proteção, estávamos ocupando o mesmo território e, portanto, partilhando das mesmas condições de trabalho e dos mesmos dilemas. Contudo, todas as minhas angústias findaram quando percebi que elas estavam abertas a esse processo tanto quanto eu. Não sei se vocês concordam comigo, mas quando estamos no mesmo barco, é mais fácil de nos unirmos e então estabelecermos laços fortes de cooperação umas para com as outras, concorda?

Acho que isso facilitou muito para que esse processo se tornasse leve, cheio de trocas e produtivo. A Marta, Marielle, Sônia, Marli, Ruth, Laudelina e Antonieta, o meu muito obrigada, se não fora vocês, nada disso seria possível acontecer. Todo esse conhecimento adquirido e agora replicado em forma de escrita para tantas outras como nós, é fruto da caminhada de vocês, da profissional que se tornaram, do compromisso para com as políticas, as quais estão inseridas hoje, da disponibilidade em contribuir para essa pesquisa e, principalmente, do quanto vocês e suas práticas estão amparadas em conhecimento, resistência e dedicação para as pessoas que usufruem dos serviços ofertados por suas práticas.

Um ponto importante para o estabelecimento de minha relação com as colegas entrevistadas é o lugar em que elas estão nessa pesquisa. Diferentemente dos modos tradicionais e positivistas, onde a pessoa entrevistada é vista apenas como um objeto ou um meio de adquirir informações, assumimos uma postura que valoriza essas profissionais como pessoas que participaram da pesquisa, assim como nós, como pessoas que possuem conhecimento e que enriquecem todo o processo, talvez a minha tranquilidade também tenha partido desse ponto e é por isso que sou tão grata a elas por

terem construído essa pesquisa junto comigo.

Hoje eu quero contar a vocês a história de Marcela. Conheci Marcela no ano em que iniciei minha caminhada na Assistência Social, ela já estava na estrada há muito mais tempo que eu, tinha uma carga de conhecimento absurda, eu a admirava e amava ouvi-la falar sobre a política, porque além de falar com uma facilidade enorme, como quem está falando sobre algo que ama, Marcela também sabia te prender aquele momento. Adorava sentar e conversar com ela e adquirir o máximo de conhecimento possível sobre esse mundo que é a assistência no finalzinho do expediente, quando ninguém mais vai te procurar para atendimento.

Ela era uma mulher determinada, sabia do que falava. Tinha um jogo de cintura para resolver as questões que eu nunca tinha visto alguém jamais ter. E era assim que ela sabia inclusive como lidar com a gestora da pasta de Assistência da época. Não sei se vocês já ouviram falar, mas aqui as pessoas sempre dizem que a Assistência Social é a prima pobre de todas as outras políticas para dizer que saúde e educação têm verbas para tudo e o SUAS não. Infelizmente é a realidade! Em outros tempos, já estivemos em condições melhores, por agora, com o atual governo, as condições que já eram mínimas estão ainda piores. O SUAS realmente não se mantém por si só, é preciso muito comprometimento do gestor para investir recurso próprio e manter o mínimo de dignidade às pessoas, o que nem sempre acontece.

Marcela não era da cidade, ela era da capital, tinha três filhas e um marido. Seu dia a dia era bem corrido, e quase sempre relatava a dificuldade que era para ela trabalhar longe de casa, não ser remunerada o suficiente, depender da ajuda da mãe para cuidar de seus filhos e ainda estudar para a pós-graduação. Com o tempo, fomos percebendo que éramos as profissionais no município com os salários mais baixos, cumprindo uma carga horária comum a todas. Marcela então propôs que reivindicássemos salários que coincidissem com as nossas jornadas de trabalho e com a nossa realidade enquanto profissionais formadas.

Marcamos uma reunião com a Secretária da pasta e conversamos sobre nossas condições de trabalho, nossa dedicação e o quanto merecíamos um aumento salarial. Num primeiro momento, a conversa foi tranquila, apesar da resistência de Roberta em afirmar que não tinha condições de fazer isso no momento. Porém, ela ainda nos ofereceu uma esperança ao afirmar que precisaria de mais ou menos um mês para resolver a situação. Após esse mês, nada mudou, decididas, marcamos outra reunião para cobrar o ajuste salarial, fomos recebidas de forma ríspida, eis o diálogo:

- Não tenho condições nenhuma de aumentar o salário de vocês no momento.

A Assistência tá com muita dívida, sem falar que vocês só trabalham 12 dias no mês, querem o que mais?

- Mas a quantidade de dias que trabalhamos não interfere na qualidade de nosso trabalho, disse Joana.

- Não foi isso que quis dizer.

- Além disso, todo mundo aqui é formada em alguma universidade, tem seu prestígio profissional, fazemos o máximo, disse Roberta.

E Yasmim complementou: - Nosso salário é mais alto que o mínimo, sim! Mas com os descontos que recebemos, só fica 300 reais a mais que um salário mínimo, daqui a pouco estamos ganhando igual.

A conversa foi tomando rumos que não satisfez a nenhuma das partes, nem a gestora, nem as profissionais, como eu tinha chegado recentemente, ainda estava acuada, então só acompanhava as colegas, mas não falava, apesar de concordar com todas as reivindicações que elas queriam.

Os dias passaram e surgiu uma conversa de que a Secretária não tinha gostado nada do teor da última reunião com as profissionais, e que ela queria saber quem era a pessoa por trás dessas iniciativas. Uma observação: Marcela era a única pessoa da Assistência inteira que era concursada e sim, ela mesma quem nos influenciou a cobrar isso da gestão. Não demorou muito, a Secretária concluiu que Marcela era quem estava por trás da movimentação, porque era a única concursada e também porque pressionou Yasmin até que ela entregasse a própria colega.

A partir disso, Marcela começou a sofrer fortes represálias da gestora. Ela era excluída das reuniões, também não participava dos almoços, o único aniversário que não foi comemorado em toda a assistência foi o dela, e constantemente sofria com algumas falas da gestora para ela na frente de outras pessoas e até mesmo das próprias usuárias. Você deve estar pensando, porque não procuraram o prefeito da cidade? Bom, porque a secretária era irmã dele, e sabíamos que não ia dar em nada.

Marcela então decidiu que não assumiria uma postura de fraqueza diante da situação, que rebateria a qualquer tipo de humilhação que sofresse dentro do ambiente de trabalho. E assim ela fez. O clima não melhorava entre as duas, e todas nós não podíamos tomar partido por Marcela, porque não tínhamos a segurança de ser concursada, diferentemente dela, qualquer uma de nós poderia ser demitida a qualquer momento. Ela precisou caminhar sozinha, mas estávamos sempre com ela nas entrelinhas, dando o apoio que podíamos.

O tempo foi passando, as coisas não melhoraram, e Joana conseguiu transferir Marcela para um outro setor de trabalho. Vocês conseguem sentir o que sentimos? Conseguem processar a informação de que uma colega de trabalho sofreu represálias por cobrar o mínimo? Agora imagine se fosse uma de nós no lugar de Marcela, o que vocês acham que fariam com a gente? Uma coisa é certa, nós nos adaptamos aquela situação e nos conformamos com muitas outras que aconteceram mais à frente, porque as nossas necessidades de trabalho gritavam mais alto que qualquer outra coisa.

Eu espero que não me entenda mal quando digo que nos adaptamos, na verdade eu me adaptei e acho que minhas colegas também, porque ainda estão aqui. Em algum momento lidar com tudo isso é adoecedor. Em algum momento você se enxerga remando a mesma maré que essas pessoas, mesmo que isso vá de encontro ao que você pensa. Em algum momento você começa a se culpar e se responsabilizar por todos os acontecimentos, porque estamos o tempo todo ouvindo que a gestão faz, e que nós é quem precisamos melhorar e trabalhar com amor. E acreditem, eu só me percebi vivendo isso hoje.

Colegas de profissão, eu espero que essas cartas tenham lhes ajudado a entender a mim, as profissionais que estão junto comigo nesse campo, as implicâncias desse meio, há como nossa atuação no campo da assistência social não é uma tarefa fácil, bem como os grandes obstáculos que enfrentamos todos os dias. Desde já, eu quero lhes pedir desculpas se em algum momento, sem perceber, cheguei a reforçar essa responsabilização que sofremos todos os dias pela ausência de condições dignas de trabalho. E por fim, para encerrar essa última carta, eu quero dizer que lhes entendo. Entendo suas angústias, seus medos e suas reivindicações, porque elas também são as minhas e, como sempre, estamos no mesmo barco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa propôs como objetivo geral analisar a compreensão de trabalhadoras que atendem a crianças e adolescentes vítimas de violência familiar sobre o funcionamento da rede de proteção de seu território. Além disso, foi explorado como é garantido o direito de crianças e adolescentes, quais os possíveis fatores que interferem na garantia desses direitos e qual a concepção das mesmas sobre esse tipo de violência. Trabalhadoras da Política de Assistência, Educação, Saúde e órgãos autônomos como o Conselho Tutelar participaram das entrevistas. Apenas mulheres participaram dessa investigação, porém, esse não foi um requisito da/do pesquisadora/or, isso se deu, porque assim como a maioria do público da Assistência Social é composto por mulheres, as equipes de profissionais do município também são a maioria.

Diversos fatores, como as jornadas de trabalho, o acúmulo de funções, condições de trabalho, vínculos empregatícios frágeis, rotatividade de profissionais, investimento em políticas públicas, repasse de recursos estaduais e federais, sensibilização da gestão para as causas sociais, as concepções de infância e adolescência, a normalização da violência, pobreza e extrema pobreza, vulnerabilidades sociais, pandemia, dentre outras são questões inerentes a essa pesquisa e que considero importantes serem apontadas nessa etapa. No modelo tradicional de pesquisa, esse seria o momento em que apontaria todas essas questões relacionando-as com a pesquisa. Todavia, este é mais um momento em que, tendo a oportunidade, gostaria de me utilizar novamente da escrita não convencional através de minha última carta, agora a última mesmo, às colegas de profissão da assistência e demais políticas que atuam com a rede de proteção a crianças e adolescentes.

Carta Real,

Às colegas trabalhadoras da rede de proteção a crianças e adolescentes

Vocês devem estar se perguntando como cheguei à conclusão, ou considere que todas essas histórias contadas têm ligação com a interseccionalidade, ou talvez vocês só estejam esperando por esse momento para poder discutir isso junto comigo. A verdade é que quando se trata de um assunto tão complexo como a violência familiar contra crianças e adolescentes, não há como separar eventos isolados nem tampouco desconsiderar as circunstâncias externas que afetam a vida de famílias e crianças. Tomando como exemplo a primeira história ficcional, sobre a história de Rita e sua

família, quando eu digo que a mãe de Rita é uma mulher, negra, pobre e mãe, qual dessas definições chamam mais atenção? Se eu perguntasse qual a definiria melhor, vocês saberiam me responder? Se as respostas forem não, vocês entenderam do que estou falando.

Essa é a questão, não tem como afirmar que a mãe de Rita é mais mulher que negra, ou mais pobre que mulher, ela é tudo isso, a mulher, negra, pobre, mãe, e, principalmente, a intersecção entre todas essas coisas. É importante entender interseccionalidade, porque ela nos ensina que não podemos colocar todas as pessoas explicitamente numa única categoria, como, por exemplo, a categoria universal em que o feminismo se baseou por muito tempo: “somos todas mulheres”. É preciso entender que todas temos um ponto de partida, um lugar social e vivências que são singulares, e saber disso é fundamental, porque evita que nós, como mulheres, discriminemos outras mulheres que possuem outros pontos de intersecção e partam de lugares diferentes.

Quando referenciamos as famílias aqui representadas através de cada história, alguns pontos de intersecções são visíveis e comuns a elas. Estamos falando de famílias negras, pobres, chefiadas por mães, que enfrentam situações de vulnerabilidade social e/ou alguma situação de violação de direitos. Porém, isso não significa que elas não possuam outras intersecções que sejam tão importantes quanto essas durante o processo.

Se formos referenciar as profissionais, por exemplo, é possível perceber que os cruzamentos dessas mulheres são totalmente diferentes. A exemplo disso, das profissionais entrevistadas nessa pesquisa, apenas duas eram mulheres negras. E apenas uma delas em um momento da entrevista, conseguiu fazer/entender a relação do capitalismo e trabalho, e o quanto isso ajuda a compreender também o porquê muitas mulheres e famílias estão dentro das notificações de violência familiar contra crianças e adolescentes. As mulheres, porque são a maioria das usuárias que compõem o SUAS e as famílias, porque estão enfrentando as mais variadas formas de vulnerabilidade social.

Gostaria de lembrar a vocês que é muito importante, enquanto trabalhadoras, sempre estar questionando os lugares que ocupamos dos lugares que as pessoas que atendemos partem, e entendermos que, apesar de estarmos em uma política, cujo o objetivo principal está em promover e lutar pela desigualdade social, não estamos isentas de estar alimentando opressões que são estruturais. O racismo, machismo, patriarcado, opressão de classe, dentre outros, são questões estruturais e existem juntos, não há como separá-los, e, também, não há como lutar contra uma dessas opressões e esquecer da outra, ou lutar mais por uma e menos pela outra, porque sendo assim,

estaremos de alguma forma alimentando essa estrutura de opressão.

Quando digo que não estamos isentas de alimentar opressões às nossas usuárias, não estou falando especificamente que vocês fariam isso porque querem, pelo contrário, estou falando da estrutura que muitas vezes nos leva a cometer isso, como: nossas práticas profissionais, a própria estrutura da assistência social, bem como o comprometimento de gestores com essa política.

As práticas da psicologia dentro do campo da assistência social, por exemplo, não analisam a pessoa de forma individualizada, muito menos compete em diagnosticar e psicologizar alguém, pelo contrário, na política de assistência, nossa atuação pauta-se em compreender como as intersecções de cada uma fornecem parâmetros para que os aspectos sociais, culturais, históricos e os modos de viver das pessoas e suas famílias sejam o foco principal de nossa atuação. Porém, como vocês bem sabem, por muito tempo as condutas clínicas dominarem a psicologia e ainda hoje é preciso entender que atuar nesse campo considerando a pessoa em sua totalidade, bem como as suas vivências, é uma necessidade diária da psicologia. É preciso que afirmemos a todo momento quem somos, o que fazemos, para quem e como fazemos.

Se tratando da própria estrutura da assistência social, é possível perceber algumas opressões quando a própria política não é capaz de suprir as necessidades das usuárias de seu território, quando as famílias precisam reafirmar a pobreza para usufruir do que é seu por direito e quando recebem o mínimo de benefícios baseados em estruturas assistencialistas de cunho político e não no foco das superações de suas vulnerabilidades. Atrelado a isso, gestoras e gestores da pasta de assistência social precisam estar comprometidos com as causas sociais e, para além disso, precisam se importar com as vidas que necessitam da assistência, o que na prática nem sempre é o que temos.

Não há como negar que a Política de Assistência Social garantiu e garante direitos e dignidades que as pessoas mais pobres antes não tinham. Porém, ao mesmo tempo em que as assegurou, também estabeleceu imagens de controle que do ponto de vista da intersectorialidade, afirma condições de desigualdades sociais, uma delas é a centralidade na família e, por conseguinte, a mulher-mãe que a representa principalmente nos programas de transferência de renda, tidos como o “carro chefe” dessa política como afirma Fritzen (2015).

Sendo assim, a autora afirma ainda que se por um lado, essas seguranças, a exemplo do Programa Bolsa Família, podem proporcionar certa autonomia financeira às mulheres, valorando-as e as reconhecendo como uma pessoa protagonista, por outro,

constantemente reiteram a responsabilização feminina através das condicionalidades exigidas como forma de manutenção das famílias à proteção social. Além disso, quando essa proteção falha, seja pela incapacidade de provê-la diante das questões de pobreza e vulnerabilidade social, quanto por tantas outras questões, é sobre elas que também recai a culpa dessa falha.

Outro ponto importante para pensarmos na interseccionalidade como uma forma analítica para o campo da Assistência Social é a posição que nós, como trabalhadoras, assumimos e que conseqüentemente define nossa relação com os conceitos para crianças e adolescentes e demais públicos dessa política e as relações que são estabelecidas entre profissional e pessoa ou família. Como já foi dito anteriormente, todos partimos de um lugar e esse lugar é quem define como enxergamos o outro.

Na política de Assistência Social, nós, profissionais, estamos sempre nos movimentando para atender, acompanhar, intervir e entender como as pessoas e famílias chegaram onde estão e como elas podem ser protagonistas de si mesmas e conseguirem superar as situações de vulnerabilidade social, estamos sempre definindo junto com as mesmas o que é melhor para elas e, nesse lugar, não tem como se desprender de enxergar os cruzamentos de raça, gênero, etnia, classe social, machismo, racismo, capitalismo, dentre tantos outros que caracterizam a situação das pessoas e famílias que são atendidas na Assistência Social.

Sei que nem sempre, quem olha de fora compreende as nossas vivências, mas quero te dizer que estamos no mesmo barco. Que sei como muitas de nós e as que estão nos lendo também sofrem na pele com os vínculos empregatícios que não nos favorecem em nada, com as demissões de cunho político, equipes reduzidas, com o acúmulo de atividades que sempre nos deixa a impressão de que poderíamos ter feito mais, com a falta de investimentos em nossas demandas, com a incerteza da continuidade de nossos trabalhos, pois sempre estamos ouvindo que Estado e o Governo não repassam os recursos que já são poucos, com as longas jornadas de trabalho, sem direito a férias, com as cobranças dos gestores pela execução de atividades que são unicamente responsabilidade deles, dentre outros.

E além disso, precisamos lidar ainda com as pessoas, famílias e suas vulnerabilidades, e com o sentimento de incompetência, porque muitas vezes o município não é capaz de resolver as situações no próprio território, com a pobreza e a extrema pobreza de famílias, com a sociedade normalizando violência contra criança e adolescentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?**. Coord. Djamila Ribeiro. Belo Horizonte – MG: Letramento, 2019, 144 p.

ALVES, M. J.; COSTA, L. A. A ficção como dispositivo para problematizar as tecnologias de si: alter ego, autoajuda e escrita de si. **Mnemosine**, v. 15, n. 1, 2019, pp. 352-72.

ANDRADE, L. O. M. A saúde e o dilema da intersetorialidade. 2004.365p. Tese (doutorado)- Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, SP.

AQUINO, L. M. L. de. Infância e diversidade na produção do conhecimento nas unidades universitárias de educação infantil. 2012. Projeto de Pesquisa–Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ARAÚJO, L. F. S. Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde/Brazilian Journal of Health Research**, 2013.

ARAÚJO, M. F. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em estudo**, p. 3-11, 2002.

ARIÈS, P. A história social da infância e da família. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1981.

AZEVEDO, M. A. Introdução: O que é. VDCA: o conceito. Apostila do Curso de Aperfeiçoamento Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes (VDCA). Boa Pergunta!. São Paulo: Unicsul, 2008.

AZEVEDO, M. A. N.; GUERRA, V. N. A. **Violência doméstica na infância e na adolescência**. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A. Infância e violência fatal em família: primeiras aproximações ao nível de Brasil. São Paulo: Iglu, 1998.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **VIII Curso de Especialização em Violência Doméstica. Módulo 1**. São Paulo: IPUSP – LACRI, 2001.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (Org.). **Infância e Violência doméstica: fronteiras de conhecimento**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BAPTISTA, M. V. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. **Serviço Social e Sociedade**, n. 109, 2016, pp. 179-99.

BOTTONI, F. D.; COSTA, L. A. Ética ficcional-cartográfica: a procura humilde e a força frágil. **Quaderns de Psicologia**, v. 20, n. 1, 2018, pp.89-100.

BRANCO, M. A. O.; TOMANIK, E. A. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: prevenção e enfrentamento. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 2, 2012, pp. 402-11.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, **Lei Orgânica da Assistência Social**. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social, 2009.

BRASIL, **Disque Direitos Humanos**: Disque 100. Relatório de 2019. Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019, 155p.

BRASIL, **Política Nacional de Assistência Social**: versão oficial. Ministério do Desenvolvimento Social *et al.* Conselho Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL, **Políticas Públicas e Assistência Social**: diálogo com as práticas psicológicas. 1º Edição. Petrópolis, Editora Vozes, 2009.

BRASIL, **Proteção social no Brasil**: debates e desafios. Concepção e gestão, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal, Brasília, 2016, 498p.

BRASIL. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017**: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes [online]. Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017, 87 p.

BRASIL. **Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991** [online]. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Atuação da Proteção Social Especial do SUAS durante a pandemia da COVID-19**. Monitoramento SAGI: Série De Olho na Cidadania. n. 4. Mar/2021.

BRASIL. Ministério da Mulher Família e Direitos Humanos. Comparativo revela queda no número de denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes em abril [Internet]. Brasília, DF. 2020.

BRASIL. Ministério da Mulher Família e Direitos Humanos. Crianças e adolescentes: Balanço do Disque 100 aponta mais de 76 mil vítimas [Internet]. Brasília, DF. 2019

BRASIL; Ministério Do Desenvolvimento Social E Combate À Fome; Organização Internacional Do Trabalho. **III Conferência Global sobre Trabalho Infantil**: informe final. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

BRASIL. **Mulheres no SUAS**: 2. Sistema Único de Assistência Social, (2019). Vigilância socioassistencial. Boletim da Secretaria Nacional de Assistência Social, Ministério da Cidadania, 11 p.

BRASIL. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**: Construindo as Bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, 2005, 99 p.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, 2005, 178, p.

BRASIL. **Resolução CONANDA Nº 113 de 19 de Abril de 2006**. Portal de Boas Práticas em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente. Atenção à Criança.

BRASIL. **SUAS**: Configurando os eixos de mudança [online]. CapacitaSuas, v. 1. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2008, 136 p.

BRASIL. **SUAS sem racismo**: promoção da igualdade racial no Sistema Único de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social, 2018, 20 p.

BUTLER, J. Corpos que ainda importam. In: COLLING, L. **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2000.

CANTINI, A. H. A proteção dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. **Revista Sociais e Humanas**, v. 21, n. 2, 2008, pp. 69–76.

CAVAGNOLI, K. C.; GUARESCHI, N. M. F. Itinerários possíveis da política de assistência social: garantia de direitos e governamentalidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 18, n. 1, 2018, pp. 114-26.

CAVALCANTI, P. B; BATISTA, K. G. S; SILVA, L. R. A estratégia da intersectorialidade como mecanismo de articulação nas ações de saúde e assistência social no município de Cajazeiras-PB. **Anais do Seminário Internacional sobre Políticas Públicas, Intersectorialidade e Famílias. Porto Alegre, PUC/RS**, v. 1, 2013.

CEJAS, M. “Desde la experiencia”. Entrevista a Ochy Curiel. **Andamios**, v. 8, n. 17, 2011, pp. 181-97.

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. **Pesquisa narrativa experiência e história em pesquisa qualitativa** [online]. 2 ed. Trad.: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores (GPNEP), Uberlândia: EDUFU, 2011.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade** [online]. Trad. Rane Souza. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Ano da Psicologia na Educação: Textos Geradores** [online]. Conselho Federal de Psicologia, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas**. CFP/ULAPSI, Maceió, Al, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo [online]. **Conselho Federal de Psicologia | Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas**, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Regulamentação da profissão**. Conselho Federal de Serviço Social.

CORDEIRO, M. P. A psicologia no SUAS: uma revisão de literatura. **Arquivos brasileiros de psicologia**, v. 70, n. 3, p. 166-183, 2018.

COSTA, G. Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam. **O Social em Questão**, Ano XX, n 38, 2017, pp. 227-46.

COSTA, L. A. O corpo das nuvens: ouso da ficção na Psicologia Social. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 26 (esp.), 2014, pp. 551-76.

COUTO, B. R. O Sistema Único da Assistência Social – Suas: na consolidação da Assistência Social enquanto política pública. In: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. M. F. (orgs.). **Políticas Públicas e Assistência Social**. Coleção Psicologia Social, Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, pp. 41- 55.

CREPOP, **Serviço de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias**: referências para a atuação do psicólogo. 2009.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto** [online]. 2 ed. Trad.: Luciana de Oliveira da Rocha. Editora: Artmed, 2007.

CRONEMBERGER, I. H. G. M.; TEIXEIRA, S. M. O Sistema de Proteção Social Brasileiro, Política de Assistência Social e a Atenção à Família. **Pensando Famílias**, v. 19, n. 2, 2015, pp. 132-47.

CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. M. F. A constituição da assistência social como política pública: interrogações à psicologia. In: ___. (orgs.). **Políticas Públicas e Assistência Social**. Coleção Psicologia Social, Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. M. F. Articulação entre psicologia social e as políticas públicas na assistência social [capítulo 1]. In:_. (orgs.). **O psicólogo e as políticas públicas de assistência social**. Coleção Psicologia Social, Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CURADO, J. C. Psicologia na Assistência Social: Um campo em formação. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, 2017, pp. 1-11.

DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa**: aportes metodológicos. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

DIAS, J. P. W. O acompanhamento familiar nos CREAS: concepções e metodologia de intervenção. **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, v. 16, n. 1, 2019, 12p.

DIGIÁCOMO, M. J. **Diretrizes para a Política Destinada ao Atendimento de Crianças e Adolescentes**. Criança e Adolescente, Ministério Público do Paraná [site], 2019.

DIGIÁCOMO, M. J.; DIGIÁCOMO, I. A. **Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado e Interpretado** [online]. Ministério Público do Estado do Paraná, Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2013.

ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente** [online - edição atualizada]. Senado Federal. 2017.

FARAJ, S. P.; SIQUEIRA, A. C.; ARPINI, D. M. Rede de proteção: o olhar de profissionais do sistema de garantia de direitos. **Temas em Psicologia**, v. 24, n. 2, 2016, pp. 727-41.

FARINELLI, C. C.; PIERINI, A. J. O Sistema de Garantia de Direitos e a Proteção Integral à criança e ao adolescente: uma revisão bibliográfica. **O Social em Questão**, Ano XIX, n 35, 2016, pp. 63-86.

FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. (Org.). **O fim do silêncio na violência familiar: Teoria e Prática**. São Paulo: Ágora, 2002.

FLORENTINO, B. R. B.; MELO, W. A inserção da psicologia no sistema único de assistência social: notas introdutórias. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 10, n. 1, 2017, pp. 3-12.

FRANÇA, R. M. S., FERREIRA, M. D. A. M. **As políticas públicas e a efetivação de direitos humanos pós Constituição Brasileira de 1988**. *Emancipação*, 2012, 12(2),181-191.

FREITAS, C. R.; GUARESCHI, P. A. A assistência social no brasil e os usuários: possibilidades e contradições. **Diálogo**, n. 25, 2014, pp. 145-60.

FREITAS, M. C. (org.). **História social da infância no Brasil** [online]. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2003. 334 p.

GALVÃO, A. C.; MORAIS, J. B.; SANTOS, N. Serviço Social e escuta especializada: proteção integral ou produção antecipada de provas?. **Serviço Social & Sociedade**, v. 138, 2020, pp. 263-82.

GODINHO, T. Construir a igualdade combatendo a discriminação. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: coordenadoria especial da mulher, 2004. 188p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

GONÇALVES, M. G. M. **Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas** [online]. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GUARÁ, Isa M. Ferreira da Rosa et al. **Gestão dos Serviços de atenção à criança e ao adolescente**. São Paulo: IEE/PUC-SP; Brasília: Secretaria de Assistência

Social/MPAS, 1998.

GUARESCHI, N. M. F. Pesquisa em psicologia social: de onde viemos e para onde vamos. In: RIVERO, N. E. E. (org). **Psicologia social: estratégias, políticas e implicações**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

GURSKI, R. O lugar simbólico da criança no Brasil: uma infância roubada? **Educação em Revista**, v. 28, n. 1, 2012, pp. 61-78.

HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H; AZEVEDO, G. A. *et al.* Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 21, n. 3, 2005, pp. 341-8.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, 1995, pp. 07-41.

HOOKS, B. Erguer a voz [online]. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. 1 ed. São Paulo – SP: Editora Elefante, 2019.

INOJOSA, R. M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. **Cadernos Fundap**, São Paulo, PUC/SP, n. 22, 2001, p. 102-110.

JACCOUD, L. Proteção social no Brasil: debates e desafios. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

JUNQUEIRA, L. A. P. A gestão intersectorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, USP, v. 13, n. 1, 2004, pp. 25-36.

JUNQUEIRA, L. A. P; INOJOSA, R. M. **Desenvolvimento social e intersectorialidade: a cidade solidária**. São Paulo: FUNDAP, 1997.

KREHER, R.; GUARESCHI, N. M. F. Entre a cruz e a espada: tensões entre a Igreja Católica e o Estado na emergência da proteção social à infância e juventude no Brasil. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 14, n. 2, 2019, pp. 1-20.

KYRILLOS, G. M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, v. 1, 2020.

LASTA, L. L.; CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. M. F. A psicologia e os centros de referência em assistência social: problematizações pertinentes [capítulo 3]. In: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. M. F. (orgs.). **O psicólogo e as políticas públicas de assistência social**. Coleção Psicologia Social, Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, pp. 52-165.

LEÃO, S. M., OLIVEIRA, I. M. F. F.; CARVALHO, D. B. O Psicólogo no Campo do Bem-Estar Social: Atuação junto às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 14, n. 1, 2014, pp. 264-89.

LEI nº. 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: 1990.

LEITE, D. C.; ANDRADE, A. B.; BOSI, M. L. M.. A inserção da Psicologia nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 23, 2013, pp. 1167-87.

LEVANDOWSKI, M. L. *et al.* Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 1, 2021.

LIMA, F. S., & VERONESE, J. R. P. (2012). **Os direitos da criança e do adolescente: A necessária efetivação dos direitos fundamentais: Vol. 5. Pensando o Direito no Século XXI**. Florianópolis, SC: Fundação Boiteux.

LYRA, G. F. D.; CONSTANTINO, P.; FERREIRA, A. L. Quando a violência familiar chega até a escola. In: ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q. (orgs.). **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores** [online]. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/ Editora FIOCRUZ, 2010.

MACEDO, J. P.; DIMENSTEIN, M. (2009). Psicologia e a produção do cuidado no campo do bem-estar social. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, 2009, pp. 293-300.

MACEDO, J. P.; SOUZA, A. P. D.; CARVALHO, D. M. de, MAGALHÃES, M. A., SOUZA, F. M. S. de, & DIMENSTEIN, M. O psicólogo brasileiro no SUAS: Quantos somos e onde estamos? **Psicologia em Estudo**, v. 16, n. 3, 2011, pp. 479-89.

MACEDO, R. S. Etnopesquisa crítica/etnopesquisa-formação. Brasília: Liber Livro 2010.

MACHADO, J. C. *et al.* Violência intrafamiliar e as estratégias de atuação da equipe de Saúde da Família. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 3, 2014, 828-40.

MACHADO, L. A. **Construindo a intersectorialidade** [online], 2010. 8 p.

MACHADO, M. T. **A proteção Constitucional de Crianças e Adolescentes e os Direitos Humanos**. Barueri, Sp: Manaole, 2003.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, 2002, pp. 11-29.

MANFRINI, D. B. Famílias chefiadas por mulheres e demandas de políticas públicas[online]. 2003, 7 p.

MARQUES, E. S. *et al.* A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 4, 2020, 6 p.

MARQUES, E.S, MORAES, C. L, HASSELMANN, M. H, DESLANDES, S. F, REICHENHEIM, M. E. **Violence against women, children, and adolescents during the COVID-19 pandemic: overview, contributing factors, and mitigating measures**. Cad Saúde Pública 2020.

MARTINS, H. Mães são responsáveis pela criação dos filhos até 3 anos em 89% dos casos [online]. Agência Brasil, 2017.

MATIAS, S. S.; NASCIMENTO, E. G. C.; ALCHIERI, J. C. A Percepção dos Profissionais da Estratégia Saúde da Família sobre as Implicações da Violência intrafamiliar em Crianças e Adolescentes. **Saúde e Transformação Social**, v. 4, n. 4, 2013, pp. 38-46.

MELO, R. A. *et al.* Rede de proteção na assistência às crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violência. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 41, 2020, 9 p.

MELO, W.; FLORENTINO, B. R. B. A inserção da psicologia no sistema único de assistência social: notas introdutórias. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 10, n. 1, 2017, pp. 3-12.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social** [online]. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

MINETTO, T. M.; WEYH, C. B. Educação e políticas públicas para a proteção da criança e do adolescente no contexto brasileiro. **Revista Ibero-americana de estudos em Educação**, v. 14, n. 4, 2019, pp. 2123 -40.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017**. Boletim Epidemiológico, Secretaria de Vigilância em Saúde, v. 49, n. 27, 2018, 17 p.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço**. Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001

MIOTO, R. C. T. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M. A; MATOS, M. C; LEAL, M. C. **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo, Cortez, 2006.

MIRON, A. X.; GUARESCHI, N. M. F. Compromisso Social da Psicologia e Sistema Único de Assistência Social: Possíveis Articulações. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 2, 2017, pp. 349-62.

MIURA, P. O. *et al.* Violência doméstica ou violência intrafamiliar: análise dos termos. **Psicologia e Sociedade**, v. 30, 2018, 13 p.

MMFDH, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos. Balanço das Denúncias de Violações de Direitos Humanos. Brasília, 2018.

MONFREDINI, M. I. Proteção integral e garantia de direitos da criança e do adolescente: desafios à intersetorialidade. 2013. 282p. Tese (doutorado) – Universidade de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP

MOREIRA, M. I. C.; SOUSA, S. M. G. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. **O Social em Questão**, ano XV, n. 28, 2012, pp. 13-26.

MOTTA, R. F.; SCARPARO, H. B. K. A psicologia na assistência social: transitar, travessia. **Psicologia e Sociedade**, v. 25, n. 1, 2013, pp. 230-39.

MOTTI, A. J. A.; SANTOS, J. V. Redes de proteção social à criança e ao adolescente: limites e possibilidades. **Aspectos Teóricos**, 2006, 15 p.

MOTTI, A. J. A.; SANTOS, J. V. Redes de proteção social à criança e ao adolescente: limites e possibilidades. In: Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude. Fortalecimento da rede de proteção e assistência a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Brasília, 2008.

MPPR. **Conselho Tutelar: Estrutura e Funcionamento**. Diálogo com os Conselhos Tutelares: Estrutura e Funcionamento do Conselho Tutelar. Ministério Público do Paraná, Criança e Adolescente.

MUNIZ, E. SUAS e os serviços socioassistenciais. Serviço Social & Sociedade nº 88. São Paulo: Cortez, 2006.

NASCIMENTO, I. L.; MORAES, T. D. Atividade de trabalho e saúde de psicólogos do Suas: aproximações. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 15, n. 1, 2020, pp. 1-16.

NERI, M. C. **Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia** [online]. FGV SOCIAL – Centro de Políticas Sociais, 2021.

NERI, M. C. **Percepções da População de Políticas Públicas Portadoras de Futuro na Pandemia: Distribuições Nacionais e Globais ligadas a Saúde, Educação e Meio Ambiente** [online]. FGV SOCIAL - Centro de Políticas Sociais, 2021.

NISKIER, R. Prevenção da violência contra crianças e adolescentes: do conceito ao atendimento - campanha permanente da Sociedade Brasileira de Pediatria. **Residência Pediátrica**, v. 2, n. 1, 2012, pp. 12-6.

NÚCLEO REGIONAL DA EDUCAÇÃO *et al.* **Rede de proteção à criança, ao adolescente e à família: orientações básicas**. Cascavel – PR, 2010, 76 p.

NUNES, C. B.; SARTI, C. A.; OHARA, C. V. S. Profissionais de saúde e violência intrafamiliar contra a criança e adolescente. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 22, esp. 70 anos, 2009, pp. 903-8.

OLIVEIRA, A. A. S.; TRANCOSO, A. E. R. Processo de produção psicossocial de conceitos: infância, juventude e cultura. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, 2014, pp. 18-27.

OLIVEIRA, A. M. N. *et al.* Percepção dos profissionais de saúde frente às intervenções primárias: prevenindo a violência intrafamiliar. **Texto e Contexto: Enfermagem**, v. 24, n. 2, 2015, pp. 424-31.

OLIVEIRA, C. N. A rede de proteção a crianças e adolescentes: finalidades e possibilidades. **VII Jornada Internacional Políticas Públicas**, UFMA, 2019, 12 p.

OLIVEIRA, N. Plano de Acompanhamento Familiar no SUAS: o que é e como elaborar - Blog do GESUAS, 2017.

OLIVEIRA, T.; BATTISTELLI, B.; CRUZ, L. Cuidado, Maternidade e Racismo: Reflexões entre Psicologia e Assistência Social. *PSI UNISC*, 2019. 3. 115-125.

PAVIANI, J. Conceitos e formas de violência. In: MODENA, M. R. (org.). **Conceitos e formas de violência**. Caxias do Sul: Educs, 2016.

PEREIRA, A. B.; CONCEIÇÃO, M. I. G.; BORGES, L. F. F. Reflexões sobre a formação de professores para o enfrentamento da violência intrafamiliar contra crianças. *Tecnia*, v. 2, n. 2, 2017, pp. 63-83.

PEREIRA, P. A. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A; MATOS, M. C; LEAL, M. C. Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo, Cortez, 2006.

PIANA, M. C. **As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, 233 p.

PLATT, V. B; GUEDERT, J. M.; COELHO, E. B. S. Violência contra crianças e adolescentes: notificações e alerta em tempos de pandemia. *Revista Paulista de Pediatria*, v. 39 (esp.), 2021, 7 p.

PRIORE, M. D. **O cotidiano da criança livre entre colônia e império. Em: História da infância de criança no Brasil**. Ed. Contexto, 1991.

RIBEIRO, M. E.; GUZZO, R. S. L. Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões críticas sobre ações e dilemas profissionais. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 9, n. 1, 2014, pp. 83-96.

RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa. Trad. Constança M. Cesar. Campinas: Papiris, 1994.

RODRIGUES, L.; GUARESCHI, N. M. F.; CRUZ, L. R. Interloquções entre a Psicologia e a Política Nacional de Assistência Social [online]. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013, 271 p.

SAFFIOTI, H. **A Exploração Sexual de Meninas e Adolescentes no Brasil** [online]. 1 ed. UNESCO CECRIA, 1995.

SAFIOTI, H. I. B. **A exploração sexual de meninas e adolescentes: aspectos históricos e conceituais**. In: BONTEMPO, Denise et. Al (Orgs). Exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil. Brasília: UNESCO/CECRIA, 1995.

SANTANA, E. P.; SILVA, J. A. S.; SILVA, V. S. **Histórico da Política de Assistência Social: Uma Construção lenta e desafiante, do âmbito das benesses ao campo dos direitos sociais**. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2013.

SANTOS, D. H. **Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes e afirmação de direitos: a notificação compulsória no hospital das clínicas de Pernambuco.** (Dissertação de Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SATO, L.; SOUZA, M. P. R. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. **Psicologia USP**, v. 12, n. 2, 2001.

SCHEK, G. et al. Os profissionais e a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: entre os preceitos legais e conceituais. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 50, n. 5, 2016, pp. 780-85.

SCHUTZ, F.; MIOTO, R. C. T. Intersetorialidade e política social: subsídios para o debate. **Sociedade em Debate**, v. 16, n. 1, 2010, pp. 59-75.

SENRA, C. M. G. **Sentidos subjetivos da prática profissional de psicólogos comunitários num espaço institucional.** Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós- graduação em Psicologia, PUC-Campinas, Campinas, SP, Brasil, 2005.

SENRA, C. M. G.; GUZZO, R. S. L. Assistência social e psicologia: Sobre tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicologia & Sociedade*, v. 24, n. 2, 2012, pp. 293-9.

SERPA, A. M. P.; RAIZER, E. C. (orgs.). **Política de Assistência Social no Município de Vitória (ES): olhares sobre a experiência** [online]. Prefeitura Municipal de Vitória, 2012, 374p.

SILVA, M. O. da S. e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. *Revista Katálysis* [online]. 2010, v. 13, n. 2 [Acessado 21 Julho 2021], pp. 155-163.

SILVA, A. C. S.; ALBERTO, M. F. P. Fios Soltos da Rede de Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, 2019, pp. 1-13

SILVA, C. R. et al. Dificuldade de acesso a serviços de média complexidade em municípios de pequeno porte: um estudo de caso. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2017, v. 22, n. 4 [Acessado 17 Março 2021] , pp. 1109-1120.

SILVA, I. R. *et al.* Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social. **Conselho Federal de Psicologia / Conselhos Regionais de Serviço Social**, Brasília, 2007, 51p.

SILVA, M. C. **Evidências sobre os impactos da pandemia da covid-19 na violência contra crianças: revisão de escopo** / Maria Carolina Batista da Silva. - 2020.

SILVA, P. A. *et. al.* Notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde no Brasil. **Avances en Enfermería**, v. 33, n. 1, 2015, pp. 142-50.

SILVEIRA, J. I. Gestão do Trabalho: concepção e significado para o SUAS. In: José

Cruz. (Org.). Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS: uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito socioassistencial. 1ªed.Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 2011, v.01, p. 09-38.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. Políticas públicas de garantia do direito à convivência familiar e comunitária. **Psicologia e Sociedade**, v. 23, n. 2, 2011, pp. 262-71.

SNAS, **Norma operacional básica de recursos humanos do SUAS–NOB–RH/SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

SNAS, **Orientações técnicas**: centro de referência especializado de assistência social–CREAS. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

SOBRAL, M. F. C.; LIMA, M. E. O. Representando as práticas e praticando as representações nos CRAS de Sergipe. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 3, 2013, pp. 630-45.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **233 casos de violência física ou psicológica contra crianças e adolescentes são notificados todos os dias** [online]. Sociedade Brasileira de Pediatria, 2019.

SOUZA, A. P. L. *et al.* Opiniões e vivências de adolescentes acerca dos direitos ao respeito e privacidade e à proteção contra a violência física no âmbito familiar. **Psicologia e Sociedade**, v. 26, n. 2, 2014, pp. 397-409.

SOUZA, E. R.; FERREIRA, A. L.; SANTOS, N. C. Concepções de docentes em relação ao manual sobre violência intrafamiliar. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 33, n. 3, 2009, pp. 329-38.

SOUZA, K. C. O assistente social frente às políticas públicas para as mulheres negras: vivendo os reflexos do período escravocrata [online]. **Brasil Escola**, Monografias.

SPOSATI, A. Especificidade e intersetorialidade da política de assistência social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 77. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, A. **Trabalhadores(as) do Sistema Único de Assistência Social – Suas**: condições e organização de trabalho em tempos de pandemia. Assistência Social no Consórcio do Nordeste e enfrentamento ao COVID-19. Boletim 4 | Vigilância Socioassistencial, 2020, 35 p.

TEIXEIRA, E. M. **Criança e adolescente e o sistema de garantia de direitos** [online], 2010..

TEIXEIRA-FILHO, F. S. *et al.* Tipos e consequências da violência sexual sofrida por estudantes do interior paulista na infância e/ou adolescência. **Psicologia e Sociedade**, v. 25, n. 1, 2013, pp. 90-102.

TOROSSIAN, S. D.; RIVERO, N. E. Políticas Públicas e modos de viver: a produção de sentidos sobre a vulnerabilidade. In: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. M. F. (orgs.).

Políticas Públicas e Assistência Social. Coleção Psicologia Social, Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, pp. 56- 69.

TOROSSIAN, S. D.; RIVERO, N. E. Políticas públicas e modos de viver: a produção de sentidos sobre a vulnerabilidade. In: CRUZ, L. R. da; GUARESCHI, N. (Org.). **Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas.** 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

UNGARETTI, M. A. (Org.). **Criança e Adolescente: Diretos, Sexualidade e Reprodução.** São Paulo: Abmp, 2010, 280 p.

UNICEF. *A familiar face: violence in the lives of children and adolescents.* **United Nations Children's Fund**, 2017, 100 p.

WAKSMAN, R. D.; HIRSCHHEIMER, M. R. PFEIFFER, L. (Coord). **Manual de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência.** Sociedade de Pediatria de São Paulo. Sociedade Brasileira de Pediatria. 2 ed. Brasília, DF: Conselho Federal de Medicina, 2018.

WEBER, L. N. D. *et al.* Famílias que maltratam: uma tentativa de socialização pela violência. **Psico-USF**, v. 7, n. 2, 2002, 163-73.

YAMAMOTO, O. H. Políticas Sociais, “Terceiro Setor” e “Compromisso Social”: Perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, 2007, pp. 30-7.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Política social e psicologia: Uma trajetória de 25 Anos. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. esp., 2010, pp. 9-24.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Política social e psicologia: Uma trajetória de 25 Anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** [online]. 2010, v. 26, n. Spe.

YAZBECK, M. C. A Política Social Brasileira nos anos 90: a refilantropização da Questão Social in Cadernos Abong Nº11 – As ONGS e a Realidade Brasileira – 4. Políticas de Assistência Social. **Cadernos Abong**, v. 1, n. 3, p. 71-98, Outubro de 1995.

ZOTTIS, G. A. H.; ALGERI, S.; PORTELLA, V. C. C. Violência intrafamiliar contra a criança e as atribuições do profissional de enfermagem. **Família, Saúde e Desenvolvimento**, v. 8, n. 2, 2006, pp. 146-153.